



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Práticas Culturais na Inclusão Social de Pessoas com Deficiência Visual – Caso de Estudo do Município de Torres Vedras

Maria Ana da Fonseca Rodrigues Santana

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientador:

Doutor José Soares Neves, Investigador Integrado e Professor Auxiliar Convidado
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2023



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

Práticas Culturais na I Inclusão Social de Pessoas com Deficiência Visual – Caso de Estudo do Município de Torres Vedras

Maria Ana da Fonseca Rodrigues Santana

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientador:

José Soares Neves, Investigador Integrado e Professor Auxiliar Convidado
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2023

Agradecimentos

A dissertação de mestrado apresentada marca o final de uma etapa e de um percurso, onde tive oportunidade de enriquecer bastante os meus conhecimentos. Foi uma jornada solitária, mas que contou com o apoio de diversas figuras e por esse motivo é necessário agradecer a todos aqueles que se mostraram fundamentais para esta concretização pessoal.

Inicialmente, gostava de agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor José Soares Neves, por me ter acompanhado durante este ano, pela transmissão dos seus conhecimentos e pela sua disposição em ajudar e orientar-me sempre que precisei. Gostava ainda de agradecer a todos os professores do mestrado, que através dos seus conhecimentos também fizeram com que isto fosse possível.

Gostaria de agradecer a disponibilidade e a ajuda fornecida dos trabalhadores da Câmara Municipal de Torres Vedras com os quais tive contacto, que foram imprescindíveis e que se demonstraram sempre interessados em colaborar. Um grande obrigada à Vereadora e Vice-Presidente Dra. Ana Umbelino, à Dra. Nicole Santos, ao Professor Fernando Martins, à Professora Ana Cláudio e ao Leonel Alves. Não menos importantes, gostava de agradecer a amabilidade, a disponibilidade e o interesse dos utentes do Gabinete de Apoio à Deficiência Visual, que tive a oportunidade de entrevistar. Foram essenciais neste estudo e muito atenciosos com as suas palavras.

Tenho também de agradecer ao Pedro, que me acompanhou neste percurso sempre com palavras motivadoras e que ouviu constantemente todas os meus medos e desabafos. Devo-te um grande agradecimento por todo o apoio e por acreditares sempre em mim.

Por último, gostava de agradecer a todos os meus amigos e família por estarem sempre lá para mim durante este percurso. Um especial obrigada à minha mãe, por toda a paciência e ajuda ao longo destes anos académicos.

Resumo

O presente estudo aborda o papel dos municípios e a sua contribuição para a inclusão das pessoas com deficiência visual através das práticas culturais. Considerando a importância das políticas culturais locais e tendo em conta o papel e a responsabilidade das autarquias nos dias de hoje, pretendeu-se analisar se estas políticas são eficazes e têm impacto na vida cultural dos munícipes, com destaque para os munícipes com uma deficiência visual. Para aprofundar esta problemática utilizou-se como caso de estudo, o Gabinete de Apoio à Deficiência Visual, um serviço da Câmara Municipal de Torres Vedras, tendo sido utilizada uma abordagem qualitativa. A metodologia englobou análise documental e um conjunto de entrevistas aos principais intervenientes. Com esta análise pretendeu-se entender qual a dinâmica deste serviço e o impacto que tem na vida cultural e social dos utentes, entender de que modo as práticas culturais podem ser um veículo de integração social e quais os objetivos e políticas que uma câmara municipal deve adotar para que os munícipes se sintam apoiados pelo poder local do território. Concluiu-se que os municípios através das suas políticas culturais podem de facto contribuir para a inclusão dos munícipes com uma deficiência visual, sendo o caso de estudo um bom exemplo da aplicação destas mesmas políticas.

Palavras-chave: Deficiência Visual, Práticas Culturais, Autarquias, Políticas Públicas, Acessibilidade

Abstract

The present study addresses the role of municipalities and their contribution to the inclusion of blind people through cultural practices. Considering the importance of local cultural policies and taking into account the responsibilities of local authorities nowadays, the aim was to analyse whether these policies are effective and if they have an impact on the cultural life of residents, with emphasis on the visually impaired. To deepen this problem, the Gabinete de Apoio à Deficiência Visual, a service of the Torres Vedras City Council, has been used as a case study using a qualitative approach. The methodology included documentary analysis and a set of interviews with the main interveners. With this analysis, the aim was to understand the dynamics of this service and the impact it has on the cultural and social life of users. The purpose was also to understand how cultural practices can be a vehicle for social integration and what objectives and policies a city council should adopt so that residents feel supported by the local government in the territory. It was concluded that municipalities, through their cultural policies, can in fact contribute to the inclusion of blind people, being the case study a good example of their application.

KeyWords: Blind People, Disabilities, Cultural Practices, Local Authorities; Public Policies, Accessibility

Índice

AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO	V
ABSTRACT.....	VII
ÍNDICE	IX
INTRODUÇÃO.....	1
ENQUADRAMENTO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA.....	1
PERGUNTA DE PARTIDA E OBJETIVOS.....	2
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	3
CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	5
1.1. A DEFICIÊNCIA E A CEGUEIRA.....	5
1.1.1. <i>Conceito de Deficiência</i>	5
1.1.2. <i>Deficiência Visual e a Cultura da Cegueira</i>	9
1.2. DESIGUALDADES SOCIAIS E A INCLUSÃO SOCIAL.....	13
1.2.1. <i>Contexto Português Enquadrado no Atual Contexto Europeu</i>	16
1.2.2. <i>O Mercado de Trabalho para os Profissionais Deficientes e a Cultura das Organizações</i>	29
1.3. ACESSIBILIDADE E PRÁTICAS CULTURAIS.....	36
1.3.1. <i>Acessibilidade na Cultura</i>	36
1.3.2. <i>Práticas Culturais e a Inclusão Cultural</i>	41
CAPÍTULO 2. POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS PARA A ADMINISTRAÇÃO LOCAL NO ÂMBITO DAS ACESSIBILIDADES.....	48
2.1. POLÍTICAS PÚBLICAS NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL – ACESSIBILIDADE E PARTICIPAÇÃO NA LEGISLAÇÃO 48.....	
2.2. POLÍTICAS CULTURAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS.....	53
2.2.1. <i>Caracterização do Contexto Local</i>	53
2.2.2. <i>Fatores Intermédios</i>	58
2.2.3. <i>Política Cultural</i>	59
2.2.4. <i>Resultados da Política</i>	61
CAPÍTULO 3. METODOLOGIA	64
3.1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	64
3.2. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS.....	66
3.3. ANÁLISE DE DADOS.....	69

CAPÍTULO 4. CASO DE ESTUDO – O GABINETE DE APOIO À DEFICIÊNCIA VISUAL DE TORRES VEDRAS.....	71
4.1. CARACTERIZAÇÃO E OBJETIVOS	71
4.2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO GABINETE.....	72
CAPÍTULO 5. ANÁLISE DOS RESULTADOS	78
5.1. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS E DO IMPACTO DO GABINETE DE TORRES VEDRAS NA VIDA DOS MUNICÍPIOS COM DEFICIÊNCIAS VISUAIS	78
5.1.1. <i>Dados Sociodemográficos e História de Vida</i>	78
5.1.2. <i>Deficientes Visuais e a sua relação com a cultura e as suas práticas culturais</i>	81
5.1.3. <i>O Grupo de Apoio à Deficiência Visual de Torres Vedras</i>	82
5.1.4. <i>Políticas Culturais</i>	84
5.2. PARALELO COM OUTROS MUNICÍPIOS	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
RECOMENDAÇÕES, LIMITAÇÕES E LINHAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURA.....	93
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICES.....	107
ANEXOS	109

Introdução

Enquadramento e Justificação do Tema

Desde criança que resido no Município de Torres Vedras e há cerca de quatro anos acompanho a vida diária de um familiar que se encontra cego, com mais de 90% de incapacidade. Tenho presenciado de perto as dificuldades sentidas no seu dia-a-dia, a dificuldade em consciencializar-se que não podia ter a sua visão de volta, a forma como lidou com as pessoas à sua volta e de que forma superou esta angústia para que fosse possível voltar a ter uma vida dita de normal. Os familiares tentam ajudar da maneira que conseguem, os amigos que ficam tentam fazer o mesmo, contudo, é muito difícil a pessoa sentir-se compreendida e sentir que faz parte da sociedade ao ter de lidar com a uma situação clínica sem outro tipo de apoio. O Gabinete de Apoio à Deficiência Visual em Torres Vedras, pensa-se que poderá ser um grande apoio na vida destas pessoas - é para isso que foi criado -contudo, importa apurar em que medida isso acontece, em especial no que se refere à vertente cultural, o que se constitui como objetivo da dissertação. No caso deste familiar a inclusão neste gabinete e o contacto com pessoas que partilham a mesma condição clínica ou semelhante à sua, foi a principal razão que o levou a aceitar a sua condição e a viver a sua vida com mais tranquilidade e a maior normalidade possível.

Este gabinete, que integra a Câmara Municipal de Torres Vedras, desenvolve o treino de competências para a execução de atividades da vida quotidiana, promove cursos de orientação e mobilidade assim como ações de formação no domínio das tecnologias de informação e comunicação e do ensino de Braille, e organiza ainda encontros de reflexão e visitas e atividades culturais. Tem como objetivo ser uma mais-valia no acesso da população a uma cidadania de direitos e deveres, sensibilizando a sociedade para a deficiência, para o combate aos estereótipos, valorizando os munícipes com necessidades diferentes (Câmara Municipal de Torres Vedras, 2023).

Isto porque, como é do conhecimento geral, não existe igualdade entre os indivíduos de uma sociedade e achou-se importante a utilização da seguinte expressão aristotélica que nos permite aprofundar e explicar o princípio da igualdade, nomeadamente “devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade”. Portanto, Aristóteles partia da ideia de que numa democracia existem indivíduos, cada um com os seus

planos e objetivos de vida, mas a igualdade está presente na medida em que cada cidadão pode lutar pelos seus objetivos sem que haja nenhuma exclusão. Contudo, o princípio da igualdade, não proíbe a existência de tratamentos diferenciados, isto porque quando a Constituição da República Portuguesa permite um tratamento diferente, o intuito é atingir uma igualdade de direitos e para isto por vezes é necessário que existam atendimentos especiais para assegurar a igualdade (Souza & Marques, 2014, p.5369). Aristóteles nos seus discursos, afirma ainda que uma cidade é e será sempre formada por pessoas diferentes, sendo que a diversidade é uma condição essencial para a existência de um grupo humano (Mesquita, 2005). Portanto, muitas vezes é a sociedade que faz gerar um sentimento de incapacidade por não ser capaz de lidar com a diversidade existente, sendo que a forma de um território lidar com a diversidade é um barómetro de qualidade de vida e de bem-estar.

Procura-se perceber de que forma o Município de Torres Vedras assume a questão da diversidade através da implementação deste gabinete. Após uma pesquisa exaustiva em motores de busca na internet, verificou-se que a nível nacional não exista nenhum Gabinete de Apoio para as pessoas com deficiência visual ou um acompanhamento semelhante fornecido por nenhuma câmara Municipal, conforme aprofundamento na metodologia. Existem em vários municípios, apoios informativos ao nível dos direitos, benefícios e recursos existentes e alguns deles, têm parcerias com algumas associações, como por exemplo a ACAPO. Contudo, não parece existir mais nenhum município com um gabinete deste género que os apoie diariamente na integração na sociedade, um sítio onde façam atividades para que se sintam iguais a todos os cidadãos e acima de tudo, não existe nenhum apoio na sua integração em práticas culturais. Dado isto, achou-se muito relevante perceber de que forma é que o município integra estas pessoas e qual o impacto social e cultural do gabinete nas suas vidas, visto que hoje em dia, a cultura é também um elemento-chave para uma integração social com sucesso.

Pergunta de Partida e Objetivos

A presente investigação teve na origem do seu estudo a questão de partida “De que modo as práticas culturais contribuem para a integração social das pessoas com uma deficiência visual?”. Como questão secundária pretende-se ainda perceber qual o contributo dos municípios para a inclusão dos munícipes com deficiência visual através das práticas culturais. Assim, o objetivo geral será compreender de que forma as práticas culturais contribuem para a integração social

pelas práticas culturais dos municípios com deficiência visual e qual o papel dos municípios (as políticas culturais locais) nesta integração.

Mais especificamente, os objetivos do presente estudo centram-se em: i) identificar os diferentes tipos de deficiência visual existentes e identificar as desigualdades sociais e culturais que os afetam presentes na sociedade; ii) entender de que modo as atividades e práticas culturais podem ser um veículo de integração social; iii) perceber de que forma as autarquias respondem às necessidades culturais dos seus municípios à luz das políticas culturais locais; e iv) analisar um município como um caso que implementa políticas culturais para os municípios com deficiência visual.

Estrutura da dissertação

Após o enquadramento, justificação do tema e apresentação dos objetivos e da questão de partida, desenvolveu-se a estrutura do presente estudo. Deste modo, no Capítulo 1, procede-se ao enquadramento teórico, passando pelos conceitos chave do mesmo. Primeiramente, aborda-se o conceito de deficiência onde o objetivo não é traçar toda a história da evolução do conceito, mas sim realizar uma breve análise para que seja possível entender que estudos existem e que modelos de análise são mais utilizados, com o intuito de entender o que é a deficiência. De seguida aborda-se o conceito de deficiência visual e de cegueira, tendo como objetivo fazer uma caracterização dos diferentes tipos de deficiência visual. Dentro deste capítulo são ainda abordadas as desigualdades sociais existentes na sociedade e o conceito de inclusão social para entendermos o que é necessário para que a sociedade seja inclusiva. Para isto, achou-se relevante desenvolver uma breve caracterização estatística sobre a população deficiente e sobre a população portuguesa com deficiência visual numa perspetiva demográfica, social e económica. Logo, o grande objetivo deste subcapítulo foi analisar este contexto a nível nacional, mas também europeu, de forma que possam ser realizadas comparações sobre as condições da vivência da população com deficiência, com enfoque na população com deficiência visual. Por último, achou-se relevante abordar com maior pormenor a problemática da inserção de pessoas com algum tipo de deficiência no mercado de trabalho atual, com um enfoque para o setor da cultura. Ao mesmo tempo, procurou-se explorar os valores e as condições de emancipação do trabalho dos profissionais deficientes. Numa segunda parte, parte-se para a exploração do conceito de acessibilidade, com destaque para a acessibilidade a nível de mobilidade e a nível cultural. Dentro deste capítulo foi ainda abordado o conceito de

práticas culturais e qual importância das mesmas na inclusão cultural. Neste capítulo, menciona-se ainda a importância de diversas associações e a importância da cultura para o bem-estar dos cidadãos, relacionado estes dois conceitos.

No Capítulo 2, aborda-se a importância das políticas culturais locais que devem corresponder e ir ao encontro das necessidades culturais da população. Ou seja, é do conhecimento geral a importância das políticas culturais locais nos dias de hoje, mas será que estas políticas são eficazes e têm realmente impacto na vida cultural dos munícipes com uma deficiência visual? Para aprofundar esta problemática, procedeu-se à do caso de estudo da Câmara Municipal de Torres Vedras, tendo para isto sido analisado o Plano Estratégico de Cultura desenvolvido por esta autarquia. Com esta análise pretende-se entender qual a eficácia das políticas implementadas, qual a opinião e sugestões dos munícipes em relação às mesmas e quais os objetivos e políticas que uma câmara municipal deve adotar para que os munícipes se sintam apoiados e entendidos pelo poder local do território onde passam grande parte do seu tempo.

No capítulo 3, explicam-se as opções metodológicas do presente estudo. Primeiramente, foi explicada qual a abordagem escolhida e o enquadramento da mesma tendo em conta a questão de partida e os objetivos do estudo. Por fim, foram referidas e justificadas as opções relativas às técnicas de recolha de dados e ao tratamento e análise dos dados. No capítulo 4, foi efetuada a caracterização do Gabinete de Apoio à Deficiência Visual, onde se analisaram os seus principais objetivos, quais as ajudas que faculta e quais as atividades e projetos desenvolvidos. No capítulo 5, procedeu-se à análise dos resultados das entrevistas consoante os blocos temáticos referidos nos guiões.

A terminar procedeu-se às considerações finais tendo em conta o enquadramento teórico e o estudo qualitativo realizado. Foi ainda possível deixar, algumas recomendações, indicação das limitações e de algumas linhas possíveis de investigação futura.

,

CAPÍTULO 1. Enquadramento Teórico

1.1. A Deficiência e a Cegueira

1.1.1. Conceito de Deficiência

Até aos dias de hoje, na literatura não existe um consenso na definição de deficiência, contudo existem diversos estudos e artigos nacionais e internacionais com posições diversas que abordam a evolução do conceito, a sua definição e diferentes perspetivas multidisciplinares e modelos de análise. Ao longo deste capítulo, não se pretende traçar toda a história da evolução do conceito, pretende-se apenas realizar uma análise para que seja possível entender que estudos existem e que modelos de análise são mais utilizados com o intuito de entender o que é a deficiência. Contudo, como indica Thomas (2004), existe pouca produção científica sobre este tema, principalmente quando relacionamos a deficiência com os direitos humanos. É ainda mencionado no RMD - Relatório Mundial sobre a Deficiência (2011), que falta consciência e informação científica sobre estas questões, não há um consenso sobre definições e existe pouca informação comparável internacionalmente sobre a incidência, distribuição e tendências da deficiência.

Este campo de investigação está em constante crescimento e a forma como a deficiência é encarada tem vindo a alterar-se ao longo dos séculos consoante a evolução das sociedades, sendo cada vez mais aceite e normalizada pela sociedade, embora havendo ainda um longo caminho a percorrer. Isto porque, em todo o mundo uma grande parte destas pessoas, não têm acesso igualitário à educação, assistência médica, oportunidades de emprego, não recebem os serviços que necessitam consoante o seu tipo de deficiência e são excluídas das suas atividades quotidianas (RMD, 2011). Os cidadãos com algum tipo de deficiência, ainda são vistos de forma diferente e tentam ultrapassar os diversos obstáculos, preconceitos e diferenças e muitas vezes são algo “transparentes na nossa sociedade”, sendo que a invisibilidade com que estas pessoas vivem nos espaços sociais comuns, podem muitas vezes aumentar as crenças nas suas incapacidades (Brazão, 2018, p.4).

Contudo, com o surgimento da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) das Nações Unidas (2007), a deficiência tem sido cada vez mais considerada e

abordada como uma questão de direitos humanos (RMD, 2011) e reconhece-se na CDPD que é um conceito em evolução que

resulta da interação entre pessoas com incapacidades e barreiras comportamentais e ambientais que impedem a sua participação plena e efectiva na sociedade em condições de igualdade com as outras pessoas (CDPD, 2007, p.1).

Logo, não é um atributo de uma pessoa e não é um problema individual, mas sim um problema inerente à sociedade (Carvalho, 2007). Para melhorarmos a participação social das mesmas temos de lidar com as barreiras que afetam estas pessoas na sua vida diária (RMD, 2011), logo “a deficiência é complexa, e as intervenções necessárias para superar as desvantagens causadas por ela são múltiplas, sistémicas e irão variar conforme o contexto.” (RMD, 2011). Tendo isto em conta, pensa-se estar presente na nossa sociedade a emergência de uma mudança de atitude por parte de diversos organismos e pessoas, sendo que o caminho para alcançar a igualdade de oportunidades e a justiça social é um percurso longo e difícil.

Em relação à temática da deficiência, é importante ter presente a noção de que esta condição mais tarde ou mais cedo, irá fazer parte da nossa passagem pela vida e em determinada altura é provável que grande parte de nós tenhamos algum tipo de incapacidade de forma temporária ou definitiva. Ou seja, não é uma característica de um pequeno grupo da sociedade é algo que grande parte da população ao longo do seu percurso de vida poderá ter de enfrentar e por isso é relevante desmistificar este conceito (Ferreira, 2012, p.5)

A História do conceito de deficiência passou por “caminhos de profunda ignorância, de crenças e superstições, de teorias pseudocientíficas, nas quais se enraizaram algumas das atitudes e atos discriminatórios que ainda perduram nos nossos dias” (Martins, 2017). Segundo o mesmo autor, a necessidade de uma definição é essencial, visto que é necessário existirem critérios estipulados para que seja possível agrupar indivíduos com as mesmas características incapacitantes e com necessidade de recursos similares com o intuito de definir políticas, estabelecer orçamentos e realizar estudos estatísticos (Martins, 2017).

A CDPD (2011) caracteriza afirma que as pessoas com deficiência incluem “aquelas que têm incapacidades duradouras físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais, que em interação com várias barreiras podem impedir a sua plena e efectiva participação na sociedade em condições de igualdade com os outros.” Segundo a Organização Mundial de Saúde, a deficiência é a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatómica, que diz respeito à atividade exercida pela biologia da pessoa (RMD, 2011). Dado isto, é necessário fazer referência à evolução histórica do conceito de deficiência que tem progredido e que

incorpora e operacionaliza modelos conceptuais diversos, sendo que vamos explorar os três modelos vigentes nos anos respectivos, o modelo médico, o modelo social e o modelo biopsicossocial.

Para que seja possível alguma contextualização, é de notar que com a evolução da sociedade e da medicina, com o aparecimento do humanismo e com a evolução dos tempos, começaram a surgir vários estudos para aprofundar os conhecimentos no campo biológico (Brasão, 2018). O modelo médico foi essencial para que se iniciasse a evolução das políticas e das abordagens teóricas e de intervenção e foi um grande contributo para os profissionais da área da saúde e dos serviços sociais e humanos (Carapinha, 2015). Este modelo surgiu na segunda metade do século XIX, na década de 70, e as suas propostas teóricas baseiam-se na crença de que a deficiência é de âmbito individual, ou seja, trata-se de um problema pessoal do indivíduo originado pela sua doença, lesão ou incapacidade de natureza biológica (Figueira, 2012). Dentro desta linha de pensamento, estas pessoas precisam de cuidados médicos de tratamento ou reabilitação para se tornarem pessoas ditas de normais, visto que estas diferenças foram percecionadas como algo que necessitava de ser normalizado e a intervenção média era a única capaz de produzir uma cura. Portanto, estes indivíduos são considerados incapazes na ideia de não conseguirem realizar as tarefas como um indivíduo padrão, e os serviços de saúde disponibilizados atuam apenas com o intuito de tornar a pessoa novamente normal (Mitra, 2006). Se a pessoa estiver perante uma condição irreversível, será para sempre considerada incapaz e essa incapacidade tem uma conveniência política, visto que, por não se conseguir ajustar pode falhar a nível institucional e ser ignorado pela sociedade (Mitra, 2006). As premissas deste modelo, podem ser analisadas no texto da Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens: um manual das consequências das doenças (CIDID), que na altura foi amplamente criticado, mas que atualmente se encontra superado. Este documento define funcionalidade e incapacidade em relação a condições biológicas e observa-se o entendimento da deficiência como algo exclusivamente relacionado com o corpo dos indivíduos (Quintão, 2020)

Como reação a estas abordagens, na década de 60 surge o modelo Social, com uma perspetiva mais social e política. O objetivo deste modelo é criar igualdade de oportunidades entre os cidadãos e a eliminação de barreiras com o intuito de promover a inclusão. Ou seja, este modelo encara a deficiência como exterior ao indivíduo, e não como uma característica que é apenas individual. Por outras palavras, realça a importância dos direitos dos cidadãos e tendo em conta que a deficiência está relacionada com as condições sociais e económicas, passa a ser uma construção social. Portanto, começou-se a associar este conceito ao conceito de

desvantagem social e as limitações encontradas “passaram a ser endereçadas à sociedade, que por seu lado não se encontra organizada de modo a suprimir as insuficiências destas pessoas” (Figueira, 2012). A deficiência passa a ser uma questão eminentemente social, responsabilizando a sociedade pela incapacidade de prever e de se ajustar à diversidade. Ou seja, os ambientes físicos e sociais impõem limitações aos portadores da deficiência e estas pessoas estão perante a discriminação e a segregação através das barreiras sociais, perceptíveis através das percentagens de desemprego, pobreza, segregação escolar, habitacional, transportes inadequados e exclusão de muitas infraestruturas públicas (Martins, 2017).

Com o surgimento deste modelo, são também redefinidos e distinguidos os conceitos de deficiência e de lesão, visto que, um indivíduo pode ter lesões, mas não ter nenhuma deficiência, por isso, o conceito de deficiência centra-se em “problemas nas funções ou nas estruturas do corpo, tais como, um desvio importante ou uma perda” (OMS, 2004, p.13).

Segundo Martins (2018, p.12), desde os anos 1950/1960 vários estudos sociológicos trataram a deficiência, designadamente Goffman (1961, 1963, 1974,1975), Barnes & Mercer (1996), Oliver (1996) e Turner (1984), Parsons (2005) e Foucault (2001, 2008), sendo que estes estudos tiveram um papel essencial nas primeiras análises sociológicas da deficiência (Brazão, 2018). Contudo, em relação ao modelo social, em suma, “The modern response to impairment has cast disabled people as the ‘other’, excluded from and denied access to society.” (Palmer & Harley, 2011).

A instituição criadora deste modelo, a UPIAS, perceciona a deficiência sobre um olhar de tragédia pessoal e como forma de opressão social (Thomas, 2004). Esta perspetiva foi muito relevante para o campo teórico porque ajudou a refletir sobre a forma como estas pessoas eram tratadas a nível da educação, emprego e cuidados nos anos 70 (Soares, 2015).

A OMS, mais tarde, criou um modelo que conjuga estas duas perspetivas e que não se limita apenas à questão do sujeito ou da sociedade, o modelo biopsicossocial. Segundo este modelo, a incapacidade é adjudicada à condição de saúde que origina as deficiências e só depois às limitações nas atividades e na participação dentro de fatores contextuais (Martins, 2017). Ou seja, a deficiência é percecionada como consequência dos problemas de saúde e dos fatores ambientais/contextuais em que o indivíduo está inserido. Este modelo não classifica a pessoa com deficiência e não institui categorias de diagnóstico, sendo que se centra na interpretação das suas características, as funções do corpo, as funções psicológicas e própria interação com o meio ambiente. Dado isto, este modelo relaciona as condições de saúde com os fatores externos. Contudo, este modelo tem vindo a ser alvo de várias críticas por parte de indivíduos com deficiência porque inverte o sentido social existente (Figueira, 2012). Isto é, na sociedade em

vez existir uma abertura para a inclusão da diversidade, está presente uma atitude social de lacunas existentes. Logo, existem diversos modelos e opiniões críticas aos mesmos, mas o propósito geral é a construção de uma sociedade inclusiva, que implica a desestruturação e reestruturação dos paradigmas conceituais existentes. A diferença e a diversidade devem ser percebidas como um valor, sendo que os direitos são o referencial político essencial (Figueira, 2012).

Portanto, tendo em conta a breve análise do conceito e os diversos modelos referidos, é possível concluir que os modelos teóricos concentram bastante a sua análise nos aspetos da deficiência e incapacidade em detrimento de outros, dado isto, pensa-se que nenhum modelo sozinho consegue e tem a diversidade e abertura para explicar todas as características em que consiste a deficiência.

1.1.2. Deficiência Visual e a Cultura da Cegueira

Ver é um sentido que todos nós tomamos como garantido, é um conceito muito familiar ao ser humano e teoricamente um ato simples. É um sentido vital para viver na atualidade, visto que o mundo em que vivemos assenta na capacidade de ver, e sem esse mecanismo, tarefas e etapas como andar, ler e trabalhar são significativamente mais difíceis (OMS, 2021). Por outras palavras, é observável que toda a nossa vivência está organizada em torno da visão, tal como, as cidades, economias, sistemas de educação, desportos, comunicação social entre outros. Contudo, nem todos nós temos essa capacidade e a deficiência visual é algo que deve ser levado com muita seriedade e, ao mesmo tempo, deve ser estudada, para que todas as pessoas que têm algum grau de incapacidade, tenham a melhor qualidade de vida possível e para que se sintam integradas dentro da sociedade. Dado isto, partiu-se para uma definição de cegueira, caracterização dos diferentes tipos de deficientes visuais. e os possíveis tratamentos, tendo em conta que a ciência e os estudos oftalmológicos estão sempre a evoluir.

A deficiência visual ocorre quando uma doença ocular afeta o sistema visual, mas apesar disso, nem todas as doenças oculares causam uma deficiência visual. Existem diversas doenças que são problemáticas e dolorosas, como a conjuntivite, anormalidades da pálpebra, pterígio e olho seco e, no entanto, não impedem o indivíduo de ver (OMS, 2021). Porém, apesar de não serem consideradas como deficiência, devem ser tratadas para não agravarem no futuro.

De acordo com a definição da OMS, a cegueira é a incapacidade de ver, cujas principais causas são “catarratas, glaucoma, degeneração macular (perda de visão no centro do campo visual) relacionada à idade, opacidades corneanas, retinopatia diabética, tracoma e doenças

oculares em criança (por exemplo, causadas por deficiência de vitamina A.” Pode ainda ser uma consequência de um dano cerebral, provocado por acidente, pancada ou tumor (Henriques, 2015).

A deficiência visual é então avaliada e medida tendo em conta dois parâmetros distintos, a *acuidade visual* e o *campo visual*. A acuidade visual é a capacidade de nitidez da visão para discriminação de pormenores a uma distância específica, normalmente feita através da Escala de Snellen” (Ladeira & Queirós, 2002:63). O campo Visual é a distância regular que o olho consegue abranger, sendo o da pessoa normovisual cerca de 180° sem mover a cabeça (Ladeira & Queirós, 2002:64). Dado isto, podemos dividir esta deficiência visual em cinco categorias, sendo as duas primeiras referentes à baixa visão e as três últimas à cegueira:

- 1- Moderada: Acuidade Visual binocular corrigida entre 3/10 e 1/10, com um campo visual de pelo menos 20°.
- 2- Grave: Acuidade Visual binocular corrigida entre 1/10 e 1/20, com um campo visual inferior a 20°.
- 3- Profunda: Acuidade Visual binocular corrigida entre 1/20 e 1/50, ou com um campo visual inferior a 10° mas superior a 5°.
- 4 Quase total: Acuidade Visual binocular inferior a 1/50, com perceção luminosa preservada ou campo visual inferior a 5°.
- 5 Total: Cegueira absoluta com ausência de perceção luminosa.

(Ladeira & Queirós, 2002, pp.20-21)

Numa perceção funcional, sempre que existe uma perda de visão que interfira com as execuções de tarefas do dia a dia, e não seja possível corrigir com lentes de contacto ou lentes convencionais, é necessário que se inicie uma reabilitação visual. Um individuo com baixa visão pode conseguir fazer pequenas coisas como, percecionar a presença de um objeto ou ler algumas palavras, no entanto não conseguirá ver os pormenores do objeto, nem ler um livro inteiro (Ladeira & Queirós, 2002, p.20). Portanto, em Portugal, a baixa visão normalmente é dividida em:

- Moderada ou parcial, quando a acuidade visual, no melhor olho, for entre 1/10 e 3/10 com a melhor correção possível, e sem apresentar problemas de campo visual.
- Severa ou residual, quando a acuidade visual for menor que 1/10, e apresente um campo visual inferior ou igual a 20 graus

(Ladeira e Queirós, 2002, p.20).

Apesar destas definições, a baixa visão também deve ser analisada pela eficiência e visão funcional. A eficiência visual é “o grau de facilidade, conforto e tempo que a pessoa demonstra ao desempenhar determinadas tarefas (...) sendo condicionada por múltiplas variáveis, de ordem pessoal e ambiental” (Ladeira & Queirós, 2022, p.21). Ou seja, duas pessoas com a mesma acuidade visual não têm necessariamente de ter a mesma eficiência visual. É ainda de salientar que a visão funcional pode ter algumas oscilações, por influência de alguns fatores como cansaço, luz e motivos psicológicos e emocionais. A baixa visão tem como causa um mau funcionamento do aparelho visual e o problema pode estar “nos meios transparentes do globo ocular (córnea, cristalino ou vítreo), na íris, na retina e nas vias óticas ou no córtex visual. Pode ser hereditária, congénita ou adquirida (acidente, doença, idade). Dado isto, existem diversas capacidades que podem sofrer com isto, nomeadamente, reações à luz, apreciação da cor, sensibilidade ao contraste, motilidade ocular, visão binocular e as funções correspondentes às áreas cerebrais responsáveis pela visão. (Ladeira & Queirós, 2022, p.21).

O conceito de cegueira, após a análise anterior, abrange diferentes graus de “visão residual”, logo, não é utilizado apenas para pessoas com perda total de visão, mas a todas a que a visão é suficiente para realizar tarefas e atividades no seu quotidiano. Logo, o conceito de deficiência visual, abrange diferentes graus de falta de visão, desde a *baixa visão* até à *cegueira total*. Importa ainda salientar que o conceito *normovisual*, refere-se às pessoas que não têm nenhum tipo de deficiência visual. Contudo, esta diferença de graus de visão e dos vários tipos de deficiência, por vezes, não é do conhecimento das pessoas normovisuais, acabando por assumir automaticamente que certo indivíduo é cego. No entanto, um indivíduo com baixa visão pode conseguir realizar tarefas do dia-a-dia sem ajudas como a bengala ou suportes de acessibilidade próprios. Apesar disso, podem sempre existir condicionantes e consoante o espaço onde se encontra a pessoa, pode tropeçar em algum local ou desequilibrar-se, algo que fará com que as pessoas normovisuais estranhem, visto que não conseguiram identificar nenhum tipo de deficiência visual (Henriques, 2015). Como menciona Rita Henriques (2015), isto muitas vezes acontece porque o indivíduo quer sentir-se independente e conseguir realizar as suas tarefas sem nenhum tipo de apoio e também para que não as identifiquem como portadores de uma deficiência.

No que diz respeito à cegueira total, pode ser *congénita*, quando surge até ao primeiro ano de idade, *precoce*, entre o primeiro e o terceiro ano de idade, ou *adquirida/tardia*, depois do terceiro ano de idade. Esta questão é relevante, porque dependendo da idade com que a pessoa

se tornou cega, o nível de memória visual pode variar e alguns conceitos e referências visuais podem ainda ser familiares. Logo, a altura em que a cegueira surge pode determinar a forma como a pessoa realiza as tarefas do dia-a-dia, visto que condiciona a adaptação ao meio físico e social envolvente. Um indivíduo que tenha cegueira congénita ou precoce, terá poucas ou nenhuma referências visuais, logo, não poderá “interpretar explicações que lhes são dadas em termos de formas, volumes ou cores; estarão familiarizados com formas e volumes apenas através do toque; quanto à palavra ‘cor’ não terá sentido” (Benoist, 1991, como citado em Jesus et al.,2017). Os indivíduos com cegueira adquirida/tardia, como tomaram contacto com volumes e cores, darão uma importância acentuada às explicações que lhes são dadas, o que fará com que seja possível utilizar as suas lembranças (Jesus, 2017). Esta última pode ser percebida como uma vantagem, visto que conseguiram utilizar esse sentido, contudo, isto implica uma adaptação dos outros sentidos à realidade que já foi apreendida, assim como, a aprendizagem de novas formas de mobilidade no espaço e meios de obtenção de informação, como por exemplo o braille (Henriques, 2015).

O braille é um sistema de escrita em relevo, muito utilizado pela população cega mundial e aplica-se à representação de símbolos literais, mas também, matemáticos, químicos, fonéticos, informáticos, musicais, entre outros (Comissão de Braille, 2002). Dado isto, não é uma língua, mas sim um código que pode ser aplicado às diferentes línguas. “É um Sistema baseado em 6 pontos em alto relevo, dispostos em duas colunas de 3 pontos cada que, combinados entre si, resultam em 64 combinações/símbolos.” Estes seis pontos são designados por Célula Braille e estão numerados de acordo com a posição em que se encontram. Assim, temos: na coluna da esquerda, de cima para baixo, os pontos 1, 2 e 3; na coluna da direita, também de cima para baixo, os pontos 4, 5 e 6 (ACAPO, 2023). A aprendizagem deste sistema para quem tem algum tipo de deficiência visual, pode ser bastante simples, contudo esta pode estar condicionada por vários fatores como limitações psicomotoras, motivação e idade em que surgiu a deficiência (ACAPO, 2023). Com o aparecimento das novas tecnologias e fácil acesso a informação, o braille muitas vezes deixa de ser uma opção para algumas pessoas portadoras desta condição.

Muitas pessoas têm algum tipo de deficiência visual que podia ter sido evitada ou que ainda não foi cuidada e o envelhecimento da população juntamente com as mudanças de estilo de vida, estão a fazer com que exista neste momento um aumento muito grande no número de pessoas com deficiência visual. Apesar de nos últimos anos ter havido uma evolução da promoção, prevenção, tratamento e reabilitação de doenças oculares, existem ainda algumas necessidades não atendidas, como as desigualdades na cobertura e a qualidade (Relatório Mundial da Visão, 2021). Logo, achou-se pertinente referir as cinco recomendações presentes

no Relatório Mundial da Visão (2021), sendo que cada país ou região deve avaliar a sua situação e contexto atual para traçar as próximas ações:

1- Integrar o atendimento oftalmológico na cobertura universal de saúde. Esta medida teria como objetivo, eliminar as desigualdades no acesso a prestação de serviços oftalmológicos. Dado isto, para planejar estes serviços de saúde garantindo a qualidade, é necessário saber quais as necessidades atuais atendidas e não atendidas e deve assegurar que o custo destas intervenções seja acessível para os utentes. 2-Implementar o AOICP em sistemas de saúde.

O AOICP pode ajudar alguns países a superarem os desafios da disponibilização de serviços prioritários de oftalmologia (como a falta de pessoal de saúde capacitado, serviços fragmentados e, por vezes, resultados de qualidade abaixo do ideal)” (Relatório Mundial da Visão, 2021, p.154).

3-Promover pesquisas de alta qualidade. Esta medida prende-se com o facto de que são necessários estudos que analisem os custos e benefícios das intervenções realizadas a nível individual e social. Para além disso, são necessárias pesquisas para que existam avanços tecnológicos que influenciem de forma positiva os cuidados clínicos e a vida das pessoas. 4-Monitorizar tendências e avaliar o progresso. Esta medida implica informações dos sistemas de saúde sobre cuidados oculares e dados epidemiológicos sobre doenças oculares e deficiência visual. Indicadores e benchmarking são também úteis para avaliar o progresso para a implementação. 5-Aumentar a consciencialização, envolver e capacitar pessoas e comunidades. Esta medida vai ao encontro da necessidade de consciencializar a importância da identificação precoce das doenças oculares, a necessidade de prevenir e resolver problemas de visão e como podem ser capacitados para terem acesso aos serviços de oftalmologia.

1.2. Desigualdades Sociais e a Inclusão Social

Nos dias de hoje é claro que apesar de já se ter percorrido um longo caminho, ainda estão presentes na nossa sociedade diversas desigualdades sociais e culturais relativas à população deficiente e à população com deficiência visual, sendo que o percurso para a inclusão parece ser longo.

Uma sociedade inclusiva consiste na possibilidade de os seus cidadãos estarem envolvidos em todas as áreas, económicas, sociais, educacionais e culturais. Segundo o autor Carvalho (2007, in Gomes, 2021) o conceito de inclusão pode ser explicado através de duas vertentes, a “inclusão essencial” e a “inclusão eletiva”. A primeira consiste na participação de todos os indivíduos na sociedade sem nenhuma exclusão ou discriminação na sua vida diária. A segunda,

parte da ideia de que qualquer cidadão possa pertencer a um grupo sem sofrer nenhum tipo de discriminação (Gomes, 2021). Por norma, os indivíduos com deficiência são colocados e agrupados no grupo de pessoas com deficiência, apesar de terem direito à inclusão. Dado isto, a inclusão está relacionada com a aceitação e a valorização do que é diferente e da relação entre estas pessoas.

Para que estejamos perante uma sociedade inclusiva é necessário que a mesma tenha meios que apoiem a inclusão destas pessoas para que exista uma cidadania ativa (Gomes, 2021). Para atingir estes objetivos existem diversas áreas que têm de ser melhoradas e onde têm de ser implementadas algumas medidas. Para já, destaca-se a área da educação, visto que as escolas têm um grande impacto na formação dos valores de uma criança e no reconhecimento dos direitos e deveres de um cidadão. Dado isto, as crianças devem ser sensibilizadas desde pequenas sobre as diferentes características dos cidadãos para que quando crescerem, possam respeitar as diferenças existentes na sociedade.

Estas reflexões são relevantes, visto que a cegueira ao ser considerada uma “desgraça” por grande parte da população, a sociedade afirma automaticamente que existem limitações físicas para quem tem esta condição, fazendo com que as aspirações destas pessoas sejam baixas. Ou seja, estas pessoas começam a considerar-se inferiores e sentem que estão a viver num mundo onde não se sentem adaptadas. Contudo, como afirma Henriques (2015), o mundo é que não se encontra adaptado às pessoas com deficiência visual por não ter “estruturas para o desenvolvimento e realização das suas capacidades”. Dado disto, de acordo com o autor Martins (2006) esta narrativa de “tragédia pessoal” transmitida pelas pessoas portadoras da deficiência e pela sociedade pode levar a uma “marginalização social”. Portanto, esta exclusão não implica que devemos ignorar a diferença das pessoas com deficiência visual, mas que devemos tomar atitudes de inclusão de uma forma natural, sendo que a sociedade deve estar preparada para uma comunicação personalizada (Henriques, 2015). Utilizando o exemplo da autora referida, o atendimento ao público deve ser personalizado, sendo que notamos sempre diferenças entre o atendimento de um cidadão sénior, de um turista estrangeiro ou na comunicação com crianças visto que o discurso é sempre adaptado. O mesmo deve acontecer com pessoas que tenham algum grau de incapacidade visual.

De acordo com o relatório realizado por Pinto e Neca (2020), a construção e avaliação de indicadores de direitos humanos é essencial, tendo em conta que são os principais elementos para se adquirir um maior conhecimento e uma efetiva implementação das provisões da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Desta forma, para que através deste relatório seja possível conhecer melhor as condições de vida da realidade portuguesa, foram

construídos quatro indicadores, a discriminação, o trabalho e emprego, a educação e a proteção social e condições de vida. Ao comparar os dados de 2016 com os de 2019, chegaram à conclusão que os progressos observados não resultaram de um esforço específico para elevar e tornar mais igualitárias as condições sociais da população com deficiência, mas sim da melhoria geral dos indicadores sociais no país. Dado isto, o caminho para alcançar uma igualdade social e de oportunidades para as pessoas com deficiência ainda é longo.

Em suma, as desigualdades sociais manifestam-se em diversas áreas da vida das pessoas com uma deficiência visual, sendo que os dados estatísticos no próximo subcapítulo serão indispensáveis para entender de que forma isto acontece, assim como os indicadores mencionados acima. A inclusão será um processo evolutivo que através de diversas medidas implementadas tornar-se-á um caminho cada vez mais ténue, com o passar do tempo e com a mudança de mentalidades da sociedade.

É ainda importante mencionar algumas associações que apoiam e ajudam as pessoas com uma deficiência visual no seu quotidiano e no decorrer do seu percurso pessoal e profissional, sendo que por vezes se tornam um grande apoio em diversas fases e áreas da vida destas pessoas. Em Portugal, destaca-se a Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), uma Instituição Particular de Solidariedade Social fundada a 20 de outubro de 1989. Neste momento, estão presentes em 13 capitais de distrito para além da sede em Lisboa e possuem ainda três Departamentos de Apoio ao Emprego e Formação Profissional e um Centro de Produção Documental. O grande objetivo da associação é a inclusão social das pessoas com deficiência visual e a promoção da sua qualidade de vida. Esta associação, destaca-se ainda pelos documentos que produz sobre a deficiência visual, nomeadamente a newsletter sobre as atividades da ACAPO (útil para quem quiser participar estar a par das iniciativas), recomendações para profissionais que desenvolvam produtos/serviços/conteúdos para pessoas com deficiência visual, a revista Louis Braille, informações sobre a deficiência visual dirigidas a pessoas que contactam com estas pessoas, assim como outro tipo de publicações dentro desta temática. A sua agenda cultural, divulgada no website, é também essencial para saber da existência de diversas iniciativas, exposições, aulas e diversas atividades realizadas especificamente para pessoas com deficiência visual, apesar de qualquer pessoa poder participar (ACAPO, 2023).

A Associação de Apoio e Informação a cegos e amblíopes é uma associação sem fins lucrativos, cujo objetivo principal é o combate à discriminação com base na deficiência, a promoção dos direitos fundamentais da pessoa com deficiência e a sua reabilitação e inserção social (AAICA, 2023). Ajudam estas pessoas através da divulgação de informação com o

intuito de oferecerem alternativas aos problemas das pessoas com uma deficiência e às suas famílias. Apoiam ainda diversos projetos dentro desta temática, tendo também diversas parcerias.

A Associação Promotora do Ensino dos Cegos, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos que tem por finalidade a defesa dos direitos e interesses das pessoas com deficiência visual, tendo em vista a sua plena inclusão cultural, social e profissional (APEX, 2023). Existem ainda várias pequenas associações por Portugal, algumas que apoiam as pessoas portadoras de deficiências ou necessidades especiais e outras associações mais específicas em termos de atividade.

1.2.1. Contexto Português Enquadrado no Atual Contexto Europeu

Achou-se relevante desenvolver uma breve caracterização estatística da população deficiente e da população portuguesa com deficiência visual numa perspetiva demográfica, social e económica. Dado isto, o grande objetivo deste subcapítulo será analisar este contexto a nível nacional, mas também europeu, de maneira que possam ser realizadas algumas comparações para chegar a considerações sobre as condições da vivência da população com deficiência, com enfoque na população com deficiência visual. Isto porque, existe a necessidade de uma análise aprofundada a este nicho da população de forma que haja uma sensibilização e uma maior atenção para as pessoas com algum tipo de deficiência. Isto é, com a análise estatística é possível termos informações realistas e fiáveis do contexto atual e olhando para os dados, podemos ter algumas perspetivas das dificuldades, constrangimentos e do que pode ser melhorado.

O mundo atual está construído para todos aqueles que conseguem ver, sendo a visão um dos sentidos mais importante e vital nas nossas vidas (Relatório Mundial sobre a Visão, 2021). Segundo este relatório, pelo menos 2,2 mil milhões de pessoas têm uma deficiência visual e, dessas, 1 milhar de milhões tem uma deficiência visual que poderia ter sido evitada ou que ainda não teve assistência. Logo, tem de haver um esforço por parte de toda a sociedade, instituições públicas e privadas e organizações para a integração social destes indivíduos, algo que pode ser aprofundado ao analisar os dados estatísticos.

Os dados demográficos mais recentes relativamente à população com deficiência e incapacidades residente em Portugal são os Censos de 2001, de 2011 e de 2021 sendo que existem algumas diferenças sobre as variáveis estudadas. Em 2001, recorreram ao ângulo bio-

médico de deficiência, sendo que em 2011 e 2021 a abordagem foi com base no ângulo de incapacidade cujo resultado foi uma autoavaliação do grau de dificuldade e incapacidade do indivíduo com o que o rodeia (Martins, 2018). Esta mudança metodológica torna difícil apresentar comparações ou análises evolutivas em relação a 2001, contudo, tentou-se cruzar alguns dados e fazer comparações entre 2011 e 2021, mas os resultados foram apresentados individualmente. Em 2001, em Portugal, constatou-se que existiam 636 059 pessoas com algum tipo de deficiência, nomeadamente, dificuldades auditivas, visuais, motoras, mentais, paralisia cerebral e outros tipos de deficiência, ao qual se dá destaque aos 163 569 com uma deficiência visual. (Figura 1). Portanto, de acordo com os dados do INE, em 2001, sendo a população portuguesa constituída por 10 330 774 pessoas, 6,1% da população portuguesa sofria de algum tipo de deficiência, percentagem esta que é crescente consoante a faixa etária, sendo que a deficiência visual era a mais elevada com 1,6% (Figura 2).

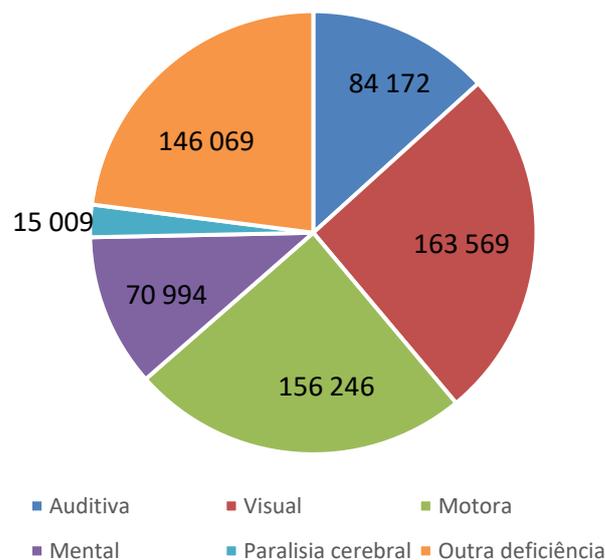


Figura 1- População Portuguesa (Nº) residente com deficiência segundo o Censo de 2001: total por tipo de deficiência. Fonte: INE, Censos 2001.

Figura 2- População com deficiência por cada mil habitantes (%). Fonte: INE, Censos 2001.

Já em 2011, cerca de 17,8% da população portuguesa sentia algum tipo de dificuldade nas suas atividades diárias e em 2021 cerca de 42% da população, havendo deste modo um grande aumento (INE). Os números têm um aumento significativo de 2001 para os outros dois anos, visto que estes incluíam vários valores subjetivos que podem variar de indivíduo para indivíduo, nomeadamente, ver, ouvir, andar ou subir degraus, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sozinho, compreender os outros ou fazer-se compreender. Comparando os dados de 2011 e 2021 (Figura 3), o aumento de um ano para o outro está relacionado com o panorama da população portuguesa, nomeadamente, o envelhecimento da população que acaba por perder as capacidades funcionais.

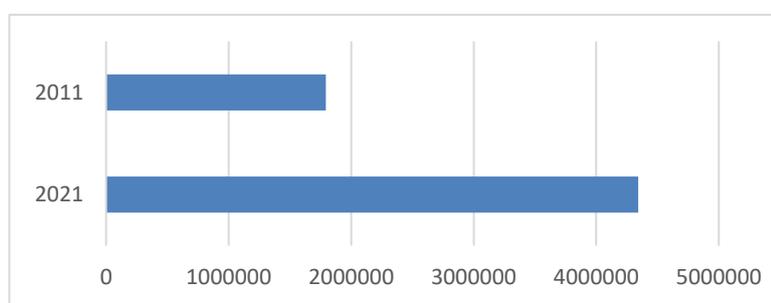


Figura 3- População residente com pelo menos uma dificuldade (Nº). Fonte INE, Censos 2011 e 2021.

Em relação a outros países da União Europeia, tendo em conta a população de cada um, em geral, têm taxas muito semelhantes de pessoas com incapacidade que rondam os 1 e 2%, uma percentagem muito baixa tendo em conta o resto da população (Figura 4).

Os países que têm uma taxa mais alta são a Hungria, Lituânia e a Letónia, sendo que a Alemanha é o seguinte. Contudo, é necessário ter em conta que 87 milhões de europeus são portadores de uma deficiência e que estes números tendem a aumentar devido ao

envelhecimento da população e conseqüentemente o aumento de risco de desenvolvimento de doenças crônicas cuja causa podem ser lesões ou doenças não transmissíveis.

À medida que se envelhece a probabilidade de ser portador de uma deficiência aumenta, e como indica o Conselho da União Europeia com base em dados do Eurostat, 48,5% das pessoas com deficiência na UE têm mais de 65 anos e 17,9% têm entre os 16 e os 65%.

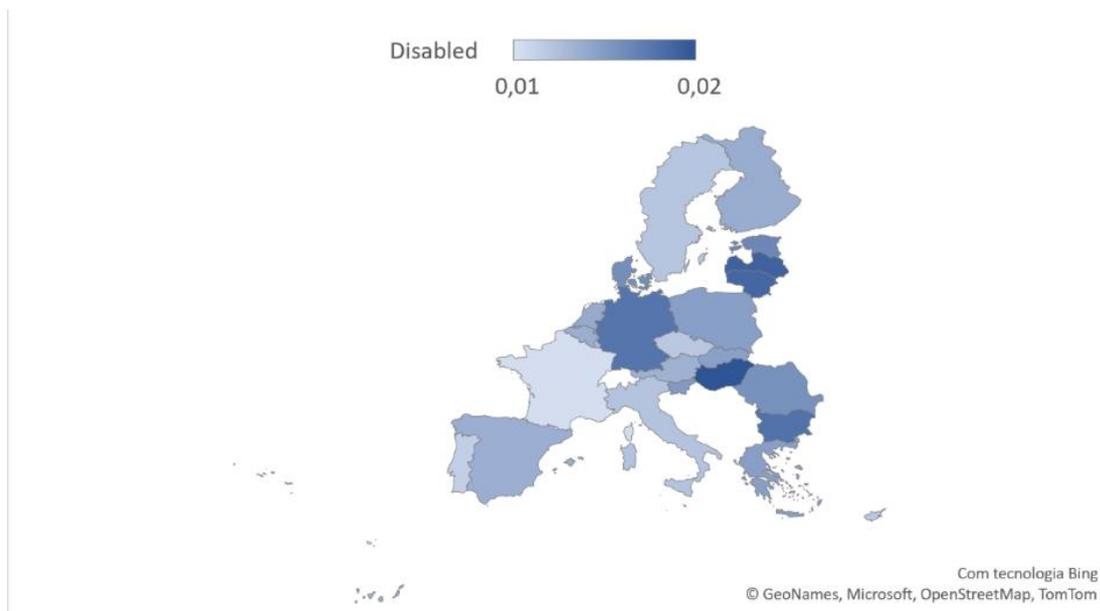
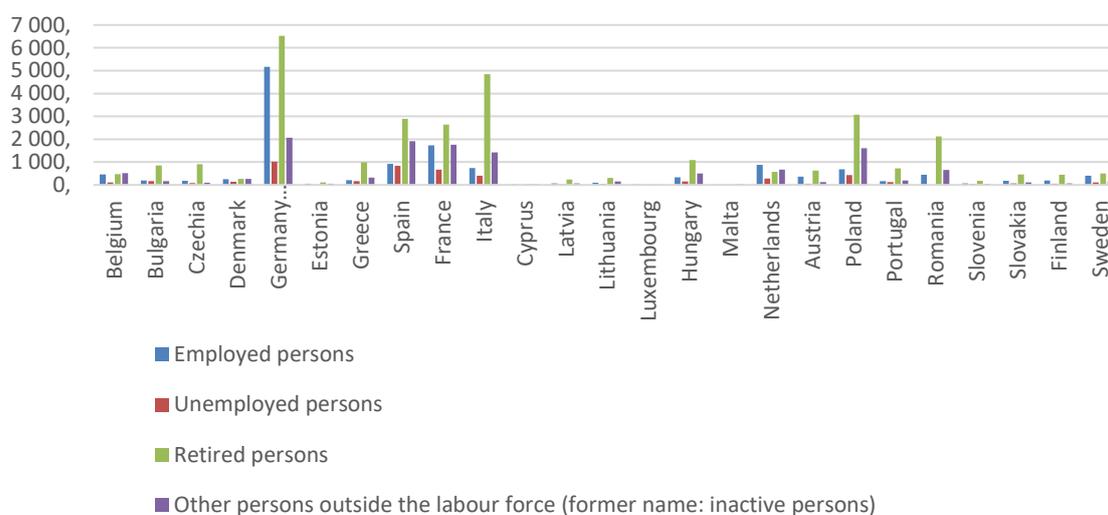


Figura 4- População Europeia com Incapacidade (%). Fonte: Eurostat, 2012.

Estas pessoas enfrentam ainda diversas barreiras na sua integração social, como por exemplo, o desemprego, cuidados de saúde por atender, pobreza e exclusão social, acesso à educação e discriminação. Partindo para o tópico do desemprego, tal como é dito no Relatório Mundial sobre a Deficiência (2011), quase todos os trabalhos podem ser realizados por alguém com uma deficiência de forma produtiva e essas pessoas têm o direito de trabalhar num mercado de trabalho que onde exista igualdade de oportunidades, um ambiente de trabalho inclusivo e acessível (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas, art. 27). Contudo, como documentado por vários estudos, as pessoas com deficiência em idade de trabalhar têm taxas de empregabilidade muito mais baixas comparando com as taxas de empregabilidade de pessoas sem deficiências.

Com base num estudo de 2012 retirado do Eurostat, é possível entender que o número de pessoas empregadas é sempre superior ao número de pessoas desempregadas em todos os países do gráfico (Figura 5). Os países com taxas de emprego mais alto que se destacam em relação aos restantes, são a Alemanha, a França e a Holanda, possivelmente por terem um mercado de trabalho mais inclusivo. Os restantes países, apresentam sempre uma taxa de desemprego menor, contudo, a diferença não é tão grande. Em suma, é possível perceber através dos dados do Eurostat que 50% das pessoas com deficiência em idade ativa têm emprego, em comparação com 75% das pessoas sem deficiência.



Apêndice 5- Pessoas com Incapacidade segundo o estatuto laboral (Nº). Fonte: Eurostat 2012.

Para que não haja falhas no mercado e para que as empresas não tenham receio em contratar estas pessoas, vários países têm leis para impedir que esta discriminação perdure, assim como, medidas específicas e serviços profissionais de reabilitação e emprego (Relatório Mundial sobre a Deficiência, 2011). Portugal, na Lei nº4/2019, estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência e na Lei 93/2019, altera o código de trabalho com o intuito de diminuir a precaridade laboral, como por exemplo, reduzir o tempo de período experimental e a duração dos contratos a termo certo e incerto. Portanto, a integração destas pessoas é muito importante por diversas razões, nomeadamente, para maximizar os recursos humanos, para promover a dignidade humana e a coesão social, para acomodar os números crescentes de pessoas com deficiência na população em idade de trabalhar.

Em relação ao desemprego de pessoas com deficiência, existem diversas fontes de informação, o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (2019), os dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, 2020), o Gabinete de Estratégia e planeamento (GEP-

MTSS, 2020), a Direção Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP, 2020) e o Eurostat. Continuando a analisar Portugal no contexto europeu, observando dados mais recentes, a Figura 6 mostra que em 2018, no nosso país, 71,8% dos portugueses com deficiência estavam a trabalhar ou disponíveis para trabalhar, superando a taxa média europeia que se situa nos 62,4%. Nos últimos anos, verificou-se sempre uma evolução positiva, contudo, a atividade das pessoas sem deficiência continua a ser bastante superior à das pessoas com deficiência (Figura 7).

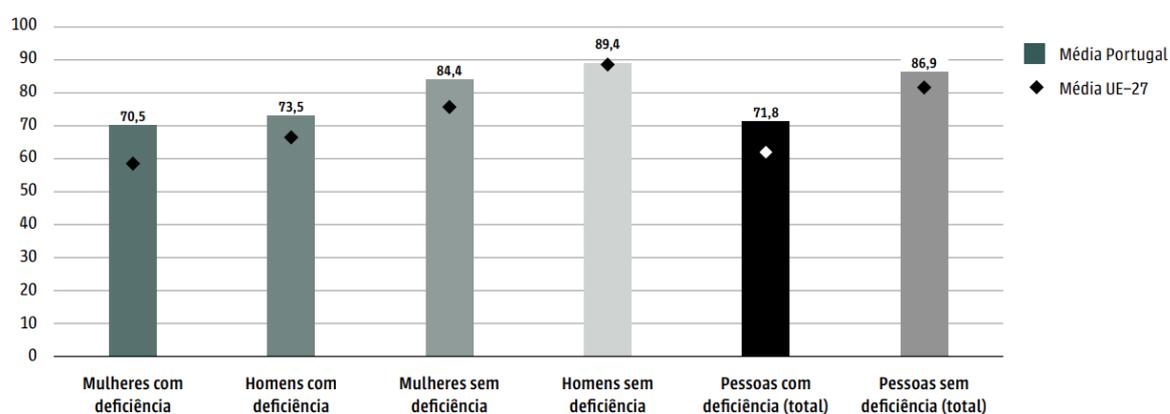


Figura 6- Taxa de Atividade, por sexo e deficiência, 2018 (20-64 anos; Portugal e EU-27%). Fonte: EU-SILC (2020), Projeto EDE.

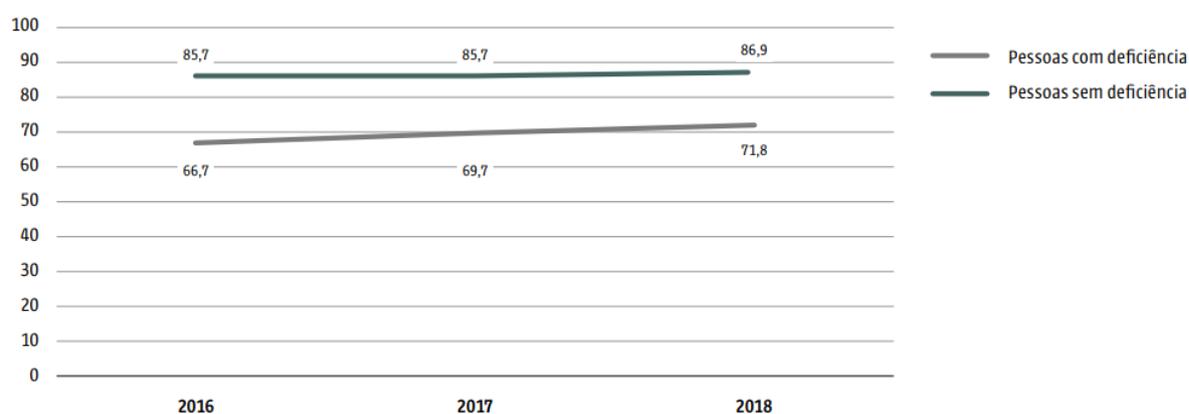


Figura 7- Evolução da taxa de atividade nas pessoas com e sem deficiência 2016-2018 (20-64 anos, Portugal, %). Fonte: EU-SILC (2020), Projeto EDE.

A pandemia manifestou também algum impacto algo visível através dos dados do IEF, por exemplo, o desemprego de longa duração (mais de 12 meses), em 2019 registou melhorias

(diminuindo 5,9% face a 2018 e 19,8% face a 2016), contudo sofreu um aumento de 11,3% no primeiro semestre de 2020 face ao ano de 2019 (Pinto & Neca, 2020).

Ao analisar as áreas de emprego da população Portuguesa e Europeia conseguimos também ter uma noção do tipo de instituições que respeitam os direitos de igualdade e as áreas onde existe uma maior abertura e, provavelmente, uma maior oferta. Tanto a nível europeu como em Portugal as duas áreas com maior emprego, primeiramente a manufaturação, ou seja, o trabalho em fábricas e em segundo lugar, a área do comércio e venda por atacado, assim como a reparação de veículos e bicicletas (Figura 8).

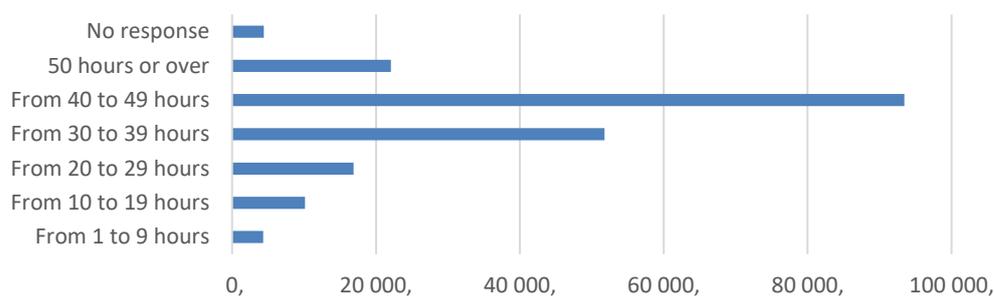


Figura 8- Horas Semanais de Trabalho da População Europeia com Deficiência (Nº). Fonte: Eurostat, 2011.

Logo a seguir existem três áreas que sobressaem, a área dos direitos humanos e de atividades sociais, que muitas vezes vai ao encontro destas pessoas também querem ajudar outras pessoas com vários tipos de dificuldades. De seguida a área da educação e logo a seguir a área da administração pública, assim como a segurança social. Isto demonstra que, as áreas onde existem um maior emprego são áreas que não exigem elevadas qualificações, contudo, logo a seguir vêm as áreas que as exigem e já existe algum tipo de educação superior (Eurostat, 2011). Em relação às horas semanais de trabalho, a maior parte da população trabalha cerca de 40 a 49 horas por semana, equivalente a cerca de 8 horas e meia por dia durante os cinco dias da semana e logo de seguida entre 30 a 39 horas por semana (Figura 9). Estes números indicam que as pessoas com deficiência são tratadas de igual forma em relação ao número de horas de trabalho, tal como é indicando por lei em grande parte dos países europeus.

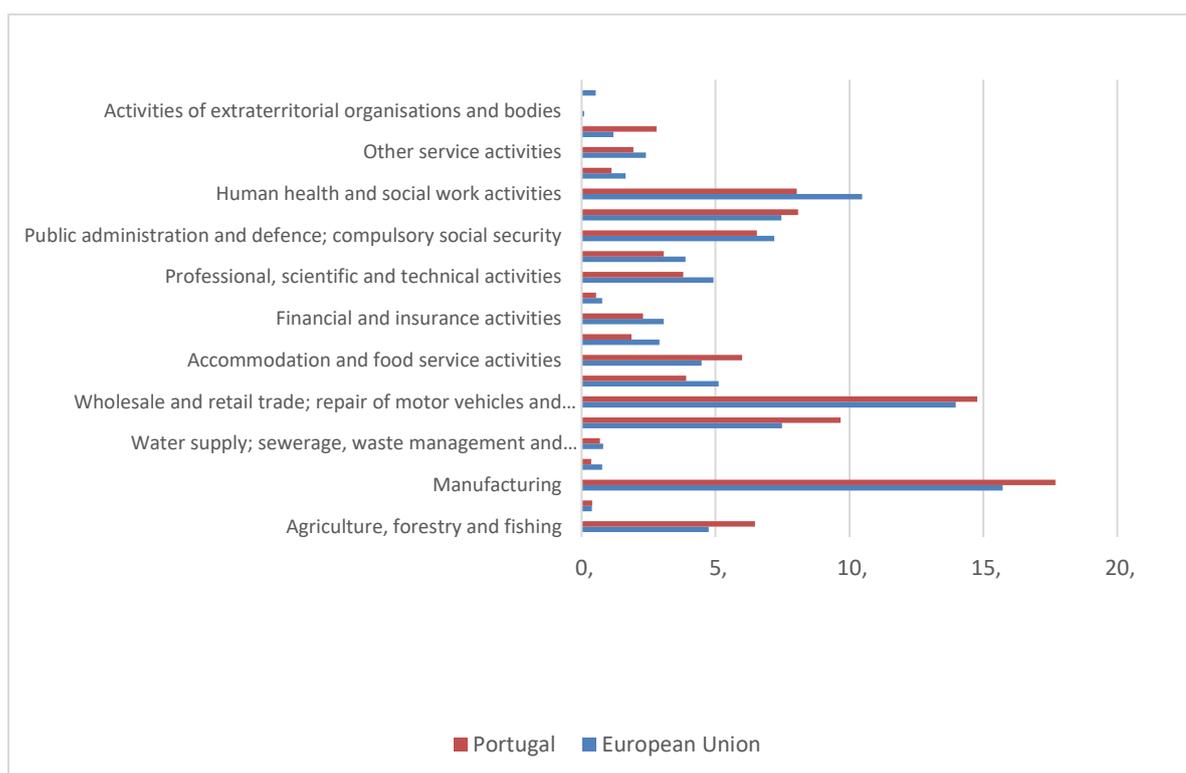


Figura 9- Emprego por tipo de Atividade Económica (%) em Portugal e nos Países da União Europeia. Fonte: Eurostat 2011.

Perceber o porquê de a população deficiente não procurar emprego é também uma questão relevante para este estudo. Em Portugal, a principal razão é a própria doença ou deficiência, estando logo em segundo lugar o motivo de estarem reformados (Figura 10), por Portugal ter uma população bastante envelhecida especialmente e remetendo para este estudo 2011 ainda mais. Em terceiro lugar, fica a opção de pensarem que não existe trabalho disponível, algo preocupante, mas que pode ser gradualmente alterado através da mudança de mentalidades da sociedade e das instituições. Para além disso, associações nacionais dos países, como é o caso da ACAPO, na vertente das pessoas com uma deficiência visual em Portugal, podem ter um papel extremamente importante na integração das mesmas no mercado de trabalho.

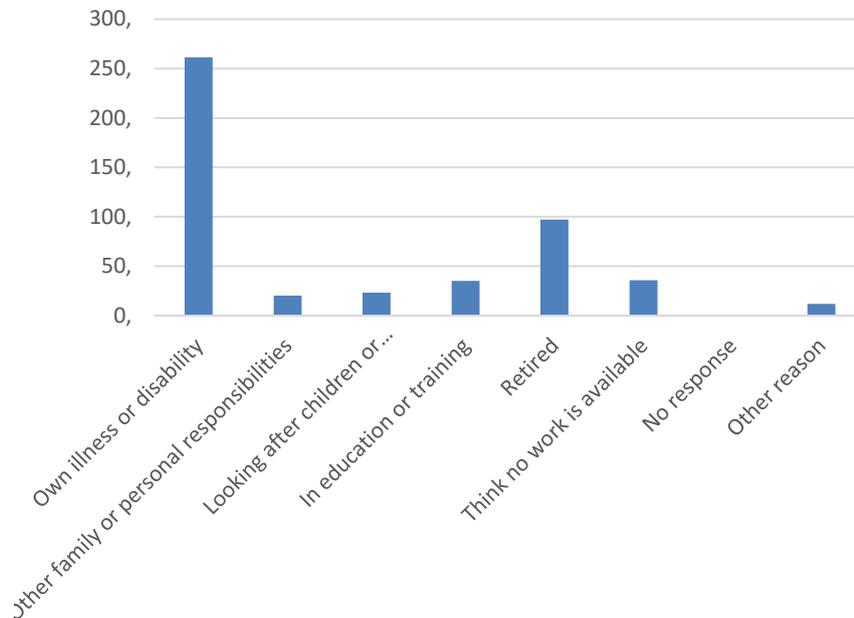
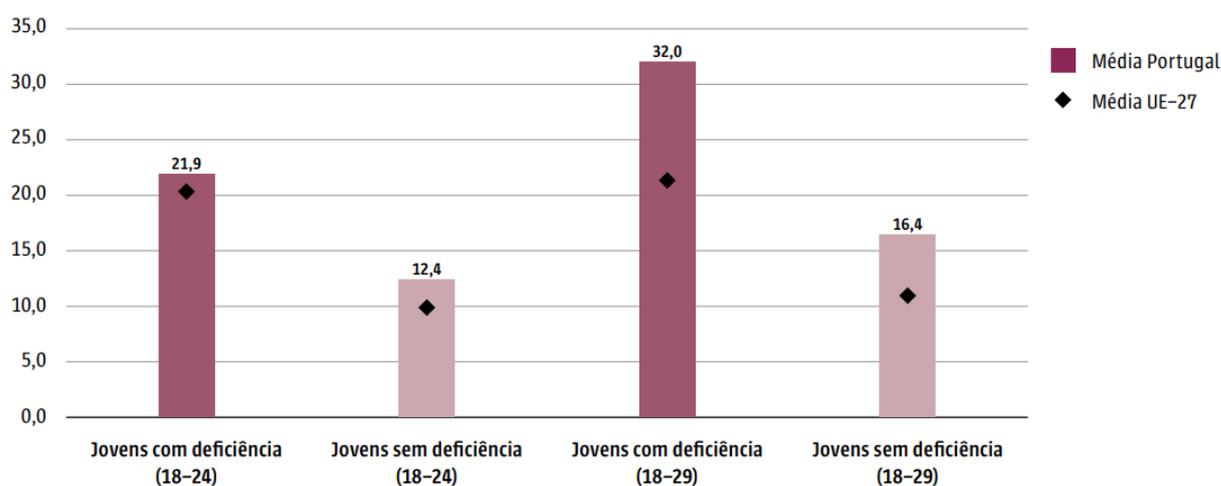


Figura 10- População Inativa Deficiente em Portugal (Nº) e a principal razão para não procurarem emprego.
Fonte: Eurostat, 2011.

Partindo para a análise específica dos deficientes visuais, é um facto que a escolarização é um grande fator para a inserção destas pessoas no mercado de trabalho e para quem adquire esta deficiência na idade adulta esta inserção no mercado de trabalho pode ser mais difícil. Contudo, é certo que esta discriminação existe e através de um estudo realizado pelo Observatório das Desigualdades em 2012 a 1325 pessoas maiores de 16 anos com deficiência visual, é possível afirmar que as origens sociais dos inquiridos e a categoria socioprofissional da família de origem não tem importância no acesso ao mercado (Pedroso & Alves, 2012). Manifestou-se sim uma desigualdade entre sexos, isto é, as mulheres já têm uma menor taxa de emprego no mercado de trabalho e estar nesta categoria e ainda serem consideradas deficientes, baixa ainda mais a probabilidade de conseguirem um emprego. Verificou-se que a probabilidade de um homem deficiente visual estar empregado é o dobro da probabilidade de uma mulher, o que nos conduz para as questões de género. Verificou-se ainda que os inquiridos que conseguiram concluir a escolarização têm uma probabilidade muito superior de conseguirem entrar no mercado de trabalho e isto demonstra a importância das políticas públicas da educação e o seu papel na promoção de igualdade entre toda a sociedade. Portanto, para que haja uma alteração destes valores, as dinâmicas sociais têm de ser alteradas, visto que as instituições e as políticas terão de superar os estereótipos e são estas organizações que

poderão atenuar e eventualmente acabar com os efeitos cumulativos presentes na sociedade portuguesa.

Em relação á educação, segundo o conselho europeu que teve como fonte o Eurostat, o abandono escolar precoce é duas vezes mais provável para as pessoas com deficiência. Em Portugal, é de destacar a Lei nº116/2019 que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva e reforça ainda a participação dos pais na equipa de apoio à educação inclusiva tendo um papel muito importante no relatório técnica-pedagógico (Pinto & Neca, 2020). Segundo os dados do Inquérito Europeu às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC,2018), mostram que em 2018, “a taxa de abandono escolar precoce nos alunos e alunas com deficiência com idades entre os 18 e os 24 anos em Portugal era de 21,9%, ou seja, 1,6 p.p. acima da taxa média na UE-27 (20,3%) e muito superior à média dos alunos sem deficiência em Portugal (+9,5 p.p.; 12,4%).” (Figura 11). Dado isto, mais de metade destas pessoas, não têm a escolarização concluída entre o nível 0-2 e a restante percentagem que sobra é praticamente dividida entre aqueles que têm o nível 3-4 e os que têm o nível 5-6 (Figura 12). Estes dados e através dos estudos da DGEEC, é possível afirmar que em Portugal o número de estudantes com deficiência a frequentar o ensino superior aumentou 16,8% dos anos 2018/2019 para o ano de 2019/2020 (Pinto & Neca, 2020). Isto prende-se também com as acessibilidades para as pessoas com vários tipos de deficiência, como por exemplo, rampas, equipamento tecnológico de ajuda para as pessoas com uma deficiência visual, entre outros, que facilitam o acesso às instituições assim como, a aprendizagem.



Fonte: EU-SILC 2018 (versão 1 de 2020) – Dados processados pelo projeto EDE, European Disability Expertise.

Figura 11- Taxa de abandono escolar entre os jovens com e sem deficiência, 2018 (18-24 e 18-29, Portugal e EU)

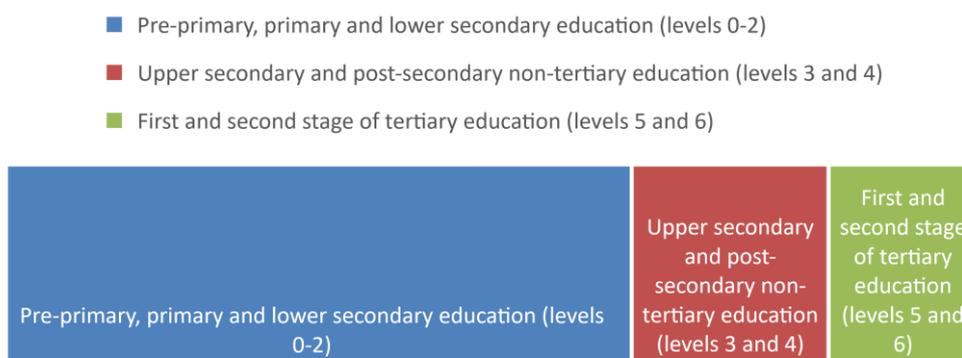


Figura 12- População Portuguesa com Deficiência por Nível de Escolarização (Nº). Fonte: Eurostat, 2011.

A participação numa comunidade a nível social, económico e cultural são cruciais para a saúde e bem-estar de toda a população. Um estudo realizado em 2018 com 121 pessoas deficientes teve como objetivo explorar os padrões de interação social entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência (Xie et al., 2018). Os resultados foram os seguintes, as pessoas com deficiência preferem interagir com pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência preferem estar com pessoas sem deficiências. Em segundo lugar, as pessoas com deficiência têm uma maior cooperação, satisfação e sentido de justiça ao interagirem com pessoas com deficiência, comparativamente com pessoas que não tenham nenhuma condição. Por último, a desvantagem em número das pessoas com deficiência pode reverter a sua desvantagem na própria identidade. Estas conclusões são de grande valor prático e podem ser muito úteis na realização de atividades com pessoas com deficiência.

Partindo para a análise social das pessoas com deficiência, os dados que se encontrou no Eurostat são bastantes antigos, nomeadamente, relativos a 2006. Contudo, é possível perceber que independentemente da frequência com que o fazem, as atividades realizadas com maior frequência são a visita aos sites culturais e os teatros e concertos, ficando quase sempre em segundo lugar os eventos desportivos e o cinema (Figura 13). Contudo, é de salientar que quem frequenta atividades mais de 12 vezes, a atividade com maior número são os eventos desportivos. Ao observar o gráfico, fica claro que a maior parte das pessoas nunca frequenta ou faz nenhuma destas atividades e isto muitas vezes acontece porque não têm transporte para se deslocarem, não têm acompanhamento caso necessitem, os locais não são acessíveis em termos motores e em termos de vivenciar a experiência ao máximo, como por exemplo, o cinema para pessoas surdas terá de ter legendas e para pessoas cegas terá de estar numa língua que eles possam compreender. Os sites culturais, teriam de ter um áudio-guia para as pessoas com uma deficiência visual, entre outras limitações inerentes às atividades, que podemos encontrar de

forma muito explícita na ACAPO. Quando acompanhadas, estas pessoas por norma vão com família ou amigos, os que frequentam atividades todos os dias e os que frequentam todas as semanas vão mais com a família, enquanto os que vão várias vezes por mês e os que vão uma vez por mês vão mais com os amigos (Figura 14). Em suma, em termos de participação cultural, tem-se trabalhado cada vez mais neste aspeto, mas é certo que ainda há um longo caminho por percorrer.

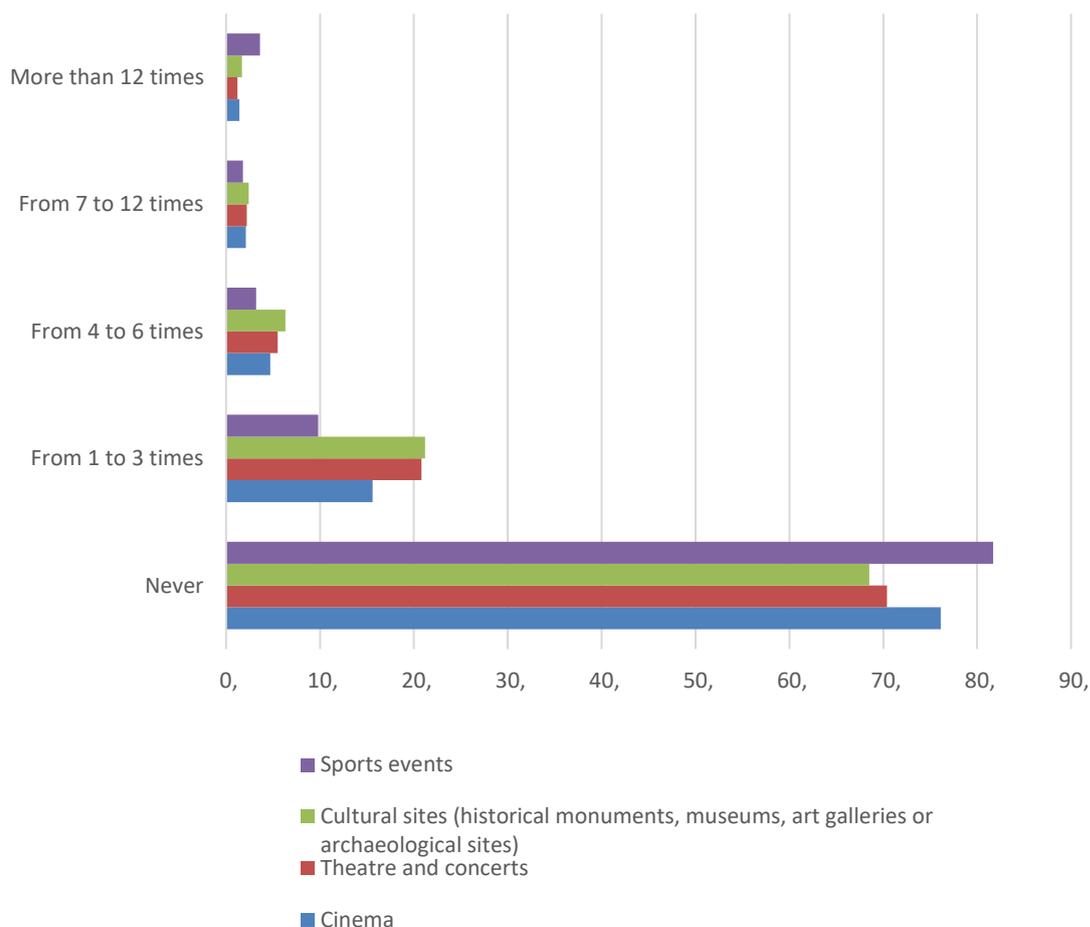


Figura 13- Frequência de pessoas com deficiência na ida ao cinema, performances ao vivo, sites culturais e eventos desportivos (Países Europeus). Fonte: Eurostat, 2006.

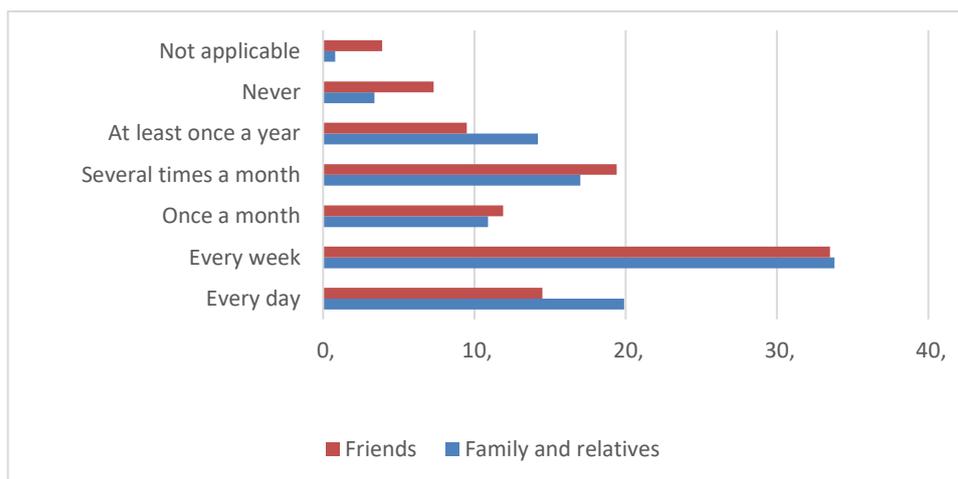


Figura 14- Acompanhamento de pessoas com deficiência a eventos ou atividades culturais. Fonte: Eurostat, 2006.

A deficiência muitas vezes faz parte da nossa passagem pela vida e em determinada altura da vida é provável que todos nós sofreremos algum tipo de incapacidade temporariamente ou de forma definitiva. Portanto, “a deficiência é complexa, e as intervenções necessárias para superar as desvantagens causadas por ela são múltiplas, sistêmicas e irão variar conforme o contexto.” (Relatório Mundial sobre a Deficiência, 2011). Contudo, através do relatório mundial e do presente estudo é possível concluir que existem diversas barreiras incapacitantes: políticas e padrões inadequados; atitudes negativas; falta de serviços; financiamento inadequado para a implementação de políticas; falta de acesso de transportes e informação; falta de consulta e envolvimento; falta de dados e evidências.

Portanto as soluções encontradas são: permitir o acesso a todas as políticas, sistemas e serviços; investir em programas e serviços específicos para pessoas com deficiência; adotar estratégias e plano de ação para deficiência em âmbito nacional; envolver as pessoas com deficiência; melhorar a capacidade dos recursos humanos; oferecer financiamento adequado e melhorar a acessibilidade económica; aumentar a conscientização pública e o entendimento das deficiências; aumentar a base de dados sobre deficiência; fortalecer e apoiar a pesquisa sobre deficiência. Neste relatório foram ainda deixadas sugestões de melhoria e ajuda a pessoas com deficiência para os governos; órgãos das Nações Unidas; organizações de pessoas com deficiência; fornecedores de serviços; setor privado; comunidades; instituições académicas e pessoas com deficiência e as suas famílias. Isto permite-nos perceber que para que haja uma mudança na mentalidade e forma de agir da sociedade é preciso que todos colaborem, não basta só uma parte, temos todos de agir para que estas pessoas estejam cada vez mais integradas

dentro da sociedade e da sua comunidade. Todas as iniciativas, por mais pequenas que pareçam, são um passo para alcançarmos uma sociedade cada vez mais inclusiva.

1.2.2. O Mercado de Trabalho para os Profissionais Deficientes e a Cultura das Organizações

O ser humano para sobreviver no mundo atual tem de se conseguir sustentar monetariamente, logo, a independência financeira é extremamente importante para a qualidade de vida de qualquer pessoa. Dado isto, apesar de analisado a nível estatístico acima, achou-se relevante abordar com maior pormenor a problemática da inserção de pessoas com algum tipo de deficiência no mercado de trabalho atual, com um enfoque para o setor da cultura. Por outras palavras, achou-se pertinente analisar a forma como as empresas e organizações fazem o recrutamento, nomeadamente, como utilizam o seu poder, se existem desigualdades na contratação e perceber qual o impacto da cultura organizacional no tratamento dos profissionais. Ao mesmo tempo, explorar os valores e as condições de emancipação do trabalho dos profissionais deficientes. Logo, é pertinente abordar este tema porque um dos aspetos mais relevantes para melhorar os processos de inclusão destas pessoas é a sua inserção no mercado de trabalho, visto que, sem esta mais dificilmente terão acesso à cultura.

A inserção laboral e a gestão da deficiência no local de trabalho são um desafio constante para a sociedade, para os cidadãos com deficiência, para os empregadores e para as políticas e estratégias nacionais, europeias e internacionais (Ramos, 2019). A integração profissional desta população implica que se considerem diversos pontos específicos, nomeadamente, as condições de empregabilidade, a luta contra a discriminação, a saúde, a segurança e qualidade de vida no trabalho. Nos últimos anos, tem-se verificado uma transformação nos modelos de organização e gestão laborais, um aumento do desemprego e a intensificação do trabalho, que podem implicar um risco maior na segurança dos trabalhadores com deficiência (Ramos, 2019). Dado isto, esta autora recomenda diversas hipóteses de ações por parte das organizações para que estes trabalhadores vejam os seus direitos respeitados, nomeadamente, a necessidade de adaptar o trabalho às necessidades destas pessoas (configurações adequadas dos postos de trabalho, das tarefas e dos equipamentos ao tipo de deficiência); a informação e sensibilização dos diferentes atores para que haja realmente igualdade de direitos; a aplicação das recomendações dos Planos e Estratégias Nacionais, Europeus e Internacionais relativamente à saúde e segurança no

trabalho; medidas de sensibilização das empresas e que informem os empregadores das capacidades das pessoas com deficiência, para que a empregabilidade aumente; e a necessidade de maior responsabilização na sociedade e no meio laboral como intuito de “promover condições de igualdade de participação e inclusão dos cidadãos com deficiência”.

Antes de se avançar para uma análise mais profunda do ambiente laboral, achou-se necessário analisar a importância das redes de sociabilidade que vão influenciar a integração social dos deficientes nas práticas culturais e no mercado de trabalho. Segundo a autora Diana Crane (1992), está presente uma incoerência entre os consumos e a inserção na situação profissional, sendo que estão presentes diferenças entre as várias classes sociais consoante o sexo, etnia, região e mesmo religião, algo que a autora aponta que escapa a Bourdieu, e que é consequência do “crescente multiculturalismo das modernas sociedades” (Lopes, 1998). João Teixeira Lopes, constata que as camadas sociais com redes de sociabilidade grandes têm reportórios culturais mais amplos e pelo contrário os grupos socialmente mais desfavorecidos concentram mais as suas práticas nas modalidades domésticas, com enfoque para o televisionamento, visto que também têm redes sociais restritas (vizinhos e parentes). Isto é referente às práticas culturais, contudo também se aplica ao mercado de trabalho, onde por vezes as pessoas com deficiência também ficam um pouco limitadas relativamente ao seu lugar na sociedade.

Pierre-Michel Menger (1999) fala de mercados de trabalho artístico, um tema sensível devido às precariedades de oferta e de salário para os artistas, ainda mais acentuada caso se trate de artistas com algum tipo de deficiência. O autor menciona que de forma geral no mercado artístico prevalecem as contratações ou subcontratações de curto prazo, contudo o sucesso do artista depende das suas escolhas estratégicas, visto que carreiras menos sucedidas podem ser consequência de contratos de exclusividade, que impedem o trabalhador de ser empregue para trabalhos como *freelancer* por exemplo. Contudo, é um facto que existe um excesso de oferta de artistas que se deveu a diversos fatores, como a urbanização, o aumento do nível educacional, entre outros e devido a isso verifica-se uma grande competição no mercado de trabalho que pode ser um fator limitativo para certos grupos sociais.

O mercado de trabalho pode ter algumas condições restritas, contudo, podem ser vantagens ou oportunidades para pessoas que tenham dificuldade em encontrar trabalho ou em mantê-lo, ou seja, quando os candidatos são escassos, os empregadores podem sentir-se incentivados para ampliar as suas redes de recrutamento (Eurofound, 2022, p.81). Portanto, ao contratar pessoas com deficiências as taxas de emprego aumentariam, não haveria tanta falta de mão de obra e o

risco de pobreza e exclusão social seria inferior. É possível afirmar, que 15% da população inativa não procura trabalho por doença ou deficiência e algumas dessas pessoas poderiam e queriam trabalhar caso as suas necessidades fossem atendidas. Por exemplo, o fornecimento de um assistente, a adaptação do local de trabalho, flexibilidade do horário de trabalho, no entanto, essas condições quase nunca são oferecidas pelos empregadores. Esta discriminação e estereótipos prendem-se com a ideia de que estas pessoas teriam uma produtividade inferior, algo que acaba por se tornar uma barreira visto que a taxa de desemprego de pessoas com deficiência está perto dos 25% abaixo da média (Eurofound, 2022). A nova Estratégia para a Deficiência 2021-2030 considera a participação no emprego a melhor forma de assegurar a independência financeira e a inclusão social, sendo que a estratégia europeia económica também menciona a necessidade de aumentar a participação deste grupo de pessoas no mercado de trabalho.

Apesar desta iniciativa e interesse, existem poucas medidas de apoio a pessoas com deficiência porque de certa forma é desafiante desenvolver projetos dedicados a este grupo, que ultrapassem estas barreiras, visto que a integração destas pessoas envolve uma logística e um caminho de integração personalizado. Apesar disto, é cada vez mais comum a contratação destas pessoas para cargos públicos, as instituições que decidem ultrapassar esta barreira, muitas vezes têm vários tipos de apoio, como por exemplo o Fundo Social Europeu (FSE), onde existem programas de financiamento de inclusão. Como exemplo, na Bulgária, um programa apoiado pela FSE financia o emprego a pessoas com deficiência ao contratar um assistente para os apoiar no emprego, na República Checa, o FSE apoia programas específicos na integração de pessoas com deficiência com o objetivo de ajudar a ultrapassar a falta de mão-de-obra (Eurofound, 2022).

Em 2021 a Eurofound apostou num estudo para examinar as diversas abordagens políticas e as medidas que operam nos membros da União Europeia, para melhorar a integração das pessoas com deficiência. No estudo, foram identificadas 154 medidas políticas que foram classificadas em quatro categorias. Primeiramente, o apoio à criação dos empregos (oferta e procura de trabalho), onde constam pontos como dar apoios e incentivos aos empregadores (incentivos bem elaborados que compensem custos extra); sistemas de quotas que obriguem as empresas a nível legal a contratarem um número mínimo de pessoas com deficiência e apoio ao empreendedorismo e autoemprego. Em segundo lugar, o apoio a trabalhadores ou candidatos a emprego, isto é, desenvolver as competências das pessoas através do ensinamento; aconselhamento e orientação da carreias das pessoas com deficiência para estarem conscientes

das suas habilidades e a reabilitação profissional que inclui gestão da saúde e orientação para que mantenham os seus empregos. Em terceiro lugar, apoio das organizações empregadores (procura), isto pode acontecer aumentando a consciência dos empregadores para que existam oportunidades; adaptações e assistência no local de trabalho para que existam as condições necessárias e ações de formação e sensibilização para ajudar na eliminação de barreiras na contratação, havendo assim uma cultura organizacional mais inclusiva. Por último o ambiente institucional (relacionado com o contexto), através de instrumentos jurídicos, acordos coletivos e proteção contra a demissão para que hajam ambientes institucionais de apoio (que vão ao encontro da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência); a coordenação dos serviços visto que eles precisam de um tratamento personalizado; e os aspetos organizacionais e administrativos da prestação de serviços que são essenciais para uma boa prestação de serviços. Portanto, estas medidas têm evoluído com o passar dos tempos e cada vez lhes é dada importância, sendo que as intervenções direcionadas por norma funcionam sempre melhor. O ideal seria que existisse um equilíbrio entre apoio personalizado e apoio integrado para que todas as necessidades fossem correspondidas.

Em relação ao quadro legislativo de proteção no emprego das pessoas com deficiência, podemos olhar para o mesmo a nível internacional e nacional. As organizações internacionais têm bastante importância na integração destas pessoas, como é o caso da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Conselho da Europa, a Organização das Nações Unidas e a Comunidade Europeia que têm vindo a desenvolver recomendações, estudos e programas de ação desde a segunda metade do século XX. Como menciona Carapinha (2015), a nível internacional

a abordagem da deficiência foi evoluindo através de legislação e políticas de inclusão, numa perspectiva do direito da pessoa com deficiência ao trabalho digno e à sua inclusão no mercado de trabalho, dando ênfase à igualdade de oportunidades de todos os cidadãos (Carapinha, 2018, p.10).

Portanto, diversos documentos importantes foram elaborados para alcançar a inclusão e igualdade de direitos, que embora não sejam de cumprimento obrigatório, são normas internacionais que ao serem aplicadas em diversos membros da EU com intenção de respeitar uma regra de direito internacional, está presente o compromisso moral e político para adotarem estas medidas (Carapinha, 2015).

Em Portugal, só após o 25 de Abril é que as medidas e políticas de proteção social e de emprego ganham uma maior atenção, visto que nos anos anteriores havia apenas pequenos apontamentos na legislação como resposta a necessidades pontuais. Após isto, gradualmente a

legislação começa a alterar-se, primeiramente são legislados os acidentes de trabalho ou doenças profissionais, em 1965 com o Decreto nº46548 é realizada uma diferenciação relativamente aos níveis ou graus de invalidez, sendo que apenas em 1971 surge a primeira legislação exclusiva a pessoas com deficiência em Portugal. Relativamente ao emprego, em 1983 é publicada uma das primeiras iniciativas legislativas para o apoio ao emprego de pessoas com deficiência e conseqüentemente a difusão de políticas fiscais. Para a concretização das políticas de reabilitação profissional, é publicada a Lei-Quadro da Reabilitação Profissional, onde são definidos os apoios e incentivos ao emprego e fixadas as condições de apoio técnico e financeiro que remete para o IEFP. Em 2001, para a inclusão das pessoas com deficiência, é fixada uma quota obrigatória nos serviços e organismos de administração central e local e nos institutos públicos. Para que estas medidas continuassem a ser praticadas, saiu o Decreto-Lei nº290/2009, onde consta o quadro legal para a inserção destas pessoas com a criação do *Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas 21 com Deficiência e Incapacidade* onde são definidas quatro medidas de apoio às entidades empregadoras na integração profissional: apoio à qualificação que integra a formação profissional; adaptação dos postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitetónicas, isenção e redução de contribuições para a segurança social; realização de contratos emprego-inserção e emprego apoiado onde são atribuídos apoios às entidades promotoras da medida; prémio de mérito às entidades que se distingam na integração profissional de pessoas com deficiência. Em 2013 surgem ainda os Estágios Emprego com o intuito de integrar jovens desempregados em entidades públicas ou privadas, com o apoio financeiro participado pelo IEFP. Portanto, através desta pequena análise de alguma da legislação nacional, é possível constatar que existem diversos apoios na integração laboral das pessoas com deficiência. Estas medidas podem melhorar, contudo, pensa-se que a mudança tem também de partir das organizações e entidades ao mostrarem-se disponíveis e interessadas na contratação destas pessoas (as empresas têm um papel predominante na inclusão pelo trabalho e podem desenrolar um papel exemplar se não se focarem na diferença que exclui estas pessoas); a mudança de mentalidade da sociedade no geral; e a mudança de mentalidade das pessoas com deficiência que muitas vezes se consideram inválidas, sendo esse um sentimento que têm de trabalhar com elas próprias, mesmo sabendo que essa mentalização seria mais fácil se existisse de facto inclusão no tratamento dos cidadãos e na forma como os cidadãos se tratam. Portanto, a exclusão social é um problema social e político, sendo que a sociedade tem de ter presente o cumprimento dos direitos de cidadania e a igualdade (Oliveira, 2012).

Partindo para a percepção dos empregadores sobre o trabalho da pessoa com deficiência, constatou-se que foram elaborados diversos estudos sobre as atitudes dos empregadores relativamente às pessoas com deficiência no emprego. Considerou-se importante referir um estudo realizado em 1998 pela National Organization on Disability, onde foi possível perceber que o tipo de deficiência afeta bastante a contratação, por exemplo, os empregadores manifestaram uma maior preocupação na contratação de pessoas com doenças mentais do que com deficiências físicas (Oliveira, 2012). Para além disso, muitas empresas aperceberam-se que a contratação destas pessoas pode melhorar a sua imagem na sociedade e ao mesmo tempo melhorar o seu compromisso com a responsabilidade social. Outro ponto que nos dá uma percepção muito grande, foi que os empregadores que já tinham contratado previamente outras pessoas com deficiência, afirmaram ter uma boa impressão destas pessoas devido à força e vontade de trabalhar. Dado isto, é possível afirmar que os empregadores podem sentir alguma apreensão na contratação destas pessoas, contudo, se optarem por o fazer podem vir a ter grandes surpresas pela positiva.

Um dos fatores que também dificulta a empregabilidade destas pessoas, deve-se aos percursos escolares curtos, visto que muitos indivíduos não chegam ao ensino secundário e hoje em dia devido à exigência do mercado de trabalho, pode ser um fator decisivo na contratação. Para além disso, após a contratação destes indivíduos, é importante, sensibilizar os trabalhadores da empresa para desmistificar preconceitos e preparar a equipa que irá receber esta pessoa para garantir um bom ambiente de trabalho. Segundo um estudo desenvolvido por Brazão (2018), constatou-se que empresas maiores empregam mais facilmente indivíduos portadores de deficiência (empresas mais pequenas têm menos confiança e acreditam que estes indivíduos são menos produtivos, rápidos e confiantes); as entidades formadoras são muito importantes na inserção destas pessoas no mercado de trabalho; existem áreas de atividade que não permitem uma confiança suficiente nestes indivíduos para lhes darem emprego, ou seja, existe uma falta de confiança nestas pessoas devido aos estereótipos.

Através de um estudo realizado em 2017 sobre as práticas organizacionais das instituições e a perspetiva das pessoas com deficiência visual das mesmas, verificou-se que metade dos trabalhadores entrevistados tiveram acesso ao mercado de trabalho através de estágios curriculares, programas específicos e contrato direto, algo que demonstra a importância das medidas governamentais (Andrade, Silva & Veloso, 2017). Concluiu-se que está presente uma necessidade de medidas coletivas e individuais, porque um clima organizacional que apoie as

peças com deficiência fará com que exista uma atitude positiva destas peças para com a organização e vice-versa.

Observou-se ainda a forma como as peças com deficiência que experienciaram o mercado de trabalho competitivo percebem o mesmo e quais os seus níveis de satisfação. Para isto, analisou-se o estudo produzido por Gonçalves e Nogueira (2012), onde se constatou que os indivíduos que participaram no estudo apresentam níveis de satisfação elevados. Quando questionados sobre o que os levava a gostar do seu trabalho, a maioria referiu ser a natureza e características das tarefas, dado isto este facto deve ser tido como importante na fase de colocação da pessoa num posto de trabalho. Para além disto, no estudo é também sugerido que se deve dar uma atenção particular ao ambiente e cultura social do local de trabalho, visto que a possibilidade de estabelecerem relações sociais de amizade com outros colegas é um fator muito importante para esta população. O estilo de liderança pode também ter um impacto na satisfação dos indivíduos, visto que neste caso, analisando os resultados, deve ser direcionado para uma liderança afetiva e pedagógica.

Em suma, o mercado de trabalho está em constante evolução e atualmente deparamo-nos com um mercado de trabalho mais exigente e cada vez mais seletivo, sendo que as oportunidades são limitadas e muitas vezes direcionadas a indivíduos dispostos a aprender e acompanhar a vivência da empresa. Contudo, apesar do intuito do trabalho ser a produção é também um grande meio de inclusão e inserção dos indivíduos na sociedade. Na literatura foi possível identificar orientações específicas que as organizações podem e devem implementar nas suas políticas e práticas de gestão de recursos humanos para que tenham uma cultura organizacional inclusiva e responsável socialmente, relativamente às peças deficientes.

Contudo, após uma análise mais profunda, foi possível perceber que nem todas as organizações estão preparadas para contratar peças com deficiência porque o preconceito de que estas peças não podem ser uma mais-valia para a empresa continua presente. Portanto, para a integração de peças com deficiência no mercado de trabalho é necessária uma redução dos preconceitos e das barreiras sociais e profissionais. É necessária uma mudança de mentalidade neste aspeto para que possamos evoluir enquanto uma sociedade.

1.3. Acessibilidade e Práticas Culturais

1.3.1. Acessibilidade na Cultura

A acessibilidade com a evolução dos estudos científicos e da sociedade tem vindo a ser um tema bastante discutido, sendo que as instituições começam a conceder cada vez mais atenção a este conceito. Dado isto, começou-se a entender que a acessibilidade ultrapassa a ideia de rampas e casas de banho adaptadas, sendo um conceito mais alargado. A adicionar a isto, está presente na sociedade uma tendência para associar acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida, no entanto, este conceito, não se restringe a isso, conta também com “pessoas com deficiência (limitações físicas, sensoriais ou cognitivas), idosos, famílias com crianças pequenas” entre outros (INR, 2010). Isto porque, considera-se que quem precisa destas adaptações é apenas uma minoria, contudo, é uma necessidade de todos os cidadãos, visto que pode acontecer durante a vida que uma grande parte precise de utilizar, por exemplo, estruturas acessíveis (Henriques, 2015).

Como mencionado, o conceito de acessibilidade tem vindo a ser discutido por diversos autores de diferentes formas. Segundo o Instituto Nacional para a Reabilitação, a acessibilidade pode ser descrita como “a característica de um ambiente, equipamento, produto, objeto ou serviço que lhe confere a possibilidade de assegurar a todos os seus potenciais utilizadores uma igual oportunidade de uso, de forma amigável e com dignidade e segurança”. Segundo Sarraf (2022), o conceito de acessibilidade cultural é “Um conjunto de adequações, medidas e atitudes que visam proporcionar bem-estar, acolhimento e acesso a fruição cultural para pessoas com deficiência beneficiando públicos diversos”. Importa ainda distinguir o conceito de acessibilidade do conceito de participação tendo em conta que são os dois relevantes. O conceito “acesso” concentra-se em permitir que novos públicos usufruam da oferta cultural disponível, introduzindo públicos não tradicionais que possam usufruir de um património que seria de difícil acesso devido a um conjunto de barreiras. A participação reconhece um público como um interlocutor ativo, a ser consultado, ou pelos menos, envolvido no planeamento da oferta cultural (Marie, 2012).

Gabrilli (2011) debruça-se sobre este tema e afirma que “deficiente são as cidades e não as pessoas”. Com esta afirmação podemos constatar que se uma pessoa portadora de uma deficiência tiver acesso aos mesmos serviços e estruturas que uma pessoa sem deficiência tem, o seu dia a dia seria facilitado, assim como existiria uma maior facilidade no mercado de

trabalho, de acesso à educação e à saúde. Se essa pessoa não tiver acesso a estes aspetos dificilmente se conseguirá desenvolver a nível pessoal, sociocultural e terá muitas dificuldades na sua mobilidade física. Logo, a acessibilidade tem de ser igual para todos, respeitando as necessidades de cada indivíduo. A autora destaca ainda que a acessibilidade não se refere apenas à mobilidade, mas também a fatores como a educação, as atividades e espaços culturais, o trabalho, a saúde e os tempos livres, algo visível através da seguinte afirmação:

Qualquer política coerente e global deve ter como objetivo garantir a todos os indivíduos a plena cidadania, igualdade de oportunidades, uma vida autónoma e liberdade de escolha, assim como uma total e ativa participação em todas as áreas da vida colectiva. (Gabrilli, 2011)

O autor Sasaki menciona as diversas dimensões da acessibilidade, analisadas por Negreiros (2017). Primeiramente, a acessibilidade arquitetónica que se encontra relacionada com as barreiras físicas que devem seguir as normas técnicas de cada país relativamente a, por exemplo, inclinação das rampas, bebedouros adaptados, espaço de manobra para cadeiras de rodas, guias, vagas de estacionamento com maior área, entre outras. A segunda dimensão é a comunicacional, que consiste nas barreiras na comunicação entre pessoas, nomeadamente os recursos táteis e sonoros, audioguia, piso tátil, identificações em braille, letras ampliadas, com contraste, videoguias com interpretação gestual para surdos, intérpretes de língua de sinais, audiodescrição, poder tocar em réplicas das obras, guias em leitura fácil adaptados com pictogramas apropriados para distintas faixas etárias, entre outros. A terceira dimensão é a acessibilidade programática que consiste nas barreiras existentes nas políticas públicas, legislações e normas. A quarta é a Acessibilidade Metodológica que consiste nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação, saúde e participação social, assim como os direitos dos cidadãos. A quinta é a Acessibilidade Instrumental, que consiste na inexistência de barreiras nos instrumentos, ferramentas e utensílios como por exemplo, a disponibilização de meios de comunicação e tecnológicos, como equipamentos de multimídias, laboratórios de informática com softwares específicos, teclados em Braille, entre outros. A sexta é a dimensão Altitudinal que recomenda comportamentos da sociedade que não incluam preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações para com as pessoas portadoras de deficiências.

É necessário entender que a acessibilidade elimina barreiras físicas, mas também comunicacionais, psicológicas e sociais, sendo que esta associação será um grande passo para a inclusão e o respeito pela igualdade de direitos (Henriques, 2015). Com isto, é possível entender que a acessibilidade é uma condição essencial para a qualidade de vida das pessoas e é fundamental para o exercício dos direitos e deveres que cada cidadão deve ter. Logo, é um

direito universal que contribui para um reforço do tecido social e para uma participação cívica dos integrantes. Segundo a Constituição da República Portuguesa um dos deveres do estado conta com a adoção de medidas cuja finalidade seja garantir e assegurar os direitos das pessoas com necessidades especiais – “ou seja, pessoas que se confrontam com barreiras ambientais, impeditivas de uma participação cívica ativa e integral, resultantes de fatores permanentes ou temporários, de deficiências de ordem intelectual, emocional, sensorial, física ou comunicacional” - com o intuito de promover o bem estar e a qualidade de vida de população (INR). Isto é visível no artigo nº71, na alínea 2 da Constituição Portuguesa,

O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efectiva realização dos seus direitos (...). (Constituição da República Portuguesa, artigo nº 71)

Achou-se também pertinente fazer uma breve análise à acessibilidade nos museus, visto que é tema que cruza o conceito de acessibilidade com uma prática cultural. Os espaços devem ser adaptados às pessoas portadoras de deficiência, contudo, não apenas a nível físico, mas também considerando todo o ambiente de uma visita, desde a chegada até à saída. Logo, um museu adaptado a todos os cidadãos não deve ter barreiras arquitetónicas ou comunicacionais (Henriques, 2015). Primeiramente, é necessário ter em conta a formação dos profissionais presentes em espaços museológicos, visto que devem saber lidar com todo o tipo de pessoas que os visitam. Como menciona a autora Rita Henriques, ainda existe um desconhecimento grande sobre a forma como deve ser realizada a comunicação com as pessoas com necessidades especiais. Na sua opinião, a receção deste público deve depender o mínimo de condicionantes como visitas a horas marcadas ou atividades específicas com profissionais formados. Isto os profissionais que integram a equipa de um espaço cultural, devem estar preparados para a receção de públicos com deficiências para que exista uma “uniformidade na experiência de receção e fruição por parte do público.” (Henriques, 2015), para que não seja necessário depender de um grupo específico com formação. Isto seria essencial para a igualdade e para a democratização da oferta, sendo capaz de aproximar o público com alguma deficiência do restante público. Pensa-se que também é importante mencionar que os funcionários da receção e dos restantes núcleos museológicos, devem estar preparados para receber todo o tipo de público com naturalidade, visto que as pessoas com algum tipo de incapacidade reagem muito ao ambiente através dos sentidos, logo um ambiente sensitivo é um fator importante (Henriques, 2015).

Para que esteja presente uma acessibilidade, é ainda necessário existir uma promoção e informação adequada dos espaços culturais para que as pessoas com algum tipo de deficiência estejam a par das suas atividades e quais os locais adaptados para as mesmas. Isto porque, os espaços que tenham condições de acessibilidade para o público portador de deficiências, têm divulgar adequadamente os seus serviços para conseguirem chegar ao seu público-alvo. Logo, como constata a autora Rita Henriques (2015),

por mais adaptadas que estejam as estruturas físicas do local em questão, se os restantes serviços de atendimento não corresponderem e se não houver a devida promoção aos especiais interessados, o investimento realizado dificilmente cumprirá o seu objetivo (Henriques, 2015, p.20)

Para que tal seja feito com eficácia, uma forma de tornar um espaço cultural acessível é falar com grupos de pessoas representantes da população para a qual se está a criar a acessibilidade, visto que só elas poderão dar contributos para melhorias e adaptações.

Segundo Sarraf (2022), para que os museus possam cumprir a sua função social e para que sejam verdadeiramente inclusivos, precisam de ir além da receção deste público em ações educativas, é necessário que garantam a sua participação e representatividade nos processos de gestão das instituições, com destaque para o desenho das políticas institucionais e para as ações de curadoria e difusão do património. Na sua opinião, na esfera pública é ainda necessário garantir o protagonismo de representantes dessa população e de outras que não são consideradas na gestão da cultura e do património (exemplo de pessoas LGBTQIA+, afrodescendentes, indígenas, entre outros) na criação de políticas culturais inclusivas. Logo, o compromisso com a democratização da cultura deve ter em conta a acessibilidade numa abordagem multidisciplinar, de modo que o direito de todos os públicos seja assegurado. A garantia da acessibilidade e dos direitos das pessoas com deficiência relativamente à cultura, está de certa forma na legislação de grande parte dos países do mundo, como mencionado acima em Portugal, com a assinatura do protocolo facultativo da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU.

As populações representantes dos direitos de acessibilidade precisam de recursos através de perceções por meio dos sentidos, sem que estas estejam limitadas à visão e à audição (Sarraf, 2022). Esta autora sugere as seguintes:

adequações espaciais que proporcionem acesso aos indivíduos que se locomovem de maneiras diferentes e com equipamentos; estratégias de comunicação alternativas que privilegiem diversos níveis de cognição e outros aspectos que respeitem as diferentes disposições dos indivíduos que formam nossa sociedade diversa. (Sarraf, 2022, p. x)

Dado isto, os museus que consigam assegurar este fator inclusivo e acessível, garantem benefícios a todo o tipo de público.

A acessibilidade em museus, de acordo com o conceito que partiu do Movimento Internacional de Inclusão Social, não menciona apenas o direito de ir a um museu, mas também o benefício de práticas e linguagens acessíveis que deve contribuir para que os visitantes se sintam acolhidos, que “tenham o desejo de permanecer, participar e considerá-los como opções de lazer e cultura indispensáveis em sua agenda.” (Sarraf, 2022). Contudo esses benefícios não devem ser sinónimo de um atendimento especial, porque se não o efeito será contrário e seriam estabelecidos ambientes e produtos exclusivos quando o que se pretende é a inclusão social através do convívio das diferenças dos indivíduos.

Os espaços culturais têm de mudar a sua linguagem nas diversas formas de relacionamento com o público para que se tornem totalmente acessíveis, e esta dificuldade remonta às origens históricas e sociais relacionadas com a superioridade do visual. Logo, a acessibilidade aplicada aos museus prevê que todos os espaços incluídos no acesso ao património cultural devem estar ao alcance de todos os visitantes e perceptíveis a todas as formas de comunicar, desde

as exposições, sejam elas temporárias ou de longa duração; os espaços de convivência, como jardins, cafeterias, restaurantes, salas de leitura e os espaços destinados ao convívio; os serviços de informação, como bibliotecas, mediatecas, arquivos, bancos de dados virtuais e websites; os programas comunitários de ação educativa, como visitas, oficinas, aulas, espetáculos, eventos temáticos; os programas de formação, como cursos de extensão e acadêmicos; e todos os demais serviços básicos e eventuais oferecidos aos visitantes (Sarraf, 2022, p.28).

A autora destaca ainda a importância de compreendermos que o desenvolvimento de projetos de atendimento a pessoas com deficiência para cumprir a legislação não é suficiente, é necessário entender que a norma é a diversidade e um visitante “normal” não existe porque o que caracteriza a sociedade é a diversidade, nomeadamente as diferenças e singularidades de cada cidadão.

Nos dias que correm temos observado uma sensibilidade na atuação dos gestores, profissionais, artistas, produtores e criadores na oferta de recursos mínimos de acessibilidade em produções culturais e temos observado posturas mais abertas para aprender, observar e propor soluções com resultados maioritariamente positivos. Contudo, ainda está presente uma necessidade de políticas públicas que tornem possíveis, “ações de formação, acesso à informação, incentivo financeiro e divulgação” (Sarraf, 2022), para que os profissionais de órgãos públicos e privados tenham oportunidades e obtenham conhecimentos para que

consigam criar projetos culturais acessíveis. Logo, é necessário que se comecem a propor mudanças na maneira de agir, visto que a experiência não se deve limitar aos visitantes normativos.

Logo, “cultural exclusion may only be reversed by conscious and proactive efforts toward mentality change, on the part of both the majority and the minority populations.” (Marie, 2012). Assim, é necessária uma mudança de mentalidades que só será possível se os cidadãos tiverem a oportunidade de aprofundar os seus conhecimentos e se melhorarem a compreensão mútua através de encontros, sendo que as artes e a cultura são uma excelente forma para que isso aconteça.

1.3.2. Práticas Culturais e a Inclusão Cultural

As práticas culturais podem ocorrer em diversos contextos sociais, sendo múltiplas e diversificadas (Silva, 2020). Segundo este autor, “todas as práticas sociais são eminentemente culturais” sendo que a relação entre a cultura e a sociedade tem vindo a ter um constante análise e atualização teórica, visto que a sociedade está em constante mudança histórica, política e social. Seguindo as ideias do autor que se baseia em Pierre Bourdieu e em Arino Villarroya, os gostos e estilos de vida não advêm de um gosto natural, mas sim da manifestação prática de diferenças sociais, logo o espaço social está amplamente relacionado com o espaço cultural. Atualmente é possível constatar como se manifestam gostos e as práticas culturais associadas aos mesmos, estando estas muito assentes na criatividade, no saber e no conhecimento. A criatividade e a diferença, a par das novas formas de sociabilidade dos jovens e adultos, demonstram que os movimentos de transformação da sociedade levam a alterações relevantes na esfera cultural. Dado isto, é perceptível a relevância da cultura para a sociedade contemporânea, sendo que

(...) o exercício cultural possui um vastíssimo cardápio à disposição de todos os grupos e setores sociais independentemente de uma posição de classe determinante do exercício cultural e da relacionada apreciação de gosto exercida pelos indivíduos” (Silva, 2020, p.27).

Em suma, o conceito de prática cultural, abrange um conjunto de atividades ou hábitos culturais que se “traduzem em indicadores que certificam se essas atividades foram ou não realizadas e, em caso afirmativo, com que frequência e variantes.” (Pais, 2021).

A Cultura abrange diversas atividades culturais sendo que o autor Pedro Costa apresenta uma análise às atividades culturais ao dividi-la em grupos (Gomes, 2021, como citado em

Costa, 2002). O primeiro refere-se às indústrias criativas (desde cinema, produção audiovisual, livro e discografia, media, tecnologias da informação, indústrias do lazer e do entretenimento); em segundo lugar a “cultura cultivada, institucional e legitimada” (engloba artes performativas e ópera, dança, música clássica, teatro e artes plásticas); em terceiro a cultura popular (música popular, dança, teatro, cinema, vídeo e multimédia, artes plásticas, design, moda, sociabilidade noturnas, tecnologias de informação); o quarto grupo “A salvaguarda do Património da identidade histórico-cultural” que se sustenta na preservação de museus, bibliotecas, videotecas, entre outros; o quinto grupo “As atividades técnico-criativas” que vão de encontro à criação estética e simbólica (a arquitetura, moda, design, entre outros); e o sexto e último grupo “As práticas Amadoras Individualizadas e outras formas de sociabilidade cultural” (escrita, fotografia, música, pintura, dar um passeio, usufruto de um lugar e o convívio em alguns lugares públicos, entre outros). Portanto, tendo revisto este modo de análise, as atividades culturais permitem a formação dos cidadãos em sociedade e podem ser um meio social de integração e conhecimento (Gomes, 2021).

Achou-se relevante mencionar o Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses realizado em 2020, onde se analisam os consumos culturais de 2000 portugueses através da Internet, da televisão e da rádio; práticas de leitura em formato impresso e digital; frequência de bibliotecas, museus, monumentos históricos, sítios arqueológicos e galerias de arte; idas ao cinema, concertos e espetáculos ao vivo, incluindo festivais e festas locais; participação artística e capitais culturais (Pais, Magalhães & Antunes, 2021). Deste estudo destaca-se análise das principais fontes de informação da população portuguesa sobre a oferta cultural, tendo em conta que é um grande fator para a inclusão. As percentagens são as seguintes: recomendações pessoais (40%), a televisão (35%) e as redes sociais (23%); outros canais como informação local, Internet, rádio, anúncios, cartazes e jornais (entre 10% e 15%). A autoavaliação realizada pelos próprios inquiridos sobre o seu conhecimento da oferta cultural, revela as desigualdades sociais, sendo que as categorias socioprofissionais mais qualificadas estão mais familiarizadas com a esfera cultural (63%), enquanto as categorias ligadas ao trabalho manual e menos qualificado estão mais distanciadas, sendo que a escolaridade é também um diferencial. Logo, os menos informados sobre a oferta cultural são aqueles que não têm acesso ou que menos utilizam algum dos meios de informação mencionados.

Entende-se por inclusão cultural a ampliação do acesso relativamente ao consumo, à produção e à distribuição cultural. Logo, numa sociedade inclusiva os cidadãos têm capacidade para estarem envolvidos em diversas áreas, económicas, sociais ou culturais. Uma sociedade inclusiva conta com a participação de todos os cidadãos sem qualquer tipo de discriminação no

dia-a-dia e permite a qualquer cidadão estar num grupo de qualquer área (Gomes, 2021). No entanto, nas sociedades atuais observamos que muitas vezes os cidadãos com deficiência são automaticamente colocados no grupo das pessoas com deficiência e este tipo de agrupamento está de certa forma inserido nas mentalidades. Tal como menciona Gomes (2021), quando nos referimos à inclusão referimo-nos a aceitação e valorização do que é diferente e desta forma será possível que todos os cidadãos possam participar ativamente na sociedade.

Para uma sociedade inclusiva é necessário que sejam implementadas medidas e que existam diversos meios que apoiem a inclusão para que cada cidadão independentemente da sua capacidade, possa ter a sua independência e participar nas atividades económicas, sociais, políticas e de lazer. Relativamente à cultura e ao seu consumo, é notório que nos dias que correm ainda existem desigualdades para com as pessoas com deficiências (Gomes 2021). Contudo, para que sejamos uma sociedade inclusiva é necessário mudar as mentalidades em diversos sentidos, tal como é mencionado por EU Member States Experts (2012):

(...) cultural exclusion may only be reversed by conscious and proactive efforts toward mentality change, on the part of both the majority and the minority populations. And mentalities will only change if people have the opportunity to deepen their knowledge of the other and to improve mutual understanding through positive encounters (EU Member States Experts, 2012)

Logo, as artes e a cultura são o meio ideal para que isto aconteça.

A inclusão das pessoas com deficiência é algo positivo para a economia, como por exemplo o turismo inclusivo. De acordo com um estudo realizado pela Universidade de Surrey e analisado por Rita Henriques (2015), com o turismo inclusivo “(...) mais de 130 milhões de pessoas na Europa (aproximadamente 20% da população europeia), o que representa um volume de negócios superior a 80 milhões de euros por ano (...)”. Logo é um segmento do mercado turístico para um público muito específico, no entanto este público poderá ir acompanhado por familiares ou amigos. Desta forma está adaptado para todos, o que fará crescer a economia, ao contrário dos espaços e atividades que não estão adaptadas e que perdem as pessoas com algum tipo de deficiência e os seus acompanhantes.

É ainda necessário mencionar o Guia de Boas Práticas de Acessibilidade e os principais pontos que vão de encontro ao que foi analisado até ao momento. Segundo este guia, as equipas e o conjunto de todas as pessoas que trabalham nos vários setores de atividade podem fazer a diferença no sucesso de um projeto de acessibilidade e inclusão. Segundos os mesmos, existem estudos que mostram que a atitude dos profissionais é uma das principais barreiras à inclusão das pessoas com deficiência ou incapacidade. Logo, a equipa tem de estar toda motivada para

que o monumento, palácio, museu, ou espaço cultural se torne mais inclusivo. No caso de espaços museológicos existem ainda diversas técnicas que se podem aplicar no desenvolvimento dos produtos para que sejam inclusivos: escrita simples e de leitura fácil; escrita pictográfica; tradução interlinguística; interpretação em língua gestual; legendagem; audiodescrição; escrita em formatos aumentados; braille e relevo 2D%; relevo 3D; jogos e experiências multissensoriais; visitas virtuais (Mineiro, 2017). A título exemplificativo, no Museu do Louvre em Paris, foi montada uma sala à parte da exposição principal com o intuito de ser explorada por visitantes com alguma deficiência visual. Esta visita tinha uma planta tátil da sala, disponibilização de um audioguia (elaborado por uma pessoa com deficiência visual com descrição das cores e dos materiais das peças), réplicas de obras de arte com espaço para andar à volta das mesmas, balcões ao redor da sala com peças pequenas sobre bases giratórias, mosaicos táteis no chão que avisam da presença das peças, as réplicas têm sempre uma amostra do material original e informação em braille, assim como imagens ampliadas (Henriques, 2015, p.44). Neste museu existem ainda visitas guiadas onde os objetos são descritos, workshops de vários temas e acompanhamento para percorrer o museu caso seja solicitado, sendo que este acompanhamento é desde o estacionamento ou desde a praça de táxis mais próxima. Desta forma, podemos concluir que o espaço tem de ser acessível em todos os aspetos, mas a área envolvente e a disponibilidade dos funcionários é também muito relevante. A adicionar a isto, constatou-se que seria uma ótima opção, consultar grupos representativos dos cidadãos para o qual se está a criar a acessibilidade, visto que são as pessoas mais adequadas para entenderem quais as necessidades e quais as melhorias e adaptações possíveis.

Um outro exemplo de museu que cumpre a legislação relativamente à acessibilidade é o Museu de Arte Contemporânea de Barcelona (MACBA), que está constantemente a adequar os seus serviços e a realizar programas que se focam na inclusão. Neste museu

os portadores de deficiência (e um acompanhante) tem entrada gratuita, existem anéis magnéticos para quem possui deficiência auditiva devidamente assinalados por pictogramas, visitas com intérpretes de língua gestual, recursos de acessibilidade visual (monóculos e óculos de aumento), os cães de assistência são bem vindos, existe um guia em braille e reproduções táteis e imagens em alto relevo de algumas das obras, assim como visitas para invisuais, para visitantes com necessidades cognitivas específicas com recursos sensitivos e interactivos adequados (Messias, 2018).

Logo, observam-se bons exemplos e uma preocupação crescente com a inclusão, mas o caminho a percorrer ainda é longo.

Existem algumas instituições muito relevantes pelas suas condições de acessibilidade e na implementação de boas práticas, que tornam possível a inclusão (Henriques, 2015). Garantem a inclusão para todos os cidadãos com deficiências, algumas mais direcionadas para a cegueira ou para as atividades culturais. Primeiramente, a ONCE (Organização Nacional de Cegos de Espanha), fundada em 1938 que tem como objetivo primário a “mejora de la calidad de vida de las personas ciegas o con discapacidad visual grave a través de la prestación de una amplia oferta de servicios sociales que permite su inclusión social plena.” Esta organização promove serviços sociais especializados para a criação de programas que têm como meta integrar as pessoas com uma deficiência visual no mercado de trabalho em Espanha. Desta forma, estes cidadãos conseguirão ser autónomos e oportunidades que sejam o mais semelhante possíveis às das pessoas sem deficiências.

A autora Rita Henriques (2015) analisou também a perspetiva das pessoas com uma deficiência visual em relação às associações, nomeadamente a ACAPO, e constatou que existe um claro afastamento dos cidadãos para com esta organização. Este afastamento prende-se com diversos aspetos:

(...) necessidade de distância do “mundo da cegueira”, optando por conviver o menos possível com círculos muito restritos de pessoas que a possuam; a crença de que a ACAPO está unicamente virada para as pessoas com deficiência visual e para o apoio destas pessoas no dia a dia, ao invés de agir na abertura para a sociedade e respetiva preparação para lidar com a cegueira; o próprio fechamento das pessoas com deficiência visual em torno da ideia de que não existem meios para fomentar a inclusão entre as pessoas normovisuais, levando a um desinteresse em relação a essa possibilidade (Henriques, 2015, p.84).

Estes fatores são então algumas das hipóteses que levam as pessoas com alguma deficiência visual a não estarem interessadas em ter nenhum tipo de contacto com associações, IPSS ou instituições relacionadas com a sua condição. A autora realça que foi possível observar um esforço das associações e das estruturas na luta contra a exclusão, tendo já sido realizadas várias alterações de âmbito cultural. No entanto, é ainda necessário mudar mentalidades, tanto das pessoas com alguma deficiência visual como dos normovisuais.

A European Network for Accessible Tourism, é uma associação sem fins lucrativos, cuja principal missão é “to make European tourism destinations, products and services accessible to all visitors and to promote accessible tourism around the world.” Esta associação trabalha com outras organizações através de investigações para promover práticas de turismo acessível nos diversos países da União Europeia. “A sua ação destina-se a cobrir todas as áreas que têm uma

influência direta na acessibilidade turística e que irão fazer a diferença na conquista do público com deficiência, como por exemplo a informação turística disponibilizada, os transportes de acesso aos diferentes locais, as infraestruturas físicas, o design inclusivo e os serviços de apoio ao visitante” (Henriques, 2015).

A Associação Nacional de Arte e Criatividade de e para pessoas com Deficiência (ANACED) é uma IPSS que tem como missão “Promover a inclusão das pessoas com deficiência através da sua arte e da sua participação, em condições de igualdade com as demais, na vida cultural.” (Site ANACED). Logo, têm como objetivo a participação destas pessoas na vida cultural tendo as mesmas o direito de utilizarem o seu potencial criativo, artístico e intelectual. Para isso, concedem apoios aos espaços culturais para a criação de condições de acessibilidade, fazem formação de pessoas com deficiência com projetos de inclusão pela arte e disponibilizam ainda manuais de boas práticas culturais e de difusão artística e cultural para que a inclusão seja garantida.

Para finalizar, achou-se importante fazer uma breve análise sobre a cultura e a sua relação com o bem-estar dos cidadãos, relacionando estes dois conceitos e a sua importância para a sociedade. A cultura é universal, contudo, cada comunidade devido a fatores geográficos e históricos possui a sua própria cultura, apesar de estarem em permanente contacto com as restantes, sofrendo assim influências. Dado isto, a constituição é essencial para entendermos os direitos culturais existentes, nomeadamente os direitos relativos à identidade cultural, as liberdades culturais e os direitos de acesso aos bens culturais (Miranda, 2011).

As cidades são também polos culturais e as mesmas atraem a população devido à qualidade de vida que estas oferecem, sendo que o fácil acesso e a quantidade de bens e serviços são bastante relevantes. A mediação de felicidade segundo Lopes (2011) relaciona-se com a “satisfação das necessidades de um indivíduo, de uma população ou de uma sociedade a nível económico, social, psicológico, cultural, espiritual e ambiental, proporcionando tranquilidade, segurança e esperança de um futuro melhor”. Dado isto, o sentimento de bem-estar de cada indivíduo em relação ao próprio e ao ambiente circundante é essencial.

Segundo Guerra e Quintela (2007), a cultura é uma ferramenta fundamental no acesso à qualidade de vida nas grandes cidades. Logo, as atividades culturais devem ser percecionadas não apenas como um meio para a promoção do desenvolvimento, mas também para promover uma melhor qualidade de vida e bem-estar, por “permitirem a afirmação de identidades e especificidades territoriais, por preservarem a memória coletiva, por consubstanciarem a expressividade criativa (...)”.

No entanto, não é suficiente adquirir, conservar e gerir um equipamento sobre uma perspectiva burocrática, visto que, segundo Lopes (2011) “os espaços culturais devem ser vividos e incorporados na experiência da população como espaços sociais, e para tal têm que ter vida e inspirar um entendimento comum do lugar, que funcione como elemento unificador e ajude a forjar uma identificação e posse públicas desses espaços.”. Deste modo, os espaços têm de estar adaptados e acessíveis á população.

Uma realidade que é necessária mencionar e que demonstra a importância da cultura para a sociedade contemporânea, foi o contexto de crise pandémica, nomeadamente o COVID-19. Isto é, segundo Neves (2020), este contexto trouxe uma grande visibilidade ao setor da cultura no espaço

mediatário e digital, online, pela exposição do contexto cultural (cancelamento de eventos, encerramento de instituições, diminuição dos públicos, agora quase exclusivamente nacionais) económicos e sociais (perda de rendimentos, fragilidade ou ausência de proteção social) (Neves, 2020, p.93).

Dado isto, a cultura ganhou uma visibilidade acrescida devido às consequências negativas, nomeadamente, aos efeitos nos profissionais, nas organizações e no setor. Por outro lado, uma visibilidade positiva porque a sociedade apercebeu-se da sua importância para a qualidade de vida e para o bem-estar.

CAPÍTULO 2. Políticas Públicas Culturais para a Administração Local no âmbito das Acessibilidades

2.1. Políticas Públicas na Administração Local – Acessibilidade e Participação na legislação

O presente capítulo aborda a importância das políticas culturais locais, as quais é suposto corresponderem e irem ao encontro das necessidades culturais da população abrangida. É do conhecimento geral a importância das políticas culturais locais. Mas será que estas políticas são eficazes e têm realmente impacto na vida cultural dos municípios?

O conceito de políticas públicas tem vindo a ser discutido e reformulado por vários investigadores ao longo dos anos. Segundo Thomas Dye,

Public Policy is whatever governments choose to do or not to do. (...) Thus public policies may regulate behaviour, organize bureaucracies, distribute benefits, or extract taxes- or all these things at once (Dye, 2005, p. 1).

Ou seja, as políticas públicas são todas as atividades públicas que resultam de interações entre atores públicos e privados tendo em conta os recursos que detêm e as regras institucionais. Desta forma, tal como diz John Dewey (1927) “Uma política pública está conformada por atividades orientadas para a solução de problemas públicos”, ao mesmo tempo, de acordo com Anderson (1975, citado em Mulcahy, 2006) uma política cultural pode ser vista como uma decisão seguida por uma ou mais ações ao lidar com um problema ou um assunto importante. Após esta análise é possível observar as diversas definições do conceito que acabam por ser bastante semelhantes entre si.

Segundo Williams (1977) a palavra cultura tem diversos significados, como habitar cultivar e proteger, sendo que mais tarde o autor reconhece o uso da palavra a partir do século XVIII como estando relacionado a uma “perceção mais restrita, que limita a cultura a um conjunto de atividades e expressões com forte componente simbólico e estético” (Estrella, 2020). Desta forma, este conceito é ainda utilizado para a formulação de políticas públicas para a cultura, o que nos leva ao conceito de políticas culturais. Entende-se por política cultural as intervenções públicas no domínio da cultura, tal como menciona Mangset (2018) “Cultural policy - defined

as the structured actions of specific public authorities responsible for the cultural sector”. É ainda de salientar que “Cultural policy, then, involves governmental strategies and activities that promote “the production, dissemination, marketing, and consumption of the arts” (Mulcahy, 2006). Portanto, as ações tomadas pelo estado e pelas suas entidades afetam a vida cultural dos cidadãos diretamente ou indiretamente.

Vários autores como Néstor García Canclini e Barbieri constataram que o conceito de política cultural teria de ser ampliado tendo em conta a diversidade dos atores responsáveis e a atualidade. Tal como mencionado em Estrella (2020), Barbieri enumera alguns condicionantes da atuação das políticas, nomeadamente,

o desenvolvimento tecnológico e da sociedade da informação; o desenvolvimento econômico em escala global, de caráter fortemente financeiro e de centralidade do simbólico; e o desenvolvimento de sociedades mais heterogêneas e individualizadas (Barbieri ano *apud* Estrella,2020, 22).

O reconhecimento da importância da participação das populações nas políticas públicas é algo que vai ao encontro do tema deste trabalho. E, para saber quais as necessidades da população é necessário obter as suas opiniões e a sua colaboração, estando sempre presente a ideia da participação.

É ainda de salientar, de acordo com Dubois (2015), que o que cada política cultural depende do tempo e do país. Portanto,

What cultural policy includes or excludes in a specific national and historic context is not only a matter of bureaucratic organization, it partly reflects the boundaries of the legitimate domain for public intervention in a given society (Dubois, 2015, pp. 460-465).

Ou seja, o contexto económico, político, social, cultural vai-se alterando com o passar das décadas, assim como, cada país tem uma realidade política e cultural distinta, desta forma os limites de intervenção pública variam consoante o tempo e o território em questão.

Segundo Maria de Lurdes Rodrigues e Pedro Adão e Silva (2016, p.13), “As políticas públicas desenvolvidas ao longo dos últimos 30 anos em Portugal encontram os seus fundamentos na Constituição aprovada em 1976 e nas suas sucessivas revisões.”

Dado isto, segundo a Constituição da República Portuguesa (CRP) o Estado tem a obrigação de promover as políticas públicas, garantindo a todos os cidadãos a proteção social, a saúde e a educação. A questão da alteração das políticas, analisada no parágrafo anterior, vai ao encontro do porquê de a CRP ter sido revista e alterada sete vezes. Isto é, conforme o

contexto partidário, crises económicas, entre outros aspetos, a mesma pode sofrer alterações assim como as políticas públicas nela fundamentadas.

Para a relevância deste trabalho, destaca-se os artigos nº 73 e n.º 78 do Capítulo III da Constituição, que menciona os direitos e deveres culturais do Estado em relação à educação, cultura e ciência. Salienta-se no artigo 73, ponto 3 do artigo que corresponde à cultura:

O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais (Constituição da República Portuguesa, artigo nº73).

No artigo nº78, que corresponde à fruição e criação cultural, destaca-se a alínea e) “Articular a política cultural e as demais políticas setoriais” como sendo uma incumbência do estado. Desta forma, conseguimos observar alguns dos direitos e deveres. Quanto à legislação aplicável ao poder local, importa mencionar o artigo 138.º que

estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico (...).”(Constituição da República Portuguesa, artigo nº138).

A acrescentar a este para que seja possível entender melhor quais os deveres dos órgãos municipais na área da cultura, é essencial analisar a Lei nº50/2018, de 16 agosto com enfoque para o artigo nº15 (Capítulo II), referente às competências dos órgãos municipais em relação à cultura ou o Decreto-Lei nº22/2019, de 30 de janeiro. No primeiro, são enumeradas as seguintes funções: a) Gerir, valorizar e conservar património cultural que, sendo classificado, se considere de âmbito local; b) Gerir, valorizar e conservar os museus que não sejam museus nacionais; c) Executar o controlo prévio de espetáculos, bem como a sua fiscalização, autorizando a sua realização quando tal esteja previsto; d) Recrutar, selecionar e gerir os trabalhadores afetos ao património cultural que, sendo classificado, se considere de âmbito local e aos museus que não sejam museus nacionais.”

Segundo a autora Maria de Lourdes Lima dos Santos (coord.), as políticas nacionais e as respetivas políticas culturais, têm de ter em conta a “inovação” e a “competitividade”, visto que são necessidades de qualquer país e são mais difíceis de satisfazer dependendo do posicionamento do país no contexto internacional. Logo,

As políticas culturais neste país têm de se empenhar, mais do que nunca, na promoção de um sector cultural e artístico qualificado e dinâmico que possa, enquanto tal, responder às atuais necessidades de competitividade, sem perder de vista os imperativos de cidadania/participação cultural. (Santos, coord, 1998).

Dado esta análise, é possível constatar que com a evolução das políticas culturais em relação a contextos específicos, nomeadamente a “descentralização da cultura inscrita nos programas políticos e nos documentos que operacionalizaram as orientações políticas ao nível da governação”, surgiu o “campo das políticas culturais municipais (Lopes, 2019). Assim, os governos locais, estando presente a ideia de que teriam meios melhores para gerir a cultura, passaram a assumir este dever (Estrella, 2020). Para diversos autores, “o campo cultural foi alçado ao posto de elemento central de um novo modelo de desenvolvimento”, visto que foi considerado uma forma de renovar a economia e o contexto social através das políticas municipais (Estrella, 2020). Dado isto, o poder local inclui os governos que atuam na cidade, o município ou níveis semelhantes. Um exemplo ilustrativo da evolução do poder local é analisando as despesas da tutela governamental da cultura e as despesas das autarquias locais (Anexo A). Constata-se que desde os meados dos anos 1990 a despesa com a cultura por parte das autarquias passou a ser mais acentuada. Tal como menciona José Soares Neves (2005), “a despesa dos municípios portugueses com o setor cultural passou de 55 para 395 milhões de euros (...)”. Logo, vemos uma grande tendência de crescimento na despesa dos municípios com a cultura, que o autor analisa de acordo com quatro variáveis: Tipos de despesa; Despesa total dos municípios; Região e Domínio. Destaca-se a análise feita da distribuição da despesa consoante o domínio cultural, agrupando os domínios em três grupos: os domínios “pesados” que inclui Outras despesas com a cultura, Património Cultural, Recintos Culturais, Atividades socioculturais e Publicações e literatura; um segundo intermédio composto pela música; e um terceiro considerado “leve” em termos de despesa, que consiste nas Artes Cénicas, Artes Plásticas, Cinema e fotografia e Radiodifusão e televisão (Neves, 2005).

Portanto, a temática da evolução do poder local é muito abrangente e não se pretende analisá-la a fundo, mas sim deixar presente a referência à sua importância neste estudo. A questão foi abordada por Bilhim (2004), onde este dá a entender quais são os órgãos das autarquias locais, a relação entre o governo central e local, quais os modelos de gestão pública, fontes de financiamento, mecanismos de participação, entre outros. Desta forma as autarquias têm sob a sua responsabilidade de grande parte dos equipamentos culturais, como bibliotecas, museus municipais, arquivos municipais, recintos para artes performativas como teatros,

cineteatros e salas de concertos, centros culturais com exposições permanentes e/ou temporárias, entre outras (Silva, Babo & Guerra, 2015).

Contudo, Silva (2007), identifica alguns problemas nas câmaras municipais, primeiramente, a centralidade da câmara municipal na protagonização de políticas culturais locais e conseqüentemente a fraca presença ou ausência a nível de organização inframunicipal (freguesia) e em segundo lugar, a reduzida capacidade de ação cultural autárquica para gerar a diferenciação ideológica. Portanto, as autarquias à medida que foram aumentando a sua importância política, foram desenvolvendo “um padrão de intervenção municipal estruturado em três eixos principais: a defesa e valorização do património, o desenvolvimento de uma oferta local e a formação de públicos culturais.” (Silva, Babo & Guerra, 2015).

A cultura estimula a identidade dos cidadãos, facilita a coesão das comunidades e é benéfica para o desenvolvimento dos territórios (Carranca, 2004), sendo que para isto se proporcionar é necessário ter em conta o impacto das políticas públicas, visto que as políticas públicas da cultura podem certamente reforçar a coesão social. Ou seja, segundo Carranca (2004) o acesso aos equipamentos e às atividades culturais contribuem para o aumento da auto-confiança e da auto-estima, induzindo um sentimento de pertença a um espaço e a uma comunidade. A exclusão social pode acontecer não só na vida económica e política, mas também na vida cultural dos indivíduos. Portanto, tal como diz a autora mencionada “os projetos de âmbito cultural podem apoiar estratégias de sobrevivência e de integração dos cidadãos”. Logo, na sua opinião os planos de ação urbana podem fazer parte de um quadro de intervenção essencial, com destaque para as ações relacionadas com a cultura. Neste caso, as políticas culturais não devem ser marginalizadas, visto que a cultura pode ser uma parte essencial para a reabilitação social e económica de uma sociedade.

A autora Maria de Lourdes Lima dos Santos (1998), afirma que as políticas culturais têm um papel no investimento da qualificação, “a nível da formação e da profissionalização (...); a nível dos equipamentos culturais; a nível dos territórios para a melhoria da qualidade de vida das populações e valorização dos lugares na competição internacional”. Relativamente à formação, a mesma é essencial, visto que se estivermos perante uma população interessada pela cultura e em participar, pode “alimentar procura culturais mais existentes (...). Apoiada em alguns estudos realizados pelo OAC, afirma que há 3 vias para a sensibilização: 1. Presença da dimensão cultural/artística na escolaridade obrigatória; 2. Desenvolvimento de serviços educativos para lá do contexto escolar; 3- distribuição descentralizada da oferta cultura/artística. Por último, esta autora menciona também a relação das políticas culturais com

as estratégias de dinamização das cidades, para uma regularização e diversificação do mercado cultural.

2.2. Políticas Culturais da Câmara Municipal de Torres Vedras

Silva, Babo e Guerra (2015), apresentam um modelo de análise das políticas culturais locais, que irá ser aplicada à autarquia de Torres Vedras no presente capítulo. Este modelo começa com a caracterização do contexto que inclui a análise do sistema político, o sistema social, sistema territorial e sistema de recursos e atividades culturais; os fatores intermédios que ligam as dinâmicas de contexto às políticas culturais; a descrição de cada política cultural; e a avaliação dos resultados desta política (Anexo B). Segundo os autores, a melhor forma de analisar metodologicamente as políticas culturais é como políticas públicas, nomeadamente,

estudando como se formam e desenvolvem como políticas, como se integram e articulam no conjunto das políticas públicas autárquicas, como interagem com os meios sociais e territoriais que exercem e como dialogam com os respetivos campos culturais (Silva, Babo & Guerra, 2015, p.4).

Desta forma, a metodologia adotada para este subcapítulo centra-se na utilização deste documento como ferramenta base, articulando o mesmo com o Plano Estratégico de Cultura desenvolvido pela CM de Torres Vedras. O plano em questão é composto por um diagnóstico e por ações concretas até 2026 que garantem a continuidade, a sustentabilidade e a avaliação do impacto das políticas culturais. Com esta análise pretendeu-se entender qual a eficácia das políticas implementadas, qual a opinião e sugestões dos munícipes em relação às mesmas e quais os objetivos e políticas que uma câmara municipal deve adotar para que os munícipes se sintam apoiados e entendidos pelo poder local do território onde passam grande parte do seu tempo.

2.2.1. Caracterização do Contexto Local

Começando com a análise do sistema político, o município de Torres Vedras está localizado em Portugal junto ao oceano Atlântico (Anexo C) e é composto por 13 freguesias. Tem como área total (Km²) 407,1 e segundo os censos realizados 2021 o município tinha no total 83 130 mil habitantes (Anexo D). A comunidade intermunicipal do Oeste é composta pelos Municípios

de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras (Anexo E). Esta comunidade intermunicipal manifesta-se nos seguintes fins públicos: Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido; Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal; Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do QREN; planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.

Nas eleições autárquicas ocorridas em 2021 candidataram-se os seguintes partidos e movimentos políticos: Unidos por Torres Vedras (movimento cívico), Afirmar Torres Vedras (PSD/CDS-PP/PPM), PS, Aliança, CDU (PCP-PEV), BE e Chega. A 26 de Setembro, quem ganhou as eleições foi o PS.

Nas eleições legislativas de janeiro de 2022 ganhou o PS, partido que também lidera o município até à atualidade, sendo que a atual presidente da Câmara é Laura Maria Jesus Rodrigues, que integra o executivo municipal desde 2009. Ao analisar os resultados das eleições legislativas desde 1980 é possível constatar que nenhum dos partidos se sobrepõem ao outro durante vários anos seguidos, há um certo equilíbrio (Apêndice 1). Isto é, o PSD já esteve ao poder quase tanto tempo como o PS. Existem ainda diversas políticas nacionais e europeias, sendo que o município se tenta posicionar de acordo com as mesmas em diversas áreas, conforme os recursos humanos e financeiros que possuem. Fazer uma análise detalhada destes aspetos torna-se impossível, tendo em conta o limite do trabalho em questão, contudo, é possível deixar claro que o município tem o constante cuidado de acompanhar as políticas nacionais e europeias e as suas orientações, para que o Município de Torres Vedras se mantenha atualizado como é o exemplo da criação do Plano Estratégico da Cultura.

Os movimentos cívicos garantem a possibilidade de grupos de cidadãos apresentarem listas a órgãos autárquicos, sendo um movimento de cidadania, onde estão pessoas de esquerda, de direita, provenientes de partidos ou sem partido, de todos os géneros, origens, e de todas as idades (Unidos por Torres Vedras, 2022). O movimento Unidos por Torres Vedras, assume que a gestão da autarquia não tem correspondido aos novos desafios colocados pelos novos tempos e que não têm encontrado alternativas, logo, apresentam-se como uma ação transformadora que envolve os cidadãos. No município de Torres Vedras existem ainda diversas associações, muitas delas sendo movimentos sociais, observáveis no estudo realizado por Ana Ferreira (2018), onde analisa a tipologia jurídica dos parceiros da Rede Social de Torres Vedras (Anexo F). Importa ainda destacar três meios de comunicação que também produzem efeitos políticos,

nomeadamente a Radioeste, um canal de rádio ouvido por grande parte da população de Torres Vedras, a ON FM, uma estação de rádio de Torres Vedras que compete com a Radioeste mas que tem uma grande envolvência com as pessoas da terra, quer seja através de feiras, eventos desportivos, entre outros onde estão presentes e interagem. Em terceiro lugar, o Badaladas, um jornal com notícias sobre o município de Torres Vedras, divulgado por vários pontos da cidade. É ainda essencial deixar claro que estes atores políticos regionais estão em constante contacto com o poder local.

Partindo para a análise do sistema social, em relação à composição da população é possível constatar através dos Censos realizados em 2021, que 13,2% da população tem entre 0 a 14 anos, 64% tem entre 15 a 64 anos e 22,8% tem 65 ou mais anos (Quadro 1). No que diz respeito ao nível de escolaridade, segundo o mesmo censo, 49,8% da população tem o ensino básico total, 21,9% da população tem o ensino secundário, 14,7% tem o ensino superior e 13,7% não tem nenhum nível de ensino (Quadro 2). Por último, em relação ao setor de atividade e segundo o censo de 2011, 6,2% trabalha no setor I, 26,7% no setor II e 67,1% no setor III (Quadro 3). Ou seja, mais de metade da população trabalha no setor que engloba o comércio, o turismo, os transportes e as atividades financeiras. Através do plano estratégico (2021), foi possível entender que o gasto médio mensal dos agregados domésticos em bens e serviços é muito baixa, logo, dados os baixos rendimentos consideraram a pertinência da criação de medidas de estímulo ao consumo cultural individual e familiar, como por exemplo, vouchers. Logo, os quadros abaixo permitem uma leitura mais clara dos dados referidos relativos ao Município de Torres Vedras, com base nos censos realizados em 2011 e 2021.

Quadro 1- Faixa Etária da população residente no município de Torres Vedras

Faixa Etária	Percentagem populacional (%)
0-14 Anos	13,2
15-64 Anos	64
65 Anos ou mais	22,8

Quadro 2- Nível de Escolaridade da população residente no município de Torres Vedras

Nível de Escolaridade	Percentagem (%)
Ensino Básico Total	49,8
Ensino Secundário	21,9
Ensino Superior	14,7
Nenhum Nível de Ensino	13,7

Quadro 3- Setores de Atividade da população residente no município de Torres Vedras

Setores de Atividade	Percentagem (%)
-----------------------------	------------------------

Setor I	6,2
Setor II	26,7
Setor II	67,1

A Câmara Municipal de Torres Vedras tem diversas infraestruturas e equipamentos culturais, uma densa programação e calendarização, planeados anualmente e todas elas mantêm a oferta de programação gratuita ou com valores acessíveis. As linguagens mais trabalhadas no contexto geral são a literatura e a leitura, as artes plásticas, a música e exposições informativas. A priorização por artistas locais não é um objetivo das programações, porém incentivam e buscam incorporar as demandas das associações, artistas e grupos culturais regionais. A par disto, o concelho tem várias instituições de ensino básico, secundário e superior, entre outros. Através do Plano estratégico, foi possível obter algumas informações sobre o consumo cultural dos residentes que desceu devido à pandemia, passando de um índice de saída cultural médio que nos retrata um espectador casual, (a moda, isto é, o valor mais frequente é de 1,43), para um índice de saídas culturais baixo depois e durante a pandemia, retratando quase um não espectador (aqui a moda já é 0). Para além disto, quase 49,4% dos inquiridos declara ter uma atividade que considera ser de criação artística e cultural e cerca de 57% declara ser sócio de uma associação recreativa e cultural, o que pode constituir um índice de um tecido associativo forte e bem enraizado na comunidade. Ao verificar o grau de concordância com a seguinte afirmação: “Sinto que participo e tenho uma vida cultural no município que satisfaz as minhas necessidades e gostos pessoais” verificamos que uma maioria significativa “concorda parcialmente” com a afirmação (46,4%), sendo a maior parte das respostas positiva.

Em relação ao sistema territorial, o território na contemporaneidade é mais denso nas áreas urbanas e periurbanas litorais e o seu sistema urbano centra-se numa rede de cidades médias, ou seja, Torres Vedras tem a capacidade para medir as relações com o funcionamento de vastas áreas rurais. Desta forma, é uma estrutura polinucleada e com grande interdependência, sendo que o “reforço de uma rede policêntrica de cidades médias é a tônica dominante quando se aborda o papel do sistema urbano” (Gonçalves, 2017). A estratégia adotada pelo Município de Torres Vedras para a regeneração do sistema urbano e do respetivo tecido edificado “assenta, entre outros instrumentos, na delimitação de áreas de reabilitação urbana (ARU), nos termos da lei, e na operacionalização das respetivas estratégias ou programas estratégicos” (CMTV, 2022).

Foi feito o levantamento das instituições culturais, com a identificação de 15 equipamentos:

Arquivo Municipal de Torres Vedras
Atelier dos Brinquedos
Biblioteca Municipal de Torres Vedras
Biblioteca de Praia de Santa Cruz
Centro de Interpretação do Castelo de Torres Vedras
Centro de Interpretação da Comunidade Judaica
Centro de Interpretação das Linhas de Torres Vedras
Fábrica de Histórias – Casa Jaime Umbelino
Azenha de Santa Cruz
Paços – Galeria Municipal de Torres Vedras
Porta 5 – Serviço Educativo da Paços – Galeria Municipal
Teatro Cine
Museu Municipal Leonel Trindade
Centro de Arte e Criatividade
Museu do Ciclismo de Torres Vedras

Passando para os tópicos da acessibilidade e mobilidade, é de salientar que o município tem um Plano de Mobilidade e Transportes (2018) cujo objetivo é definir um conjunto de ações e medidas que contribuam para a implementação e promoção de um modelo de mobilidade mais sustentável e coerente entre si. Em relação à acessibilidade, com a elaboração deste Plano, foi feita uma observação onde se constatou que

a avaliação média das Instituições Culturais observadas é inadequada, pois não possuem itens de Ajuda Técnica e Acessibilidade estrutural para as diversas deficiências físicas, limitando-se a Wc's acessíveis, corrimões nas escadas e rampas de acessos para cadeiras de rodas, nos edifícios que passaram por algum tipo de remodelação ou reforma (Plano de Mobilidade e Transportes, 2018)

Desta forma, a acessibilidade e mobilidade são um imperativo nas políticas estratégicas do município.

Por último, relativamente ao tópico de sistema de recursos e atividades culturais, como é mencionado no site da CM de Torres Vedras,

O Concelho apresenta hoje indicadores sólidos e consistentes de crescimento e qualificação do setor cultural e criativo, estando em segundo lugar no *ranking* das exportações em objetos de arte, de coleção e antiguidades e sendo o concelho que mais cresce tanto em número de visitantes, de empresas e de média do poder de compra.¹

No plano estratégico foi também realizado um levantamento dos vários sítios de interesse patrimonial natural ou edificado e equipamentos culturais por freguesia. É ainda de salientar os vários eventos promovidos pela Câmara Municipal de Torres Vedras com bens e serviços

¹ <https://www.cm-tvedras.pt/cultura/plano-estrategico-de-cultura/descricao-estatistica>

locais, que potenciam e podem sustentar os meios criativos, como é o caso da Feira Medieval, Festival das Novas Invasões, Arraiais no Mercado Municipal, entre outros. Tal como o autor menciona, os elementos artísticos e culturais são muito influenciados pela natureza dos espaços, em Torres Vedras, pode-se dizer que não existem “distritos”, mas sim “bairros”, nomeadamente um no qual são articulados estilos de vida e as sociabilidades com as produções e práticas criativas e a economia e o desenvolvimento urbano. Exemplo disto, é o Centro de Artes e Criatividade, que para além da exposição temporária e permanente, tem ainda, salas para workshops, residências artísticas na encosta e um espaço exterior para diversos eventos.

2.2.2. Fatores Intermédios

A Câmara Municipal de Torres Vedras é composta neste momento por oito vereadores, sendo quatro do Partido Socialista, dois do Afirmar Torres Vedras (PPD/PSD.CDS-PP.PPM) e dois do UTV (Unidos por Torres Vedras- movimento cívico), sendo que cada um é responsável por áreas distintas. Ana Umbelino é a vereadora responsável pela Cultura, Património Cultural, Desenvolvimento Social e Participação e Cidadania. Pertence ao conselho consultivo da Cátedra Unesco: “Gestão das artes e da cultura, cidades e criatividade”, atribuída ao IPL e é membro do conselho estratégico da Rede Cultural 2021. Dado o seu percurso e em conjunto com os técnicos e responsáveis pelos serviços e equipamentos pensa-se que conseguiram fazer a diferença visto que têm uma relação mais próximas com as redes locais de influência social e política. Em relação a redes de influência social no município destaca-se o Conselho Local de Ação Social de Torres Vedras, composto por cerca de 90 entidades públicas e privadas que aderiram a esta rede social, que é um órgão local de “concertação e congregação de esforços, funcionando como um espaço privilegiado de diálogo e análise dos problemas.” (CMTV, 2022).

O município, em relação à cultura tem ainda uma agenda cultural digital no site da câmara, onde são colocados todos os programas regionais disponíveis. É ainda de salientar a existência de um regulamento municipal para atribuição de apoios e subsídios à atividade cultural que visa o reforço e a qualificação das entidades beneficiárias e da sua participação na comunidade local. Dado isto, o meio artístico e cultural local acaba por contribuir para a política local de várias formas distintas, como por exemplo, frequência da oferta, participação nos programas anuais de atividades, entre outras formas.

2.2.3. Política Cultural

De acordo com a informação presente no site da câmara municipal, a política cultural do Município de Torres Vedras

“é conduzida por um conjunto de princípios, no qual se incluem o primado da participação, a disseminação territorial, o estímulo à criação a partir do contexto local, a articulação com as organizações do território e o apoio às plataformas de criação.”²

Tendo em conta esta afirmação, é possível afirmar que a política cultural detém um lugar central no conjunto das políticas do município, algo óbvio tendo em conta o Plano Estratégico criado. Este Plano demonstra o grande empenho por parte do município na atualização e melhoramento das políticas públicas culturais. Ao mesmo tempo, articula-se com outras políticas em várias áreas distintas, nomeadamente, na área educativa, social, urbana, entre outras. Exemplo disso, são as entrevistas focais on-line realizadas em setembro de 2020 (Costa, 2020) como parte do diagnóstico do Plano Estratégico para o município onde foram questionados diversos participantes consoante o tema. Dado isto, abordaram-se temas que relacionam as políticas culturais com outras, nomeadamente, Concelho, cidade e centro histórico (relação, dinâmica, centralidades); Adaptação climática e resiliência (planos, ações); Educação Artística; Cultura para a inclusão social.

A grande finalidade da política cultural é enriquecer o universo de possibilidades das práticas culturais dos cidadãos, assim como, instituir um entendimento da cultura como bem comum, intervindo sobre as condições que estruturam essas práticas. No Plano Estratégico de Cultura de Torres Vedras 2026 são definidos os 22 objetivos (Apêndice 2) e as 5 estratégias a que se propõem para os atingir, seguidas das ações que tencionam implementar. Como estratégias a implementar definem o desenvolvimento de projetos socioculturais através de processos de *bottom-up* e de codecisão com as comunidades para promover a criação de laços mais fortes; fomentar a resiliência do Sector Cultural e Criativo, fundamentando um novo modelo de apoios para os agentes e entidades do setor cultural criativo e para estreitar a relação deste com a comunidade educativa; criar uma plataforma colaborativa que permita a implementação estratégica de um plano de comunicação digital; construir um equilíbrio sustentável entre despesas correntes e despesas de capital que permitam um maior investimento nos ativos fixos; estimular o aparecimento de novos serviços culturais de formação cultural,

² <https://www.cm-tvedras.pt/cultura>

turísticos e de lazer , ligados ao património material, imaterial e natural, e aos diversos domínios culturais, através dos agentes do setor cultural e criativo para a criação de novos modelos de negócio (Plano Estratégico de Cultura de Torres Vedras 2026, 2021). Os principais atores são os cidadãos porque o município precisa da sua participação cultural ativa, assim como, os técnicos dos equipamentos culturais, membros de associações regionais, professores, responsáveis por museus, sítios arqueológicos ou centros interpretativos municipais, artistas profissionais, membros de empresas dedicadas à produção cultural, diretores de equipamentos culturais sediadas no concelho, gestores, produtores e técnicos das atividades culturais sediados no concelho, o apoio dos vereadores interligados com a área da cultura e os agentes do setor cultural e criativo.

A proposta do município como modelo de governança assente em três eixos, primeiramente no modelo de cooperação entre atores públicos e privados para a elaboração das políticas públicas de cultura; em segundo lugar, o desenvolvimento necessário de instrumentos de monitorização e avaliação da eficácia das medidas e ações que enformam as políticas culturais; e em terceiro lugar, incluem os meios para a participação popular nos processos de planeamento, implementação, prestação de contas e avaliação das ações públicas (Plano Estratégico, 2021). Contudo, apesar de estar no Regulamento Municipal de Apoio a participação em procedimentos concursais de especialistas externos do executivo e da administração do município e da câmara, foi referida várias vezes a necessidade de implementar o espaço para o diálogo estruturado entre agentes públicos (executivo municipal e departamento municipal de cultura) e agentes privados (associações, empresas e cidadãos). Em relação aos níveis de despesa, através de dados de 2020 presente nas estatísticas do Pordata (2021), foi possível constatar que a Câmara Municipal de Torres Vedras teve uma despesa total de 2.925,4 euros no ano de 2021 em cultura. Contudo, o município tem ainda diversas fontes de financiamento devido a vários acordos com diversas entidades devido aos programas existentes. A artes do espetáculo, o património e as bibliotecas e arquivos concentram 73,96% da despesa, sendo que dos interrogados para a realização do plano estratégico da cultura, a larga maioria concorda totalmente (11,2%) ou parcialmente (56,8%) com a afirmação de que a política de investimento e despesas municipais em cultura é adequada à diversidade cultural do município. Em relação aos indicadores, o

concelho apresenta hoje indicadores sólidos e consistentes de crescimento e qualificação do setor cultural e criativo, estando em segundo lugar no *ranking* das exportações em objetos de arte, de coleção e antiguidades e sendo o concelho que mais cresce tanto em número de visitantes, de empresas e de média do poder de compra.” (CMTV, 2022).

Infelizmente, dado o limite do trabalho, não é possível analisar os discursos políticos e culturais sobre a política cultural, mas deixa-se a nota que através das atas disponibilizadas no site da câmara de TV é possível entender os discursos dos eleitos locais sobre o assunto. Contudo, restam ainda os discursos dos ativistas culturais e dos investigadores, formadores e consultores em políticas culturais, algo que poderá ser abordado mais tarde numa futura investigação, assim como qual o acolhimento supralocal da política local.

2.2.4. Resultados da Política

Não será possível aprofundar todos os pontos sugeridos pelos autores (Silva, Babo & Guerra, 2015), logo, iram ser abordados aqueles considerados de maior relevância para o estudo em questão e para a análise dos resultados da política. Em relação à conservação e valorização é possível entender que existem vários planos municipais de reabilitação e conservação do centro histórico e que a política de investimento municipal em cultura destaca o património como área principal de atuação. Foi feito um levantamento consistente dos sítios de interesse patrimonial edificado e natural, contudo há uma fraca informação ou presença digital ligada a este assunto. Logo, através do plano estratégico, tendo em conta que os munícipes consideram que deveria haver um investimento maior, propuseram-se a estrutura rotas existentes estimulando a criação de novos serviços e a desenvolver um projeto de gestão dos exemplares de arquitetura sacra que potencie a sua conservação e restauro. Em relação à consolidação e desenvolvimento do meio cultural e artístico, é possível perceber que a presença da câmara municipal é vista como um modelo exemplar na articulação das primeiras necessidades dos projetos associativos, ao mesmo tempo que há um reconhecimento do estatuto social, pedagógico e criativo dos agentes locais.

Em relação à formação e fidelização de públicos, no diagnóstico realizado para o plano estratégico foi possível entender que existe uma rede sólida de associações de formação cultural sendo que na opinião dos munícipes se têm desenvolvido programas de formação cultural que se adequam à diversidade do território e são desenhadas de forma inclusiva. Propõem um instrumento de política pública a partir de várias componentes estratégicas, sendo as mais relevantes para o estudo, “a formação para a procura individual de comunidades de interesse a partir dos hábitos e práticas culturais “e o “estímulo ao consumo cultural pelos agregados domésticos em atividades, bens e serviços culturais” (Plano Estratégico, 2021). Em relação há constituição de emprego cultural, o mesmo até 2018 registava uma dinâmica de crescimento

consistente acima dos valores de referência regional, contudo, a crise pandémica teve um grande impacto neste setor. Dado isto, pretendem com esta política apoiar e permitir o crescimento de empresas criativas e culturais; apoiar e fomentar a melhoria de emprego no SCC e fomentar o uso de tecnologias de informação e comunicação nos diversos domínios do SCC para a aquisição de competências.

Em relação ao acesso e participação, o padrão de análise de distâncias realizado no diagnóstico do plano estratégico, constatou que os diversos equipamentos culturais estão a uma distância inferior a 20 minutos num veículo motorizado. Contudo existe uma dependência de transportes para isso que está a ser combatida através do plano de mobilidade mencionado acima. Logo, a câmara tem como objetivos o encorajamento da prática do lazer cultural e a implementação de acessos a pessoas portadoras de deficiência. Exemplo de uma estratégia será a criação de um guia “Como chegar” ao evento cultural através de uma mobilidade urbana alternativa aos automóveis.

Outro ponto importante a abordar é a inclusão de segmentos excluídos da população. Esta é uma questão a trabalhar visto que foi uma problemática colocada pelos inquiridos, nomeadamente, as dessincronias entre o interior e o litoral e a excessiva valorização mediática dos eventos que decorrem nas freguesias do litoral que origina um sentimento de desagrado e pouco representativo da coesão. Portanto, em relação à inclusão surgirão idealmente diversos programas como promotores da integração social desenvolvidos por ou em articulação com os equipamentos municipais da cultura, logo, é notório o esforço de inclusão e acompanhamento dos cidadãos nos serviços e na oferta. Uma ação que também demonstra isto é a necessidade de adaptar os equipamentos culturais que não sejam acessíveis para pessoas portadoras de deficiências, como também para pessoas não-falantes de português.

Através das políticas culturais tem sido possível aumentar a capacidade de intervenção dos diversos grupos da população nas estruturas de governança local. Deste modo, no município de Torres Vedras os cidadãos são convidados a intervir civicamente na afetação de uma parte dos recursos no orçamento participativo para o município. Ou seja, os processos de regulamentos, instrumentos de planeamento territorial e outros documentos estratégicos contemplam uma fase de participação pública. Este aspeto considera-se que tem uma grande importância para aumentar a relação com as comunidades locais e para o melhoramento das políticas públicas. Dado isto, “O Município de Torres Vedras pauta-se por um modelo de governança que assenta na participação dos cidadãos.” (CMTV, 2022).

É também importante mencionar que a reabilitação de imóveis integrados em áreas de Reabilitação Urbana (ARU) tem diversos documentos de apoio. Em relação à educação, apesar

do quadro legal referente a todos os municípios ser igual, devido à diversidade, o município tem atividades em função da estratégia de desenvolvimento local. Para isto, a câmara investe em programas, parceria e projetos potenciadores do sucesso educativo dos alunos e continuará a requalificação e ampliação do parque escolar concelhio,

dotando a comunidade educativa de espaços e equipamentos de qualidade, adaptados a metodologias de aprendizagem mais consentâneas com o domínio das tecnologias de informação indispensáveis à sociedade atual (CMTV, 2022).

De seguida, parte-se para uma pequena conclusão, relacionada com a forma como a Câmara Municipal de Torres Vedras procura responder às necessidades culturais dos seus munícipes relativamente às políticas culturais locais. É possível constatar que se têm demonstrado bastante empenhados em ir ao encontro das necessidades culturais dos munícipes, e que têm vindo a desenvolver, estruturar e aplicar diversas políticas culturais. Isto é, procuraram encontrar soluções para os problemas que detetaram e para a falta de estratégias definidas num plano devidamente organizado, contextualizado e redigido. Para isto, desenvolveram o Plano Estratégico para a Cultura onde realizaram um diagnóstico, exatamente para entender quais os pontos em falta nas suas linhas de intervenção nas políticas culturais de acordo com o que os munícipes sentem que são as suas necessidades. Sabendo aquilo que precisa de ser alterado, agiram com a redação das linhas estratégicas de atuação de acordo com as várias áreas da cultura, estando sempre interligadas com outras políticas públicas.

Dado isto, foi possível desenvolver e contextualizar algumas linhas das políticas culturais definidas e foi possível constatar que Torres Vedras é um município que se preocupa com os seus munícipes e que procurou e continua a procurar a cada dia que passa corresponder às necessidades atuais, adaptando para isso as suas estratégias políticas culturais locais. Considera-se que as estratégias atuais estão bem pensadas, são coerentes e terão um impacto real e profundo na relação dos munícipes com a cultura.

CAPÍTULO 3. Metodologia

Neste capítulo explicam-se as opções metodológicas do presente estudo. Primeiramente, irá ser explicada qual a abordagem escolhida e o enquadramento da mesma tendo em conta a questão de partida e os objetivos do estudo. Por fim, irão ser referidas e justificadas as opções relativas às técnicas de recolha de dados e ao tratamento e análise dos dados.

3.1. Enquadramento Metodológico

O presente estudo, insere-se numa abordagem metodológica qualitativa, sendo que desta forma se pretende compreender a forma de agir da sociedade, os significados de um acontecimento e estabelecer uma relação com diferentes variáveis. Tal como menciona Creswell (2009), o método de pesquisa qualitativo “(...) is a means for exploring and understanding the meaning individuals or groups ascribe to a social or human problem.” Segundo o autor, este processo de pesquisa envolve a imergência de perguntas, dados recolhidos e análise e interpretação dos mesmos pelo pesquisador.

Segundo Bodgan e Biklen (1994), uma investigação qualitativa tem diversas características: a fonte direta de dados é o ambiente natural; a investigação é descritiva, ou seja, os dados recolhidos são através de palavras ou imagens; o interesse principal é o processo e não tantos os resultados ou produtos; esta abordagem tende a analisar os dados de forma indutiva, ou seja, os dados não são recolhidos para confirmar hipóteses construídas previamente visto que estas são construídas à medida que os dados são recolhidos; e o significado tem uma grande importância nesta abordagem, tendo em conta que os investigadores estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas.

Dado isto, existem diversas estratégias qualitativas, sendo que se optou pelo caso de estudo, uma estratégia onde se explora em profundidade um evento, uma instituição, um indivíduo ou um processo (Creswell, 2009). Segundo Yin (1994), o estudo de caso é ótimo para analisar acontecimentos contemporâneos e segundo Gomez, Flores e Jimenez (1996) o seu objetivo geral é explorar, descrever, explicar, avaliar e/ou transformar. Neste caso, o que fez mais sentido para compreender a importância das práticas culturais na integração das pessoas com uma deficiência visual, foi a análise de um caso específico, o Grupo de Apoio à Deficiência Visual de Torres Vedras. Logo, a escolha desta estratégia metodológica fazia sentido visto que,

era uma forma de perceber como é que a cultura pode ser para as pessoas com uma deficiência visual, uma forma de integração na sociedade e para entender qual o contributo dos municípios nesta equação. Ao explorar um caso de estudo, foi possível perceber de que forma é que a teoria pode ser aplicada na realidade, perceber o impacto deste grupo na sociedade e nas práticas culturais.

Desta forma, tendo em conta o modelo metodológico proposto por Quivy e Campenhoudt (1992), no início e no desenvolvimento do estudo começou-se por definir uma questão de partida, uma problemática, uma questão de investigação e os respetivos objetivos, mencionados no capítulo 1 do presente estudo e sintetizados no quadro abaixo.

Questão de Investigação Principal:	De que modo as práticas culturais contribuem para a integração social das pessoas com uma deficiência visual?
Questão secundária:	Qual o contributo dos municípios para a inclusão dos munícipes com uma deficiência visual. através das práticas culturais?
Objetivo:	Compreender de que forma as práticas culturais contribuem para a integração social das pessoas com uma deficiência visual e perceber qual o papel dos municípios nesta integração.
Objetivos Secundários:	<ul style="list-style-type: none"> - Distinguir os diferentes tipos de deficiência visual existentes e identificar as desigualdades sociais e culturais presentes na sociedade que os afetam - Entender de que modo as atividades e práticas culturais podem ser um veículo de integração social - Perceber de que forma as autarquias respondem às necessidades culturais dos seus munícipes à luz das políticas culturais locais

	- Analisar o caso de como um município implementa políticas culturais para os munícipes com deficiência visual.
--	---

3.2. Técnicas de Recolha de Dados

No decorrer desta investigação qualitativa foi necessário fazer a recolha de dados, visto que segundo os autores “Esta operação consiste em recolher ou reunir concretamente as informações determinadas junto das pessoas ou das unidades de observação (...)”. (Quivy & Campenhoudt, 1992). Logo, foram selecionadas duas técnicas de recolha de dados, a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada.

A pesquisa documental consiste na leitura e utilização de dados existentes em documentos realizados previamente por outros investigadores, com o objetivo de recolher dados e informações relevantes para responder às questões da investigação. Através desta pesquisa, foi possível entender o que já se tinha estudado e escrito até ao momento sobre os vários conceitos e temáticas, perceber quais foram as abordagens realizadas, perceber se já existia algum estudo existente semelhante a este e tentar inovar e abordar um tema que pode ser mais explorado em diversos níveis.

Desta forma, a pesquisa documental foi essencial para escrever a revisão bibliográfica e para relacionar toda a informação com o caso de estudo. Isto porque, tal como menciona (Bryman, 2012) existem determinadas informações que necessitamos de saber antes de avançarmos para uma pesquisa mais profunda:

what is already known about the topic; what concepts and theories have been applied to the topic; what research methods have been applied to the topic; what controversies about the topic and how it is studied exist; what clashes of evidence (if any) exist; who the key contributors to research on the topic are (Bryman, 2012)

Logo, para recolher esta informação e para chegar a conclusões, foram consultados diversos documentos como artigos científicos, livros, legislação, análises estatísticas, páginas web, relatórios, convenções e documentos de interesse significativo relativamente ao Município de Torres Vedras.

Para perceber se existia algum Gabinete semelhante ao do caso de estudo, fez-se uma pesquisa exaustiva em motores de busca, onde foram pesquisadas algumas das palavras chave como Câmara Municipal, Deficiência Visual, Deficiência, Gabinete de Apoio. Isto para que fosse possível verificar se existia a nível nacional algum gabinete ou apoio semelhante.

Numa investigação desta natureza, uma das técnicas de recolha de dados mais utilizada é a entrevista, sendo que no presente estudo decidiu-se realizar entrevistas semiestruturadas (Bryman, 2012, 469). As entrevistas semiestruturadas permitem ao investigador entender de que forma os participantes percecionam o mundo, nomeadamente, opiniões, aspetos, ideias, valores e atitudes, sendo que permitem ainda recolher informações de acordo com os objetivos do estudo e compreender os aspetos observados. Optou-se por esta técnica de recolha de dados, visto que para explorar este caso de estudo, o contacto com os profissionais públicos a cargo da gestão e da criação do mesmo e com os utentes era essencial. Era necessário um contacto direto porque as informações teriam de ser questionadas diretamente aos intervenientes. Comparando a técnica escolhida a outra técnica de recolha de dados, como por exemplo o inquérito por questionário, neste caso não seria adequado a todos os entrevistados, não seria possível recolher tanta informação por serem perguntas mais fechadas, seria muito difícil para os utentes cegos ou de baixa visão responderem e a amostra provavelmente não seria grande o suficiente para fazer comparações que trouxessem conclusões interessantes e representativas.

No presente estudo foram realizadas as seguintes entrevistas:

- Nicole Santos. funcionária da Câmara Municipal de Torres Vedras e responsável por este serviço.
- Ana Umbelino, vereadora da Câmara Municipal de Torres Vedras.
- Fernando Martins, responsável pelas aulas de mobilidade e braille.
- Ana Cláudio, responsável pela aula de teatro.
- Quatro utentes do Grupo de Apoio à Deficiência Visual de Torres Vedras.

Nome	Idade	Situação
Isabel Silva	62 Anos	Baixa Visão
Leonor Santos	55 Anos	Baixa Visão
Luís Carimbo	73 Anos	Baixa Visão
Leonel Alves	48 Anos	Cego

Para a realização das entrevistas foi enviado um email para o Gabinete onde constava a apresentação do mestrando, o tema, os objetivos gerais do estudo e o que se pretendia da parte

deles. Após este contacto inicial, as entrevistas à Dr. Nicole Santos, á vereadora da Câmara Municipal e aos professores foram marcadas por email, sendo agendado um dia, hora e local. Relativamente à marcação das entrevistas com os utentes, procedeu-se ao contacto telefónico individual, com a autorização prévia da parte dos mesmos, sendo que se realizaram ocorreram numa sala do Gabinete que foi disponibilizada para o efeito. Os contactos de cada um foram cedidos e a escolha destes utentes recaiu sobre a disponibilidade demonstrada por parte dos mesmos e pela sugestão da Dr. Nicole tendo em conta os objetivos da entrevista. Foram apenas selecionados 4 utentes, visto que o objetivo de os entrevistar é ter uma ideia dos seus hábitos culturais e do impacto na sua vida social e cultural, tendo em conta que cada um tem uma experiência distinta.

A escolha das pessoas entrevistadas esteve relacionada com a necessidade de perceber dois lados, as pessoas a cargo da gerência, da organização e do ensino e por outro lado, as pessoas que usufruem do apoio deste grupo. Logo, relativamente à estrutura das entrevistas tentou-se realizar perguntas diferentes consoante o entrevistado, mas seguindo os mesmos blocos temáticos e objetivos. Desta forma, na análise das entrevistas será possível fazer comparações consoante os temas abordados. Logo, tal como menciona Amado (2013), as entrevistas devem ser estruturas por blocos temáticos e objetivos:

Blocos temáticos	Objetivos específicos
A. Dados sociodemográficos	Perceber quais as características sociodemográficas dos entrevistados.
B. História de Vida	Conhecer as histórias de vida dos participantes envolvidos
C. Deficientes Visuais e a sua relação com a cultura e as suas práticas culturais	Compreender as possíveis relações estabelecidas das pessoas com deficiência visual com a cultura e práticas culturais.
D. O Grupo de Apoio à Deficiência Visual de Torres Vedras	Analisar as atividades desenvolvidas e a importância do grupo para a integração cultural e social das pessoas com uma deficiência visual na sociedade.

E. As Políticas culturais locais	Caracterizar as políticas culturais de um município e a sua contribuição para a integração cultural e social dos munícipes com deficiência visual
----------------------------------	---

Dado isto, com base nestes aspetos e seguindo as indicações de Amado (2013) elaboraram-se quatro guiões distintos consoante os entrevistados: Responsável pelo Grupo; Professores; Utentes do Grupo; Vereadora da Câmara (Anexo G).

Nestes guiões as questões colocadas são abertas, claras e flexíveis para que fosse possível fazer alterações na sequência prevista ou questões não planeadas. Pretende-se que seja uma conversa aberta e fluída num ambiente descontraído e de confiança, mas com espaço para a reorientação de perguntas, para que a recolha de dados tenha como objetivo ir ao encontro das questões de partida. Tendo em conta o guião, estima-se que as entrevistas tenham cada uma a duração média de 45 minutos e todas elas foram registadas em áudio, com autorização prévia dos entrevistados. Relativamente á transcrição das mesmas, não se achou relevante fazê-lo, contudo, a gravação permite que a análise de dados seja mais precisa.

3.3. Análise de Dados

Passando a fase da recolha dos dados, é essencial saber analisá-los e interpretá-los, visto que o tratamento destes dados é uma das tarefas mais complexas em relação à recolha de informação. Logo, tal como menciona Amado (2013) “não basta recolher dados, é preciso saber analisá-los e interpretá-los”. Desta forma, recorreu-se à análise de conteúdo que segundo Bardin (1977) consiste na “manipulação das mensagens, para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma realidade que não a da mensagem” (p.46). Através desta técnica é possível fazer referências interpretativas da conversa, classificar e analisar a informação por categorias e um grande rigor na apresentação dos dados.

Logo, para a realização da análise de conteúdo organizou-se a informação por categorias, sendo que se seguiu a estrutura dos guiões, previamente divididos por temas, o que fez com que esta análise fosse mais clara. No que diz respeito à interpretação dos dados, após a sua análise segue-se um discurso claro na sua interpretação que é constantemente relacionado com a fundamentação teórica. Por fim, os resultados são também comparados com outros casos a nível nacional.

CAPÍTULO 4. Caso de Estudo – O Gabinete de Apoio à Deficiência Visual de Torres Vedras

4.1. Caracterização e objetivos

Após a análise das políticas culturais da Câmara Municipal de Torres Vedras, onde foi feita a caracterização do município de Torres Vedras a diversos níveis, neste capítulo partiu-se para a caracterização do Gabinete de Apoio à Deficiência Visual (GADV). Pretende-se perceber quais são os seus principais objetivos, quais as ajudas que faculta e quais as atividades e projetos desenvolvidos.

O GADV é um serviço da Câmara Municipal de Torres Vedras que pretende “contribuir para a promoção da autonomia e integração das pessoas com este tipo de deficiência.” Dado isto, o grande objetivo do grupo para além de atender, acompanhar e encaminhas os munícipes, é conceder o acesso da população a uma cidadania plena de direitos e deveres, “(...) sensibilizando a sociedade para a deficiência, combatendo os estereótipos e valorizando os munícipes com necessidades especiais.”³. Logo, através destas informações, é possível perceber que um dos grandes objetivos do grupo e da Câmara Municipal é a inclusão, tal como podemos ver no regulamento e normas de funcionamento do grupo “Capacitar as pessoas com deficiência visual, promover a sua autonomia, repor a sua autoestima, desenvolver competências e aumentar a sua qualidade de vida e a das suas famílias.”

O Gabinete está então enquadrado dentro das políticas definidas pelo município de Torres Vedras, analisadas acima no trabalho, “(...) de apoio à população em situação de vulnerabilidade, alicerçado no diagnóstico dos munícipes com deficiência visual, que constatou a necessidade de encontrar urna resposta integrada aos problemas decorrentes da deficiência visual.” Logo, O GADV tem diversas competências, tais como, “facilitar a escolha do caminho a percorrer para ultrapassar a necessidade ou problema, através da prestação de Informação sobre os direitos, benefícios e recursos existentes. Desenvolver uma função mediadora junto dos serviços públicos e privados e potenciar os recursos existentes.” Para além disso, têm como objetivo promover a aquisição de autonomia nas funções sociais e pessoas nas suas atividades do quotidiano, através de treino individualizado e ajudas técnicas.

³ <https://www.cm-tvedras.pt/>

4.2. Atividades desenvolvidas no Gabinete

O Gabinete existe há cerca de 10 anos e de momento, acompanha cerca de 60 pessoas, sendo que nem todas participam nas atividades, mas cada uma tem apoio necessário de acordo com as suas necessidades. A maior parte dos utentes estão numa faixa etária acima dos 50 anos e grande parte deles apenas ficaram com baixa visão em idade bastante adulta. As instalações físicas do grupo encontram-se na Praça 25 de Abril, uma praça no centro da cidade de Torres Vedras.

Em termos mais práticos, pretende-se explicar como é feito este contacto inicial e integração dentro do gabinete. Quando a pessoa entra em contacto com o gabinete, começa-se por marcar um atendimento com a assistente social encarregue de momento, a Dr. Nicole Santos, que tem a seu cargo diversos serviços da Câmara Municipal sendo o gabinete um deles. Neste primeiro contacto, pretende-se entender o contexto da pessoa e de que forma é que este serviço pode ser uma ajuda. A partir da explicação dos recursos e apoios existentes, a mesma consegue perceber do que é que a pessoa pretende usufruir. A pessoa pode apenas precisar do acompanhamento para entender quais as burocracias para pedir apoios, para entrar em contacto com a segurança social e se necessário reencaminham a pessoa para outros serviços. Por outro lado, pode querer ter esse acompanhamento e ao mesmo tempo usufruir de atividades e aulas que o grupo oferece. Logo, o grande objetivo da Dr. Nicole neste primeiro contacto é fazer com que as pessoas fiquem com todas as suas dúvidas resolvidas ou praticamente resolvidas, sendo que se encontra sempre disponível para o que precisarem no futuro.

Contacto as pessoas para nós marcarmos um atendimento e para percebermos realmente o contexto da pessoa, em que é que nós podemos ajudar e explicar um bocadinho o que é que é o serviço. A partir daí percebemos o que é que a pessoa pretende “usufruir” (...). O grande objetivo é fazer com que a pessoa saia daqui, se não com a situação resolvida, praticamente resolvida. [Entrevista a Nicole Santos, Assistente Social da CMTV, realizada a 19 de julho de 2023]

Algumas vezes, desenvolve ações de parceria, como por exemplo, com a ACAPO e com a Pax Óptica e desta forma serve um pouco como mediador entre os serviços públicos e privados com o intuito de resolver a situação dos utentes caso a caso. Um dos contactos que por vezes fazem é o encaminhamento de algum utente que precise de apoio psicológico para a ACAPO, visto que o fazem gratuitamente. Contudo, a CMTV oferece também um serviço de atendimento psicológico para jovens, para onde o encaminhamento por vezes também é feito.

Pretende-se também abordar qual a organização interna do gabinete e qual a hierarquia existente. No topo encontra-se a vereadora e vice-presidente, Ana Umbelino, de seguida a Chefe

de Divisão, a Responsável de Área, a Nicole Santos e por último o assistente técnico, Leonel Santos. Desta forma, os projetos têm sempre de ser comunicados ao órgão superior que tem o poder de aprovar ou não, tendo antes ouvido o parecer da técnica. Contudo, pensa-se que há muito flexibilidade nesta gestão visto que estão a rumar para o mesmo objetivo. Relativamente ao assistente técnico Leonel Santos, o mesmo está a cargo de dar apoio em todas as atividades, comunica as mesmas a todos os utentes, faz trabalho administrativo e ensina a utilizar o iPhone na ótica do utilizador, assim como outras tecnologias.

A ideia de criar um gabinete com estas características surgiu devido ao projeto final da pós-graduação de um dos atuais professores do grupo, o professor Fernando Martins. A parte teórica do projeto estava relacionada com o estigma existente na sociedade para com as pessoas cegas e a ideia da criação deste gabinete pretendia quebrar o ciclo vicioso de quando a pessoa cega na idade adulta acabando por ser excluído socialmente a todos os níveis. Dado isto, apresentou o projeto à câmara que se mostrou muito recetiva, contudo eram necessário fazer um levantamento do número de pessoas com deficiência visual no concelho para entenderem se a criação de um gabinete era justificável. Na altura, chegou à conclusão que havia 43 pessoas com deficiência visual grave e sendo assim avançaram com o projeto. Para começarem o projeto e entenderem qual seria a melhor abordagem tiveram diversas reuniões e grupos focais com responsáveis pelas freguesias, educadores e professores da área da deficiência e também com algumas das pessoas residentes no município amblíopes e cegas. Este contacto foi extremamente importante, para entenderem quais as principais necessidades destas pessoas no seu quotidiano e de que forma o município poderia contribuir para a sua integração. Neste momento de pesquisa, tiveram acesso ao número de pessoas, mas precisavam de saber quem eram estas pessoas para entrar em contacto com as mesmas. Para isso, entraram em contacto com os centros de saúde das freguesias e através do certificado multiusos conseguiram contactar com eles e falar sobre o projeto que estava a ser desenvolvido e dizer que gostavam de falar com eles. Depois disto e depois de diversas reuniões foi possível fazer com que este projeto se torna-se um serviço da câmara.

Eu já tinha esta ideia do gabinete há alguns anos e achei que a pós-graduação era uma oportunidade para finalmente fazer o que tinha idealizado, e ter também essa sustentabilidade académica. (...) Propus à câmara municipal e eles aceitaram e há 10 anos que temos o espaço do gabinete físico, mas há 11/12 que já estamos a trabalhar nisto. Quando avançamos com o projeto tentámos perceber quem eram as pessoas. (...) Marcamos no concelho reuniões em três grupos de freguesias do Oeste e através do certificado multiusos das pessoas, contactamos as pessoas e disseram que havia um grupo de pessoas que queria desenvolver este projeto e que queriam falar convosco se quiserem e estiverem interessados apareçam no dia tal. [Entrevista a Fernando Martins, Professor do GADV, realizada a 18 de julho de 2023]

Segundo o regulamento, para integrarem o gabinete os utentes têm de ter baixa visão cegueira e/ou, comprovada clinicamente e serem, preferencialmente, residente no concelho de Torres Vedras. Para participarem nas atividades têm de realizar uma entrevista com o técnico; dar consentimento expresso do conhecimento das normas de funcionamento; e a existência de vaga na(s) atividade(s) definida(s) no Plano de Intervenção.

Existem então diversas as atividades a que os utentes têm direito. Primeiramente as aulas que por norma acontecem todas as semanas cada uma com um professor especializado, a aula de Orientação e Mobilidade, a aula de Braille, a aula de teatro e a aula de Arteterapia. A aula de orientação e mobilidade tem o intuito de “promover o ensino dos conceitos básicos para a orientação e mobilidade, ensino de técnicas de guia e de exploração de interiores, ensino da utilização da bengala e treino de deslocações em diferentes contextos.” Por norma estas aulas são sempre individuais, visto que cada utente tem interesse em aprender percursos diferentes pela cidade e a ajuda tem de ser mais direcionada. Quando já há vários utentes ao mesmo nível e o objetivo já não é tanto técnico, mas sim de passeio, e por questões de conjugação de horário, por vezes juntam-se grupos de 2 ou 3 utentes. Nestas aulas, existem então duas fases distintas. A primeira consiste em aprender o que é a bengala, como funciona e como a devem manusear, nomeadamente, como se monta e desmonta, como se pega, que tipo de movimentos devem fazer e qual a amplitude dos mesmos e alguns cuidados a ter. A segunda parte consiste em ir para a rua treinar, contudo este avanço só é feito dependendo da evolução da pessoa e da sua preparação psicológica. Nas aulas em questão é ainda necessário trabalhar a autoestima da pessoa e ser a mesma a perceber a necessidade da bengala e não ter de ser o professor a mostrar e/ou obrigar. A aula de braille consiste na iniciação ao Braille, desenvolvimento tátil e da motricidade fina (pré-Braille). Estas aulas por norma são mais frequentadas pelos utentes mais novos que já nascem ambliopes ou cegos e têm uma maior facilidade em aprender. A maior parte das pessoas mais velhas não demonstra interesse em aprender e quando o fazem, acabam por desistir e não sentir necessidade no seu dia-a-dia.

A aula de arteterapia e de teatro já partem da iniciativa de os utentes não terem apenas acesso à cultura, e terem também acesso à própria criação artística. As aulas de arteterapia ocorrem nas instalações do Gabinete, por norma uma vez por semana num grupo de 6 a 9 pessoas. Consiste na conjugação da psicologia com a ajuda das artes, sendo que neste caso trabalham com diversos materiais (barro, madeira, colagens).

Arteterapia faz um bocadinho de psicoterapia enquanto se trabalha com alguma forma de arte. [Entrevista a Nicole Santos, Assistente Social da CMTV, realizada a 19 de Julho de 2023]

A aula de teatro surgiu em 2020 e é lecionada por uma professora com formação em teatro na educação, sendo que ocorre também uma vez por semana no espaço Somos Comunidade em Torres Vedras, porque o espaço físico do gabinete não é grande o suficiente para as aulas e para as pessoas que participam. Tem como objetivo que os utentes se sintam vistos, ouvidos e reconhecidos. Até ao momento apresentaram publicamente no Teatro Cine da cidade a sua peça e encontram-se a ter ensaios para a segunda peça que vão apresentar. Relativamente à primeira peça, as primeiras sessões de trabalho foram realizadas online devido ao surgimento da pandemia. A ideia para o tema surgiu do gosto pela dança por parte de um dos utentes e dado isto, o tema da peça está centrado nas dificuldades que cada um iria sentir caso recebessem um convite para um baile. Por isso, a peça são principalmente monólogos com pouco movimento no palco, contudo no final da peça no momento do baile, aparecem todos sem as suas bengalas e a dançar uns com os outros. Tinham como objetivo passar a ideia de que naquele momento podiam ser qualquer pessoa, sem nenhum estigma existente ou tratamento diferenciado. Pensou-se em voltar a reproduzir a peça noutros locais do país, contudo tinham de ter em conta três fatores: a importância dos técnicos de som visto que os utentes não têm perceção de onde está o microfone e como não têm formação de atores por vezes têm dificuldade na projeção da voz; a importância dos técnicos da luz para o impacto que a peça tem no público, visto que a mesma utiliza muito os focos de luz nos utentes; a necessidade de os utentes irem alguns dias antes da peça para fazerem o reconhecimento do palco e adaptarem-se aquele espaço. Devido a estes fatores, a ideia não avançou para a frente, mas encontram-se a realizar diversas sessões para a apresentação da peça seguinte.

A adicionar a estas atividades, ainda proporcionam visitas culturais e passeios ocasionais com o intuito de

Facilitar a participação das pessoas com deficiência visual em atividades culturais, através de parcerias com outras associações ou na adaptação de atividades existentes, numa perspetiva de total igualdade de oportunidades (CMTV, 2023).

Apesar de as aulas acima mencionadas serem completamente gratuitas e um serviço da câmara, nestas visitas os utentes têm de suportar o custo da entrada, contudo o transporte fica sempre a cargo da Câmara Municipal. Contudo, grande parte dos museus e espetáculos já têm descontos para pessoas seniores ou com algum tipo de incapacidade e neste caso o bilhete do acompanhante, caso decidam trazer, por vezes ou tem desconto ou é gratuito. Logo, estas visitas

contribuem para conceder o acesso à cultura e lazer a estes utentes que por si só têm mais dificuldade em ir a saídas culturais e muitas vezes acabam por não irem por precisarem de companhia e ajuda.

Neste gabinete os utentes também têm acesso às tecnologias de informação e comunicação, cujo intuito é incentivar na consulta e pesquisa de informação disponível na internet, a utilização do email e a comunicação instantânea por voz ou por escrito. Logo, encontram-se sempre disponíveis para ajudar os utentes nestes aspetos para que consigam ser independentes no seu quotidiano. Logo, nestas sessões conseguem,

Promover competências básicas na utilização do computador com leitor de ecrã (pessoas cegas) ou com software de ampliação de texto (pessoas com baixa de visão), autonomia de teclado, conhecimentos ao nível da edição e processamento de texto (CMTV 2023).

Para além disto, caso necessitem podem também ter acesso à utilização pontual dos recursos disponíveis no espaço físico do gabinete, tais como “(...) jogos, lupas, computador, Internet, livros e outros de forma a promover a autonomia, independentemente da limitação visual.” (CMTV, 2023). Estes recursos muitas vezes ajudam a ver as letras maiores, mais perto e mais nítidas e devido a isto permitem a concretização de diversas tarefas ou atividades: ampliadores para ler o jornal, livros, consultar faturas, entre outros; os leitores autónomos permitem também uma leitura em voz real portuguesa de forma clara, precisa e fluente dos documentos impressos.

São ainda realizados encontros de reflexão entre o grupo do gabinete e outros grupos organizados. Algo que é organizada muitas vezes é alguns destes utentes irem às escolas do concelho e falar sobre a sua experiência e vivências. Estes encontros têm como objetivo a desmistificação do que é a deficiência visual e a consciencialização da população mais nova para estas temáticas. Tem-se demonstrado ser uma atividade à qual os estudantes têm uma receção muito positiva e estes testemunhos acabam desta forma por ter um impacto grande em todos os participantes.

Os professores que lecionam as aulas são contratados pela câmara municipal e têm formação específicas para as aulas que lecionam. Segundo o regulamento compete a estes técnicos seguir as seguintes orientações: Desenvolver todos os procedimentos necessários à organização implementação das atividades previstas no plano individual de Intervenção; participar nas reuniões de equipa; utilizar os suportes de informação normalizados pelo GADV; Colaborar na implementação do plano anual de atividades; assegurar o funcionamento do GADV (CMTV, 2023). Logo, os professores têm bastante liberdade para desenvolver as

atividades de acordo com a necessidade do grupo e ao ritmo dos mesmos, tendo apenas que ir ao encontro das atividades que estão previstas. São uma parte essencial deste gabinete porque ajudam o máximo que conseguem e tentam integrar os utentes na sociedade, e este contacto próximo que têm faz com que tenham uma influência muito positiva nas suas vidas.

De início foi difícil arranjar um espaço físico que fosse adequado para o Gabinete e só havia uma opção, que se localiza na Praça 25 de Abril em Torres Vedras. Este espaço é partilhado com outros serviços da Câmara Municipal, e dado isto, o grupo tem disponível duas salas para as atividades. Todos os entrevistados consideram que o espaço apesar de ser de fácil acesso por ser no centro, é pequeno, contudo de momento ainda não se encontrou outra possibilidade.

Outro serviço que se demonstra ser muito importante é o transporte Porta-a-Porta, que caso necessitem, vai a casa dos utentes para os trazer até ao gabinete e volta a levá-los, assim como serve de transporte para algumas atividades ocasionais. Sem esta funcionalidade haveria um problema no acesso ao gabinete, visto que muitos dos utentes não têm familiares ou amigos que tenham disponibilidade para tal e também não se sentam confortáveis a andar de transportes ou a pé sozinhos. Este transporte surgiu com uma das estratégias para a implementação do Programa de Ação de Torres ao Centro, que tem o intuito de “(...) transformar o Centro Histórico de Torres Vedras num espaço urbano de referência, altamente qualificado do ponto de vista urbanístico e ambiental e atrativo do ponto de vista social, económico e cultural.” (CMTV, 2023). Logo, este transporte não é apenas possível para os utentes do grupo, mas também para outros residentes do município que tenham mobilidade condicionada e precisem, por exemplo, de ir ao centro de saúde. Quando existe a necessidade de fazer uma visita ou transporte ocasional, basta articular os horários com o colega da divisão de transportes.

Este serviço é para toda a gente que tenha alguma incapacidade temporária, permanente ou deficiência.
[Entrevista a Nicole Santos, Assistente Social da CMTV, realizada a 19 de julho de 2023]

CAPÍTULO 5. Análise dos Resultados

5.1. Análise das Entrevistas e do Impacto do Gabinete de Torres Vedras na vida dos Municípes com uma Deficiência Visual

5.1.1. Dados Sociodemográficos e História de Vida

A análise das entrevistas organiza-se consoante os blocos temáticos referidos anteriormente. Primeiramente, os dados sociodemográficos dos entrevistados e a sua história de vida para percebermos as suas características e vivências.

A Nicole Santos é licenciada em Serviço Social e é mestre em Economia Social e Solidária. É técnica superior do serviço social na Câmara Municipal desde 2021 e tem a seu cargo diversos serviços da Câmara Municipal, sendo um deles o Gabinete de Apoio à Deficiência Visual. Relativamente às suas funções, a Dr. Nicole quando as pessoas entram em contacto, tem a responsabilidade de marcar um atendimento para entender o contexto da pessoa e perceber de que forma é que o serviço pode ajudar. Explica em que consiste este serviço e aquilo que a pessoa pode usufruir e tira também dúvidas sobre diversos assuntos e ajudas disponíveis, ajudando a pessoa o máximo possível. Logo, faz o atendimento, o acompanhamento e o possível encaminhamento caso a pessoa precise de apoios de outros serviços. Quando a pessoa já se encontra inserida no grupo de apoio, pode sempre entrar em contacto para possíveis dúvidas e pedidos de ajuda. É também responsável pela organização de algumas das saídas culturais realizadas pelos utentes, sendo que tem de ter autorização dos superiores para a realização das mesmas.

A Vereadora e Vice-Presidente da CMTV, Ana Umbelino, é licenciada em Psicologia e em Ciências da Educação. É mestre em Ciências da Educação e doutorada em História da Educação. Concluiu os cursos de História de Arte em Portugal, História de Arte I e II, na Sociedade Nacional de Belas Artes. Atualmente, encontra-se a frequentar uma licenciatura em História na Universidade Aberta. É então Vice-presidente com os pelouros da Cultura, do Património Cultural, do Desenvolvimento Social e da Participação e Cidadania. Dado isto, a aprovação de novos projetos e saídas culturais do Grupo de Apoio à Deficiência Visual têm de ter sempre a sua aprovação.

Fernando Martins é licenciado em Ensino de Inglês e Alemão e tem uma pós-graduação em Educação Especial no Domínio Visual, que lhe permite ser professor de Educação Especial,

estando de momento a lecionar numa escola em Torres Vedras. Ao mesmo tempo trabalha para a Câmara Municipal, sendo que leciona duas aulas dentro do grupo, a aula de Orientação e Mobilidade e a aula de Braille. Para além disto, acompanha alguns dos projetos realizados e algumas das saídas culturais.

Ana Cláudio é licenciada em Antropologia e é mestre em Teatro na Educação. É professore de português de segundo ciclo numa escola em Torres Vedras. Em paralelo a estas aulas ou por vezes em conjunto, está ligada ao teatro, ao teatro de marionetas e à arteterapia. Na escola onde leciona dirige um clube de teatro com diversos alunos e por uma das suas alunas ser cega e outra aluna ser surda, foi desafiada a criar um clube de teatro com o gabinete. Depois da sua proposta ter sido aceite pela CMTV conseguiu avançar com o projeto. Dado isto, de momento é responsável pelas sessões de teatro do GADV.

Fiz uma proposta à câmara para desenvolver um projeto teatral e a câmara aceitou e os utentes do gabinete que entenderam começaram a participar. [Entrevista a Ana Cláudio, Professora do GADV, realizada a 21 de Julho de 2023]

Leonel Santos tem 49 anos, tem o décimo segundo ano e de momento trabalha para a CMTV como Assistente Técnico. Relativamente às suas funções, faz trabalho administrativo, dá apoio em todas as atividades, estabelece sempre o contacto com os utentes, pede o transporte quando necessário, sugere novas atividades e visitas culturais e dá sessões informativas sobre a utilização do iPhone. Em relação á sua história de vida, o mesmo nasceu com glaucoma congénito, mas com a realização de três cirurgias no primeiro ano de vida conseguiu recuperar a visão. Sempre usou óculos, mas em 2007 a sua visão piorou muito, sendo que deixou de ver do olho direito e fez cirurgias ao olho esquerdo que o ajudaram, mas em 2014 perdeu a visão totalmente devido ao descolamento da retina. Trabalhou na construção civil durante 15 anos e começou a trabalhar para a câmara como jardineiro em 2011. Depois de um ano de baixa por ter cegado, em 2015, o Presidente da CMTV, Carlos Bernardes, insistiu que continuasse a trabalhar e atribuiu-lhe um novo posto no qual se encontra até ao momento. Concluiu o décimo segundo ano em regime noturno para poder passar para Assistente Técnico de Apoios, e fez ainda uma formação de várias horas em tecnologias.

Tenho 48 anos, quase 49 anos, nasci com um gocloma congénito no ano da revolução de 25 de abril de 1974, e terceiro/quarto mês de vida os meus pais começaram a achar estranho eu ter os olhos muito cinzentos e saídos. [Entrevista a Leonel Santos, Assistente Técnico e utente do GADV, realizada a 25 de Julho de 2023]

O entrevistado relata que este processo foi muito difícil e que quando cegou totalmente foi difícil de lidar com a situação. Teve um grande período de tempo que não saía de casa sozinho

até que passado 10 meses começou a frequentar as aulas do gabinete. É divorciado, mas sempre teve o apoio dos pais e dos filhos que sempre o quiserem ajudar. Contudo, sempre quis ser independente e conseguiu comprar uma casa sozinho. Relativamente a outras associações, nunca recorreu a nenhuma. No entanto, indiretamente têm de falar com a ACAPO para pedir a prescrição de produtos de apoio, sendo a única identidade que o pode fazer. O entrevistado comenta ainda que é um processo muito demorado e que chega a demorar anos.

O utente Luís Carimbo tem 73 anos e tem 7% de capacidade de visão. Trabalhou durante 23 anos na área da contabilidade e depois disso esteve durante 10 anos a trabalhar numa empresa multinacional como comercial e contabilista na área da construção civil. Relativamente ao seu estado clínico, encontrava-se a levar uma vacina semanalmente para as crises de bronquite asmática e ao fim de 3 meses no espaço de uma semana ficou sem visão. Nenhum médico conseguiu reverter a sua situação e chegaram à conclusão que tinha sido uma atrofia do nervo ótico de origem tóxica. Logo, encontra-se assim há 24 anos. Em relação à adaptação da empresa à sua condição, a mesma teve uma boa atitude. Quando reportou a sua situação aos seus superiores ainda era algo incerto, contudo, como não conseguia conduzir e como isso era uma parte importante do seu trabalho, a empresa concedeu-lhe um funcionário que o acompanhava e o ajudava no que fosse necessário. Esteve nesta situação durante 9 meses e quando percebeu que não ia voltar a ver meteu baixa durante três anos porque viu que naquelas condições não conseguiu trabalhar e corresponder aos objetivos anuais da empresa. De início começou a isolar-se muito em casa, mas foi a tempo de pedir ajuda psicológica visto que estava a iniciar uma depressão, contudo, com a ajuda certa conseguiu recuperar. Dado isto, acabou por pedir a reforma antecipada aos 49 anos. Fez ainda várias formações em Lisboa na ACAPO para pessoas de baixa visão cujo tema era sobre o uso das tecnologias. Aprendeu ainda a usar a sua bengala no Instituto Gama Pinto.

A utente Isabel Silva tem 62 anos e desde os seus 16 anos que tem diabetes do tipo 1, tendo posteriormente desenvolvido glaucoma congénito. Trabalhou toda a vida como advogada e quando isto lhe aconteceu começou a deixar de conseguir utilizar o seu computador, de ler, de escrever até que estas incapacidades a transtornaram e acabou por se reformar por invalidez no início de 2022. É solteira, não tem filhos e vive sozinha, tem algum apoio da sua afilhada quando precisa. Logo afirma que se acomodou mais em casa porque é onde se sente mais confortável, sendo que só sai sozinha à rua apenas para fazer os seus trajetos familiares. Relativamente aos amigos, poucos continuam visto que é mais difícil para ela deslocar-se aos locais de encontro. De momento, dá catequese a um grupo do Convento de Varatojo, algo que adora e onde se empenha muito.

A utente Leonor Santos tem 55 anos, é de Peniche e tem a quarta classe, visto que não teve possibilidades para prosseguir os estudos. A sua condição é hereditária, sendo que nasceu com este problema, contudo foi aos 16 anos que se agravou e começou a usar óculos. Os partos das suas duas filhas tiveram uma grande influência na visão tendo ficado com baixa visão. Após esta situação, quando viu que não estava a conseguir fazer o seu trabalho como gostaria, acabou por se despedir e se reformar. Foi acompanhada por uma terapeuta que a ajudou muito e sempre teve apoio dos seus amigos e família. De momento, frequenta diversas atividades, terapias e canta num grupo coral. Recorreu a diversos apoios, conseguindo assim, um telefone, um termómetro, uma balança de cozinha, um medidor de tensão e um leitor, todos estes adequados às suas necessidades.

5.1.2. Deficientes Visuais e a sua relação com a cultura e as suas práticas culturais

Dentro deste bloco temático, pretende-se compreender as possíveis relações das pessoas com deficiência visual com a cultura e com as práticas culturais.

Leonel Santos afirma que não tem por hábito frequentar atividades culturais que não sejam organizadas pelo Grupo. Vai ao teatro cerca de duas vezes por ano, nunca tendo perguntado se existia audiodescrição, nem feito uso da mesma porque sente que não é uma necessidade sua. Frequenta apenas concertos de músicas nas festas de verão da cidade. O entrevistado afirma ainda que não se informa se o local é acessível antes de ir visitar, mas que se sente integrado nestas atividades, sendo que vai sempre acompanhado.

O utente Luís Carimbo durante toda a sua vida nunca teve por hábito realizar visitas culturais, afirmando que o seu grande foco era o trabalho, algo que lhe consumia a maior parte do seu tempo. De momento, só frequenta alguma atividade cultural através do gabinete e fora disto vai raramente, mas acompanhado. Contudo, quando pretende frequentar alguma atividade, vê sempre a acessibilidade do local e se tem, por exemplo, audiodescrição, sendo que para ele muitas vezes é um fator decisivo principalmente quando se trata de teatros.

A utente Isabel Silva, sempre teve por hábito frequentar atividades culturais. Contudo, desde que ficou com baixa visão não tem frequentado nenhuma, afirma que foi apenas a dois teatros em Lisboa, acompanhada por uma amiga. No entanto, demonstra-se interessa em ir a mais atividades no futuro. Quando questionada se investiga sobre a acessibilidade dos sítios antes, afirma que nunca viu e que só há pouco tempo é que soube da existência da audiodescrição e nunca teve essa experiência. Tem sempre conhecimento dos eventos através dos amigos e da televisão.

A utente Leonor Santos tem por hábito frequentar atividades culturais, a maior parte das vezes acompanhada, mas também vai sozinha quando necessário. Tem conhecimento dos eventos maioritariamente através dos amigos ou do email. Contudo, não procura ver quais as condições de acessibilidade antes de se deslocar.

5.1.3. O Grupo de Apoio à Deficiência Visual de Torres Vedras

Nicole Santos sobre este bloco temático explicou como surgiu o grupo, quais os seus objetivos, modo de organização interno, a comunicação com os utentes e a organização das saídas culturais. Esta informação já foi mencionada e utilizada para o capítulo sobre a caracterização do grupo, logo não se vê vantagens em voltar a repetir. Contudo, a opinião da mesma sobre o impacto deste grupo na vida destas pessoas pensa-se ser relevante. Ou seja, na sua opinião quando a pessoa começa a perder a visão e sabe que o seu diagnóstico já está definido tem de ser iniciado um processo de luto. Por isso, as pessoas só entram em contacto com o gabinete no momento em que se sentem preparadas, começando por ir às atividades e a socializar com outras pessoas que estão a passar e que passam pelo mesmo. Logo, a companhia do grupo acaba por ser um grande apoio para desmistificar e normalizar a situação e para se aperceberem que podem reaprender e seguir com a sua vida. Acaba por ser um processo doloroso, mas Nicole Santos afirma que este grupo é e pode ser uma grande ajuda.

Muito deles cegaram ou têm baixa visão em idade bastante adulta. Quando a pessoa começa a perder a visão e sabe que o seu diagnóstico é de ficar cego, e quando cega mesmo, a pessoa tem de fazer um processo de luto. Há pessoas que ouvem falar do nosso gabinete e só passado um ano ou dois é que nos contactam porque se sentem preparados. (...) A companhia do grupo acaba por ser um grande apoio para desmistificarem um bocadinho essa situação. (...) [Entrevista a Nicole Santos, Assistente Social da CMTV, realizada a 19 de julho de 2023]

A vereadora e Vice-Presidente Ana Umbelino explicou também de onde partiu a criação do grupo e quais os objetivos do mesmo, informação utilizada também no capítulo sobre a caracterização do mesmo. Contudo, ressalta a importância do apoio das minorias visto que fazem parte da sociedade e merecem a igualdade de direitos, logo, a importância deste grupo é enorme na vida destas pessoas. Ou seja, este território deve inscrever a diversidade com um dos principais valores e premissas e é possível afirmar que podemos tirar o máximo de potencial de um grupo de determinadas pessoas que habitam num território.

As aulas lecionadas por Fernando Martins também já foram analisadas no capítulo anterior, assim como a criação do grupo e atual organização. Na sua opinião, este grupo é extremamente importante na vida destas pessoas. O professor deu alguns exemplos de pessoas que tinham

dificuldade em sair de casa e que neste momento, o fazem sozinhos e de forma independente. Logo, as aulas de mobilidade são uma grande ajuda para a sua independência e integração na sociedade. Relativamente às práticas culturais dos utentes, não estão propriamente ligadas às aulas que leciona, contudo, o professor gosta de estar presente em algumas visitas culturais e projetos. Menciona a importância da existência de um guia que esteja à vontade com estas pessoas e menciona ainda que é difícil arranjar uma abordagem que funcione para todos, visto que há pessoas mais imaginativas, outras não tão ligadas à audição, entre outros fatores. No entanto, concorda que as atividades culturais são um ponto importante para a inclusão.

Uma das coisas que acontece quando as pessoas cegam já na idade adulta, é a exclusão social e a todos os níveis. (...) Há medida que as pessoas vão deixando de ver vão deixando de fazer coisas (...) e chegam a um ponto onde já não conseguem fazer nada e a ideia do gabinete é quebrarem um bocado esse ciclo vicioso que acaba quase sempre na exclusão total da sociedade. Se não fosse o Gabinete de Apoio à Deficiência Visual, se calhar estava por casa. Foi uma integração espetacular, a conviver com outras pessoas logo de início. [Entrevista a Fernando Martins, Professor do GADV, realizada a 18 de julho de 2023]

A entrevista com Ana Cláudio focou-se sobretudo no trabalho desenvolvido nas sessões de teatro pela qual é responsável. Começou por falar sobre a peça de teatro que apresentaram publicamente ao município, informação mencionada no capítulo anterior. Contudo, o propósito desta aula é de extrema relevância, visto que tem um grande impacto na vida dos utentes, que se sentem vistos, ouvidos, apoiados e reconhecidos. Os utentes não participam apenas numa atividade cultural de organização externa, eles fazem parte da própria criação artística. A segunda peça que estão a realizar inclui diversos diálogos e assenta na ideia de que tenham a deficiência que tiverem são pessoas e sentem as coisas tal e qual as outras pessoas.

As pessoas são muitas vezes invisíveis. Eles são os cegos, mas são invisíveis, porque a sociedade à volta faz os possíveis para não os ver. [Entrevista a Ana Cláudio, Professora do GADV, realizada a 21 de julho de 2023]

O técnico e utente Leonel Santos teve conhecimento da existência do grupo porque acompanhou toda a sua formação e começou a trabalhar neste serviço desde o início. Em relação às aulas que frequenta, já participou na arteterapia, nas aulas de mobilidade e de momento encontra-se apenas a frequentar as aulas de teatro. Frequenta também quase todas as atividades e saídas culturais organizadas dentro e fora do município. Afirma que o impacto deste grupo foi muito importante na sua vida porque mudou completamente o seu rumo. Na sua opinião, caso o grupo não existisse provavelmente ainda estaria em casa sem trabalho.

Se não fosse o Gabinete de Apoio à Deficiência Visual, se calhar estava por casa. Foi uma integração espetacular, a conviver com outras pessoas logo de início. [Entrevista a Leonel Santos, Técnico e utente do GADV, realizada a 25 de julho de 2023]

O utente Luís Carimbo teve conhecimento do grupo quando ainda estava a ser formado. Há cerca de 10 anos recebeu uma chamada de Sandra Colaço, recentemente substituída por Nicole Santos, para marcar uma reunião com o intuito de falar sobre o projeto que estava a ser criado e sobre a sua opinião. De momento não frequenta nenhuma das aulas porque não tem interesse, mas por norma vai sempre às visitas organizadas e gosta muito destas experiências. Na sua opinião o grupo tem e teve um grande impacto na sua vida, visto que a troca de impressões com outros utentes, com condições semelhantes, o ajudam bastante. Para além disto, afirma que este grupo foi também importante para perceber quais as ajudas técnicas existentes.

A utente Isabel Silva teve conhecimento da existência deste grupo através da doutora que a acompanha no Hospital Gama Pinto. Deu á utente o contacto telefónico do grupo e falou do mesmo de uma forma bastante positiva. De momento só frequenta as aulas de mobilidade com o professor Fernando e afirma que foram uma grande ajuda. De início foram difíceis porque tinha vergonha de ir para a rua treinar os percursos e uso da bengala, contudo, acabou por se habituar e afirma que estas aulas tiveram um grande impacto porque se sentiu incluída e sentiu-se “pessoa”. Em relação às visitas e atividades isoladas, toma conhecimento de todas através do email, mas até ao momento nunca foi a nenhuma. A utente menciona que ainda não reagiu na totalidade à perda da visão visto que é algo recente, contudo, afirma que o contacto com aquelas pessoas a ajuda muito a ver a vida de forma positiva e a viver bem com o quem todos os dias.

A utente Leonor Santos teve conhecimento da existência do grupo porque o seu irmão mais velho também o frequenta. Inscreveu-se no grupo antes da pandemia, contudo não frequenta nenhuma das aulas porque não mora no município de Torres Vedras e a Câmara Municipal da sua residência não assegura o transporte semanal para estas atividades. Contudo, tem muito gosto em participar e frequentar as atividades e visitas pontuais. Na sua opinião, todo o trabalho realizado pelo gabinete tem impacto na sua vida porque a ajudam sempre que necessário e encontram-se sempre disponíveis para tirar dúvidas e transmitir informação relevante.

5.1.4. Políticas Culturais

Nicole Santos quando questionada sobre a acessibilidade, mencionou a acessibilidade cultural e a acessibilidade física. Afirma que a nível cultural as atividades do gabinete são sempre

articuladas com a Câmara Municipal para que os utentes tenham a melhor experiência possível. Exemplifica através da visita ao teatro-cine, onde combina sempre com as colegas os utentes ficarem o mais à frente possível. Na sua opinião as exposições são o local que o município tem mais dificuldade em termos de acessibilidade, visto que é necessário haver guias no chão para a pessoa seguir o percurso, é necessário audiodescrição porque muitas das pessoas têm memória visual, entre outros aspetos. Em relação à acessibilidade, dentro da cidade, afirma que a câmara tem feito diversos esforços, mas que continua a ser necessário investir na via pública para ficar completamente adequada, algo que também será útil para todos nós quando envelhecermos. Por último, na sua opinião seria vantajoso a existência de gabinetes semelhantes a nível nacional.

A Vereadora Ana Umbelino afirma que o cuidado e o pensamento com a acessibilidade dos equipamentos e com o município estão sempre presentes, logo a nível da mobilidade vão tentando adaptar os espaços à medida que vai sendo possível. Tentam que os seus equipamentos sejam sempre acessíveis e desafiam também os trabalhadores a pensarem em atividades para estas pessoas. Na sua opinião, nas restantes câmaras do país seria ótimo existir um projeto semelhante visto que as minorias também valem este investimento e a diversidade é uma condição essencial para a formação de um grupo humano. Afirma ainda que no caso das câmaras que são pequenas ou que têm um número muito reduzido de pessoas que precisa de ajuda, que a CMTV se encontra disponível para os receber desde que o município de residência agilizasse o transporte. Ou seja, poderiam ocorrer sinergias entre câmaras para funcionarem como uma rede, sendo que o principal objetivo é garantir o acesso. As políticas culturais são então bastante relevantes para a inclusão social e cultural.

Fernando Martins afirma que em termos de mobilidade há sempre coisas a melhorar, mas que o município tem tido cada vez mais cuidado. Exemplifica com a remodelação de uma das praças do centro do município em que convocaram uma reunião com utentes do grupo onde lhes foram perguntadas dicas de acessibilidade antes de realizar a praça. Logo, afirma que “Está-se a tornar acessível aos poucos”. Afirma ainda que participam no orçamento participativo com alguns projetos como passeadeiras acessíveis e semáforos sonoros. A nível de acessibilidade cultural, o mesmo acontece e na sua opinião é algo com que o município já tem bastantes preocupações. Afirma que a existência deste serviço no país inteiro seria uma grande ajuda para todas as pessoas que se encontram a necessitar de ajuda.

A Professora Ana Cláudio afirma também que tem havido o cuidado por parte do município, em tentar proporcionar o acesso a diferentes eventos, como por exemplo, teatros com audiodescrição, jogo de Goalball com escolas, caminhadas e percursos táteis entre outros. Afirma que aos poucos vão-se abrindo possibilidades.

O técnico Leonel Santos afirma que a integração que o grupo proporciona é muito boa e que seria ótimo existirem mais serviços semelhantes a estes nas câmaras que tivessem essa disponibilidade. Afirma também que não costuma frequentar atividades culturais organizadas pelo município. Quando questionado se o mesmo vai de encontro às suas necessidades culturais, afirma que muitos dos eventos não vão ao encontro dos seus interesses pessoais, dando como exemplo os teatros realizados no teatro-cine. Em termos de acessibilidade, afirma que o município está bastante melhor desde o projeto das passeadeiras acessíveis apresentado no Orçamento Participativo de 2015, contudo ainda há um caminho a percorrer.

O utente Luís Carimbo quando questionado se costuma frequentar atividades realizadas pela CMTV, afirma que sim e dá como exemplo as palestras nos espaços do concelho, ao qual vai muitas vezes sozinho. Tem conhecimento destes eventos através do jornal da cidade, o Badaladas, que recebe por email. Em termos de acessibilidade afirma que existe um esforço da autarquia no melhoramento da mobilidade, sendo que as principais vias estão bem arrançadas.

A utente Isabel Silva, afirma que não tem por hábito frequentar as atividades realizadas pela CMTV e apesar de morar no município há vários anos, mesmo antes de perder parte da visão, nunca teve o costume de frequentar. Relativamente à possível existência deste serviço noutras autarquias, afirma que seria ótimo e uma grande ajuda na integração das pessoas. Afirma que há muitas informações que precisam de saber a que só a ACAPO é que tem conhecimento e desta forma e ter esta possibilidade perto de casa, é muito positivo.

A utente Leonor Santos, quando questionada pelas atividades da CMTV, como é de Peniche afirma que tem mais dificuldade devido ao modo de deslocação e ao custo frequente da mesma. Consegue apanhar os transportes sozinha, no entanto, os horários nem sempre correspondem e de noite, quando acontece grande parte dos eventos, é-lhe mais difícil andar sozinha. Contudo, afirma que caso o transporte fosse mais fácil para ela, que frequentaria muito mais frequentemente. Sobre a acessibilidade do município fez comentários positivos e afirma que a sinalização é útil nos seus percursos.

5.2. Paralelo com outros municípios

Todas as pessoas entrevistadas afirmaram não ter conhecimento da existência de um gabinete semelhante a nível nacional. Sabem da existência de algumas atividades organizadas por câmaras municipais, mas com os mesmos moldes que o de Torres Vedras, não têm conhecimento. Pelo que foi transmitido pelos mesmos, a Câmara Municipal da Lourinhã tem um serviço onde trabalha um técnico que dá algum acompanhamento, há também aulas de

orientação e mobilidade e por vezes promovem algumas atividades culturais pontuais, contudo, a uma escala mais pequena comparativamente com a CMTV. No site da Câmara Municipal têm a indicação da existência do SADV – Serviço de Apoio à Deficiência Visual, onde afirmam atuar nas seguintes áreas: Apoio na orientação e mobilidade; Apoio nas novas tecnologias; Iniciação ao braille, Ações lúdico-culturais; Apoio a atividades de vida diária; Consultoria em acessibilidades; Educação Cívica (Câmara Municipal da Lourinhã). Logo, parece que estão também a trabalhar para a inclusão destas pessoas.

Dado isto, após uma pesquisa pelos sites das Câmaras Municipais do país, constatou-se que não existe nenhum gabinete semelhante a nível nacional. Algumas das câmaras não têm apoios concretos para os munícipes com deficiência visual, têm apoios e ajudas mais gerais. A título exemplificativo a Câmara Municipal de Setúbal tem o “Grupo Concelhio para as Deficiências que tem como missão

(...) a dinamização de ações que contribuam não só para a participação dos cidadãos com deficiência na comunidade, criando condições para o exercício pleno de cidadania, mas também ações facilitadoras da mudança de atitudes e de comportamentos discriminatórios face a esta população. (Câmara Municipal de Setúbal, 2023).

Dado isto, dinamizam várias iniciativas e práticas na ótica da deficiência.

Em Braga, não associada á Câmara Municipal, existe desde 1996 a Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga, que têm um Centro de Atendimento, Acompanhamento e Animação desde 2006. Têm como serviços a psicologia; o serviço social, onde têm o apoio técnico necessário e acompanhamento familiar; serviços de reabilitação com atividades de orientação e mobilidade, atividades de reabilitação nas atividades da vida diária, atividades motoras adaptadas, hidroginástica e sessões de psicomotricidade; animação sociocultural em que organizam atividades de carácter

(...) educativo, cultural, social, lúdico e recreativo, como ateliês de atividades lúdico expressivas, (trabalhos manuais, música e teatro), organizar visitas temáticas (museus, exposições, encontros culturais e recreativos), priorizando sempre o convívio interpessoal, com vista a melhorar a sua qualidade de vida e a qualidade da sua inserção e interação social (Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga, 2023).

Associada à Câmara Municipal do Seixal, existe a União de Cegos e Amblíopes do Seixal,

pretende incrementar a qualidade de vida das pessoas com deficiência visual, no sentido de promover atividades e iniciativas que possam contribuir para a promoção dos valores de cidadania e de desenvolvimento pessoal desta população do concelho. (Câmara Municipal do Seixal, 2023).

Têm orientado atividades culturais e desportivas como excursões, passeios, visitas a museus ou locais turísticos, comemorações de dias festivos, férias, organização de torneios de Goalball, entre outros.

Considerações Finais

No presente estudo, após uma revisão bibliográfica, uma pesquisa qualitativa e a respetiva análise dos resultados e do caso de estudo, foi possível chegar a algumas conclusões. Importa apenas lembrar que a questão de partida do estudo, prende-se com a forma como as práticas culturais contribuem para a integração social das pessoas com deficiência visual e qual o contributo dos municípios para a inclusão dos mesmos nas suas práticas culturais. O caso de estudo é o Gabinete de Apoio à Deficiência Visual, serviço da Câmara Municipal de Torres Vedras.

Para chegar a algumas considerações analisou-se o conceito de deficiência, o que é a deficiência visual e quais as categorias existentes. Analisaram-se as desigualdades sociais com destaque para o mercado de trabalho para os profissionais deficientes e a cultura das organizações e fez-se a análise estatística do contexto português, enquadrado no contexto europeu. Primeiramente, foi possível constatar que na literatura não existe um consenso na definição de deficiência, contudo tem vindo cada vez mais a ser abordada como uma questão de direitos humanos, sendo que existem diversos modelos de análise que foram surgindo ao longo dos anos. Foi possível entender que estes modelos teóricos concentram grande parte da sua análise nos aspetos da deficiência e incapacidade em detrimento de outros, logo, pensa-se que nenhum modelo sozinho consiga e tenha a diversidade e abertura para abranger todas as características em que consiste a deficiência.

Relativamente à deficiência visual, ficou esclarecido desde início que ver é um sentido que todos tomamos como garantido e é vital para viver na nossa sociedade, sendo que toda a nossa vivência está organizada em torno da visão. Dado isto, foi possível constatar que a deficiência visual ocorre quando uma doença ocular afeta o sistema visual que pode resultar em baixa visão/ambliopia ou cegueira. A deficiência visual é medida consoante a acuidade visual e o campo visual, sendo que pode ser dividida em cinco categorias. A adicionar a isto, constatou-se que a deficiência visual pode ser evitada e apesar de nos últimos anos ter havido uma evolução, promoção, prevenção e reabilitação de doenças oculares, cada país e região pode ter alguns cuidados e traçar as suas ações de forma mais eficaz.

Relativamente às desigualdades sociais e à inclusão social, é claro que apesar de já se ter percorrido um longo caminho, ainda encontramos diversas desigualdades sociais e culturais para com a população deficiente, com destaque para a população com alguma deficiência

visual. Contudo, pensa-se que para a existência de uma sociedade inclusiva seja necessário que os seus cidadãos estejam envolvidos em todas as áreas, económicas, sociais, educacionais e culturais. Logo, com esta análise constatou-se que para uma sociedade inclusiva é necessário que a mesma tenha meios que apoiem a inclusão para a existência de uma cidadania ativa. Isto para que estas pessoas não se considerem inferiores e que não sintam que estão a viver num mundo onde não se sentem adaptadas. Em suma, as desigualdades sociais continuam a manifestar-se em diversas áreas da vida destas pessoas, no entanto, a inclusão será um processo evolutivo que através de diversas medidas implementadas tornar-se-á um caminho cada vez mais ténue, com o passar do tempo e com a mudança de mentalidades da sociedade.

Após uma análise estatística à população portuguesa com deficiência visual numa perspetiva demográfica, social e económica, constatou-se que existem diversas barreiras incapacitantes nestas diferentes áreas. No entanto, existem também diversas soluções e sugestões de melhoria e ajuda a pessoas com deficiência por parte dos governos, organizações, comunidades, instituições, fornecedores de serviços, comunidade e setor privado. Logo, para que haja uma mudança de mentalidades é necessário que todos colaborem para que estas pessoas estejam cada vez mais integradas dentro da sociedade e da sua comunidade. Todas as iniciativas, por mais pequenas que pareçam, são um passo para alcançarmos uma sociedade cada vez mais inclusiva. Relativamente à inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho foi possível perceber que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente e seletivo sendo que está direcionada para indivíduos dispostos a acompanhar a vivência da empresa. Contudo, apesar do intuito do trabalho ser a produção é também um importante meio de inclusão e inserção dos indivíduos na sociedade. Apesar disto, nem todas as organizações estão preparadas para contratar pessoas com deficiência, porque o preconceito de que estas pessoas podem não ser uma mais-valia para a empresa continua presente. Portanto, para a integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é necessária uma redução dos preconceitos e das barreiras sociais e profissionais.

De seguida analisou-se a acessibilidade na cultura, as práticas culturais e a inclusão cultural através das mesmas. Foi possível entender que nos dias que correm temos observado uma sensibilidade na atuação dos gestores profissionais, artistas, produtores e criadores na oferta de recursos mínimos de acessibilidade e temos observado posturas mais abertas para aprender, observar e propor soluções com resultados maioritariamente positivos. Para que isto aconteça, as políticas públicas são essenciais e é necessário que se comece a propor mudanças na maneira de agir. Dado isto, é possível concluir que as atividades culturais podem contribuir para a integração social e as mesmas devem ser percecionadas não apenas como um meio para a

promoção do desenvolvimento, mas também para promover uma melhor qualidade de vida e bem-estar.

Numa terceira parte analisou-se a importância das políticas culturais e como as mesmas correspondem e vão ao encontro das necessidades culturais da população. Isto porque, as políticas culturais não devem ser marginalizadas, visto que a cultura pode ser uma parte essencial para a reabilitação social e económica de uma sociedade. Para tal, analisou-se a Câmara Municipal de Torres Vedras tendo para isso analisado o Plano Estratégico de Cultura desenvolvido por esta autarquia, um plano devidamente organizado, contextualizado e redigido. Através da análise deste plano foi possível entender que a política cultural detém um lugar central no conjunto das políticas do município e está presente um grande empenho por parte do município na atualização e melhoramento das políticas públicas culturais, articuladas com políticas de outras áreas.

Em relação à conservação e valorização é possível entender que existem vários planos municipais de reabilitação e conservação do centro histórico e que a política de investimento municipal em cultura destaca o património como área principal de atuação. Em relação à consolidação e desenvolvimento do meio cultural e artístico, é possível perceber que a presença da câmara municipal é vista como um modelo exemplar na articulação das primeiras necessidades dos projetos associativos, ao mesmo tempo que há um reconhecimento do estatuto social, pedagógico e criativo dos agentes locais. Em relação à inclusão preveem-se idealmente diversos programas como promotores da integração social desenvolvidos por ou em articulação com os equipamentos municipais da cultura, logo, é notório o esforço de inclusão e acompanhamento dos cidadãos nos serviços e na oferta. Uma ação que também demonstra isto é a necessidade de adaptar os equipamentos culturais que não sejam acessíveis para pessoas portadoras de deficiências, como também para pessoas não-falantes de português. Através das políticas culturais tem sido possível aumentar a capacidade de intervenção dos diversos grupos da população nas estruturas de governança local. Logo, foi possível constatar que Torres Vedras é um município que se preocupa com os seus munícipes e que procurou e continua a procurar a cada dia que passa corresponder às necessidades atuais, adaptando para isso as suas estratégias políticas culturais locais. Considera-se que as estratégias atuais estão bem pensadas, são coerentes e terão um impacto real e profundo na relação dos munícipes com a cultura.

Após a revisão bibliográfica e esta análise dos dados secundários, procedeu-se à caracterização do Grupo de Apoio à Deficiência Visual, serviço da Câmara Municipal de Torres Vedras e à realização de entrevistas através de uma abordagem qualitativa. Entrevistou-se a vereadora e vice-presidente da câmara; a assistente social, Dr. Nicole Santos; dois professores

do grupo, o Professor Fernando Martins e a Professora Ana Cláudio; e quatro utentes do grupo entre os 48 anos e os 73 anos. Nesta análise, é possível entender que o Gabinete está enquadrado nas políticas definidas pelo município

(...) de apoio à população em situação de vulnerabilidade, alicerçado no diagnóstico dos munícipes com deficiência visual, que constatou a necessidade de encontrar uma resposta integrada aos problemas decorrentes da deficiência visual (Site CMTV).⁴

Logo, através da caracterização do gabinete, foi possível perceber que ajuda e acompanha ainda um número elevado de munícipes; numa primeira abordagem tem como objetivo deixar os utentes o mais esclarecidos possíveis sobre os seus serviços e ajudas técnicas disponíveis; e tem diversas aulas e atividades distintas que contribuem para a sua inclusão na sociedade. Dado isto, é possível afirmar que este gabinete é bastante importante no atendimento, acompanhamento e encaminhamento destes munícipes e no acesso da população a uma cidadania plena de direitos e deveres.

Através da análise das entrevistas, ao comunicar com os utentes está claro que este grupo de pessoas tem um grande impacto nas suas vidas e para muitos mudou a forma como vivem a sua vida e ajudou significativamente na aceitação da sua condição e na vivência de uma vida ativa dentro da sociedade. Cada um, com uma história de vida diferente, mas todos com uma energia bastante positiva e com uma grande disponibilidade para ajudar. Foi possível perceber que a maior parte dos utentes não frequenta atividades culturais sem ser as que são organizadas pelo gabinete, logo, observamos a importância da organização destas visitas para estas pessoas. Dado isto, estas demonstram-se bastante interessadas em ir às atividades culturais organizadas pelo mesmo, que têm sempre em conta a acessibilidade dos espaços. Para muitos, as aulas de mobilidade, teatro e arteterapia, tiveram um impacto real no seu dia-a-dia em termos de mobilidade e foram de certa forma um veículo para se sentirem integrados na sociedade e concretizados pessoalmente em diversos aspetos. Na ótica destes utentes, o município tem feito um grande esforço na sua integração e ajuda em diversos aspetos. Primeiramente, através de todos os apoios e atividades proporcionadas pelo grupo, no incentivo de consciencializar a população através das sessões nas escolas, na disponibilização de transporte para as atividades e nos pedidos de ajuda para darem a sua opinião em algumas das obras realizadas na via pública. Através das entrevistas realizadas aos professores, foi possível perceber que os mesmos têm imenso gosto em trabalhar com os utentes e fazem de tudo para que se sintam sempre ouvidos,

⁴ <https://www.cm-tvedras.pt/>

apoiados e integrados. O mesmo acontece com a psicóloga que tenta ajudar os utentes e esclarecer os mesmos sobre diversos aspetos e com a Vereadora entrevistada que perceciona este grupo como um serviço essencial da Câmara e que tem como objetivos diários a inclusão e a igualdade de direitos para toda a população, tendo em conta que garantir o acesso é de extrema importância.

Contudo, através da literatura abordada, a abordagem levada a efeito pela Câmara Municipal de Torres Vedras, embora muito valorizada pelos destinatários, não é completamente inclusiva. Isto porque, pelas atividades serem praticamente exclusivas às pessoas com uma deficiência visual não estamos a contribuir para o conceito da inclusão e muitas vezes isto pode levar a que os cegos e amblíopes não participem tanto em atividades regulares e prefiram estas. Através das entrevistas que se realizou, foi perceptível que a maior parte dos entrevistados não realiza visitas culturais, sem ser as que são organizadas pelo Grupo de Apoio à Deficiência Visual de Torres Vedras. Logo, a existência deste grupo é de grande importância, mas o mesmo precisa de continuar a evoluir e melhorar para conseguir alcançar a inclusão e para que as pessoas nele inseridas estejam completamente incluídas na sociedade.

Em suma, é possível concluir que as práticas culturais contribuem para a integração social das pessoas com uma deficiência visual e um exemplo disto é o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Torres Vedras, que criou este serviço com uma utilidade real para os municípios. Pelo que foi possível investigar, é único a nível nacional e tem vindo a desenvolver um trabalho exemplar, como foi analisado até ao momento. Foi ainda possível concluir, que os municípios através das suas políticas culturais podem de facto contribuir para a inclusão dos municípios com deficiência visual, contudo este município tem ainda alguns pontos a melhorar para alcançar a inclusão, tal como mencionado no parágrafo anterior. Este é um exemplo relevante, visto que foi criado através de políticas públicas locais. Logo, é possível afirmar que atualmente, a cultura é um elemento-chave para uma integração social com sucesso.

Recomendações, Limitações e Linhas de Investigação Futura

Após esta análise, achou-se relevante deixar algumas recomendações e sugestões para as autarquias para que as mesmas possam ter um serviço semelhante e quais as condições necessárias. Primeiramente, sugeria-se que caso as autarquias tivessem interesse em ter um serviço semelhante, enviassem um/a assistente social para observar como o Gabinete de Apoio à Deficiência Visual da Câmara Municipal de Torres Vedras funciona em termos de apoios e

em termos de estrutura hierárquica; que acompanhasse algumas atividades culturais e algumas das aulas, para que percebesse o que pode retirar deste serviço para aplicar na sua autarquia e quais seriam as condições necessárias para isto acontecer. Nomeadamente, meios financeiros que um grupo destes implica, que tipo de técnicos e pessoas precisam de contratar consoante a sua formação e que tipo de atividades e ajudas poderiam proporcionar. Neste caso, considera-se essencial a contratação de uma pessoa que possa ajudar estas pessoas nas questões administrativas e burocráticas, como no pedido dos certificados multiusos, qual o processo para pedir a reforma por invalidez, na explicação dos apoios e ajudas existentes, assim como das associações e outros apoios técnicos relacionados.

Outra recomendação sugerida para as diversas autarquias, seria a sinergia entre câmaras caso fosse necessário, ou seja, numa perspetiva intermunicipal, eventualmente como competência das CIM – Comunidades Intermunicipais. Portanto, esta cooperação e esforço conjunto entre municípios seria ótimo para que um maior número de pessoas pudesse ter a ajuda e acompanhamento de que necessita. No decorrer do trabalho empírico, a Câmara Municipal de Torres Vedras mostrou-se disponível para que isto acontecesse.

Outra recomendação e forma de contribuir para a inclusão, seria a integração de pessoas cegas ou de baixa visão a nível profissional que possam ajudar outros utentes, caso houvessem serviços semelhantes noutro município. No gabinete, o técnico responsável é um grande exemplo disso, visto que é cego e consegue fazer o seu trabalho e ao mesmo tempo ajudar os utentes no que precisam sendo um elemento essencial. Contudo, esta integração poderia acontecer também noutros serviços e áreas das autarquias.

Sugere-se ainda que em todas as obras e construções na via pública, os arquitetos tenham uma reunião com algumas pessoas com deficiências visuais ou com outras deficiências para falar sobre a acessibilidade e qual a sua posição para que a via pública e os espaços públicos sejam mais acessíveis em termos de mobilidade. A Câmara Municipal de Torres Vedras tem vindo a fazê-lo em algumas das construções e pensa-se que é uma prática importante porque estas pessoas são as melhores para darem as suas perceções sobre a acessibilidade.

A adicionar a isto, é também de salientar a importância da divulgação deste grupo dentro do município, mas também a nível nacional. Isto porque, existem muitas pessoas que não têm conhecimento da existência do mesmo. Logo, pensa-se que seria útil divulgar a existência do mesmo a todos os hospitais e centros de saúde para que estes possam reencaminhar estas pessoas, visto que pensasse ser a forma mais fácil de divulgação do serviço.

Relativamente ao Gabinete de Apoio à Deficiência Visual em Torres Vedras, conclui-se que as aulas e as saídas culturais organizadas são relevantes, logo, seria ótimo que a organização

das mesmas fosse mais frequente. Aliado a isto, espera-se que com este estudo outros municípios nacionais possam ficar sensibilizados para esta problemática.

Pensou-se ainda numa sugestão relativamente ao trabalho contínuo do município para alcançar a inclusão. Ou seja, para que a abordagem da CMTV seja inclusiva teria que existir pelo menos uma das condições seguintes: a) ou abrir o grupo a pessoas com deficiência; b) ou incluir as pessoas com deficiência visual num grupo de teatro ou numa coletividade cultural regular da comunidade capacitando essa estrutura para tal. Isto porque ao existirem atividades destinadas apenas para os munícipes com uma deficiência visual, estamos desde logo a condicionar a inclusão destas pessoas. Desta forma, ao integrarmos as pessoas com deficiência visual através de uma das condições mencionadas, o projeto seria de facto inclusivo. Por último, sugeria-se ainda o alargamento deste tipo de experiências culturais e sociais a outros tipos de deficiência.

Em termos de limitações, salienta-se sobretudo que não foi possível neste estudo analisar algumas das atividades desenvolvidas com mais pormenor, devido à extensão que seria necessária do mesmo.

Relativamente às linhas de investigação futura, considera-se que existem poucos dados estatísticos e constatou-se que existe pouca informação. Logo, apesar da deficiência não ser o foco deste estudo, pensa-se que seria interessante fazer uma análise estatística mais profunda sobre a população deficiente e a sua relação com a cultura, assim como sobre as pessoas com deficiência visual. Isto porque com a visualização de números reais será possível que a sociedade se consciencialize mais para esta questão e evolua ainda mais ao nível da inclusão e consciencialização. Sugeria-se ainda a realização de mais estudos empíricos que analisem os resultados da contratação de pessoas com deficiência para que seja possível desmistificar diversas questões. Acrescenta-se ainda uma abordagem que também poderia ser interessante, nomeadamente, analisar a fundo uma cultura organizacional que tenha implementado várias das medidas sugeridas ao longo do trabalho e ver quais as diferenças e qual a sua evolução.

Pensa-se ainda que numa ótica futura, poder-se-ia tentar perceber de forma mais pormenorizada a relação das políticas culturais, os seus atores e as dinâmicas existentes. Uma abordagem interessante seria também relacionar as políticas públicas deste município com outros municípios de forma a entender quais os resultados em cada um, o porquê de serem distintos ou semelhantes e sugerir melhorias nas políticas culturais tendo em conta o sucesso das estratégias implementadas no município em causa.

Referências

- Albuquerque, L. A. (coord.) (2021). *Plano Estratégico de Cultura de Torres Vedras 2026*. Observatório Living Cities | LIDA.
- Alves, D. R. & Castilhos, D. (2021). Orientações legislativas para a Cultura em Portugal. Em M. Gama, & P.R. Costa, (2021), *Políticas Culturais Municipais: Análise de Documentos Estruturantes em Torno da Cultura*. CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Amado, J. (2013). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Andrade, A, Silva, I.S.M., & Veloso, A. (2017). Integração profissional de pessoas com deficiência visual: Das Práticas às atitudes individuais. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 17 (2), 80-88.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Bilhim, J. (2004). *A Governação nas Autarquias Locais. Inovação e Governação nas Autarquias*. Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Bodgan, R.C. & Biklen, S.K. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto Editora.
- Brasão, F. (2018). *Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência no Mercado de Trabalho* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Évora.
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods*. Oxford University Press
- Carapinha, M.B. (2015). *Trabalho para todos – A integração profissional das Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho* [Dissertação de Mestrado]. Instituto Universitário de Lisboa
- Carranca, M.A. (2004). Uma Cultura para a Sociedade do Conhecimento: contributos da cultura para a promoção das cidades como habitats de inovação. *Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional* (10), 79-99.
- Comissão de Braille (2002). *Grafia Braille para a língua portuguesa*. Ministério da Educação.
- Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas (2007).
- Costa, T.B. (2020). *Resumo de conclusões principais| Processo de consulta pública: Entrevistas Focais on-line setembro 2020*. <http://www.cm-tvedras.pt/cultura/plano-estrategico-de-cultura/resultados-e-contributos/>

- Crane, D (1992). *The Production of Culture. Media and the Urban Arts*. Sage.
- Creswell, J.W. (2009). *Research Design. Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches*. Sage.
- Dewey, J. (1927). *The Public and its Problems*. Swallow Press.
- Dubois, V. (2015). Cultural policy regimes in Western Europe. Em Wright, J.D. (ed.), *International Encyclopedia of The Social & Behavioral Sciences* (2nd ed.) (pp. 460-465). Elsevier.
- Dye, T. R. (2005). *Understanding public policy* (11th ed). Pearson Prentice Hall.
- Estrella, L.M.V. (2020). *Políticas Culturais e Crise: Um estudo sobre Rio de Janeiro e Lisboa* [Dissertação de Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa].
- EU Member States Experts (OMC) (2012). *A Report on Policies and Good Practices in the Public Arts and in Cultural Institutions to Promote Better Access to and Wider Participation in Culture*. European Agenda for Culture.
- Eurofound (2022). *Living and working in Europe 2021*. Publications Office of the European Union.
- European Network for Accessible Tourism. <https://www.accessibletourism.org/> (Consultado a 28 de junho de 2023).
- Eurostat. <https://ec.europa.eu/eurostat> (Consultado a 18 de dezembro de 2022).
- Ferreira, A.B.S. (2018). *Dinâmicas de Parceira na Rede Social de Torres Vedras* [Dissertação de mestrado em Políticas Públicas, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa].
- Figueira, D.S.S.F (2012). *Acesso ao Mercado de Trabalho: O Caso das pessoas com deficiência mental* [Dissertação de Mestrado]. Universidade da Beira Interior.
- Gabrilli, M. (2008). *Desenho Universal: um conceito para todos*. Governo do Estado de São Paulo.
- Gabrilli, M. (2011). *Acessibilidade é muito mais do que construir uma rampa*. Revista Pandora Brasil 26.
- Gomes, A.R.R. (2021). *Cultura para Todos. Atividades Culturais e Inclusão e Crianças com Deficiência em Setúbal* [Dissertação de Mestrado em Estudos e Gestão da Cultur, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa].
- Gomez, G. R., Flores, J., Jiménez, E. (1996). *Metodologia de la Investigacion Cualitativa*. Ediciones Aljibe.
- Gonçalves, C. (2017). Modelos de Desenvolvimento Regional e Sistemas Urbanos: Portugal, visão integrada. *Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul*, 22 (1).

- Gonçalves, J. & Nogueira, J.N. (2012). *O Emprego das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade – Uma abordagem pela igualdade de oportunidades*. Centro de Informação e Documentação.
- Guerra, P. & Quintela, P. (2007). *A Cultura como alavanca de inclusão e de participação social: uma nova geração de políticas públicas de proximidade*. Atas de conferência internacional.
- Henriques, R.M.V (2015). *Os sentidos nos Museus – Acessibilidade para o Público Cego*. [Dissertação de Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa].
- INE (2020). *Estatísticas da Cultura – 2020*. ISBN 978-989-25-0580-0.
- Jesus, A.P.P. (2017). *Out Museum. Aproximação entre pessoas com deficiência visual e a arte contemporânea* [Dissertação de Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa].
- Ladeira, F. & Queirós, S. (2002). *Compreender a baixa visão*. S Design, LDA.
- Lopes, A.I.C (2011). *Praticar a Cultura Fortalecendo a Comunidade. Um estudo de caso entre o associativismo cultural e o índice de qualidade de vida* [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Lopes, J.T. (1998). *Sociabilidade e consumos culturais: contributos para uma sociologia da fruição cultural*. 1º Congresso Português da Sociologia Económica.
- Lopes, S.C.R.S (2019). *Políticas culturais municipais: da história social do campo aos reportórios de ação dos agentes* [Tese de doutoramento]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Mangset, P. (2018). The end of cultural policy? *International Journal of Cultural Policy*, 26(3), 398-411.
- Marie, F. (2012). *A Report on Policies and Good Practices in the Public Arts and in Cultural Institutions to Promote Better Access to and Wider Participation in Culture*. European Agenda for Culture.
- Martins, B. S (2006). «*E se eu fosse cego?*»: *Narrativas silenciadas da deficiência*. Edições Afrontamento.
- Martins, I.A.A. (2017). *Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho* [Dissertação de Mestrado em Ciências do Trabalho e Relações Laborais, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa].

- Martins, R. (2018). *As condições de acessibilidade à informação e a participação política da população S/surda portuguesa* [Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa].
- Menger, P.M. (1999). Artistic Labor Markets and Careers. *Annual Review of Sociology*, 25, 541-574.
- Mesquita, A.P. (2005). *Aristóteles Obras Completas – Introdução Geral*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Messias, M.J.M. (2018). *As Tecnologias de Informação e Comunicação na Democratização do Museu: Estratégias Digitais Participativas e Inclusivas* [Dissertação de Doutoramento]. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
- Mineiro, C (2017). *Guia de Boas Práticas de Acessibilidade. Comunicação Inclusiva em Monumentos, Palácios e Museus*. Turismo de Portugal e Direção Geral do Património Cultural.
- Miranda, J. (2011). Notas sobre a cultura, Constituição e direitos culturais. Em Ramos J.L.B & Gomes, C.A., *Direito da Cultura e do Património Cultural* (pp.157-181). Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.
- Mitra, Sophie (2006). The Capability Approach and Disability. *Journal of Disability Policy Studies* 16(4), SAGE Publishing.
- Mulcahy, K.K. (1996). Cultural Policy. Em Peters, B. Guy. 1996. *American public policy: Promise and performance* (4th ed). Chatham House.
- Negreiros, D. (2017). *Potenciar a Acessibilidade Cultural em Ambientes Culturais. Um Estudo Exploratório em Museus* [Dissertação de Mestrado]. Instituto Politécnico de Leiria.
- Neves, J. S. (2005). *Despesas dos municípios com cultura (1986-2003)*. Observatório das Atividades Culturais.
- Neves, J. S. (2020). O sector artístico e cultural, impactos e desafios da crise provocada pela Covid19. In Renato Miguel do Carmo, Inês Tavares e Ana Filipa Cândido (Ed.), *Um olhar sociológico sobre a crise Covid-19 em livro*. (pp. 83-97). Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte.
- Oliveira, R.P.D. (2012). *Transição para a vida adulta – Inclusão de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho* [Dissertação de Mestrado]. Escola Superior de Educação Almeida Garrett.
- Organização Mundial da Saúde (2004). *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. Direcção-Geral da Saúde.
- Organização Mundial de Saúde (2021). *Relatório Mundial sobre a visão*.

- Organização Nacional de Cegos de Espanha (ONCE). <https://www.once.es/> Consultado a 28 de junho de 2023.
- Pais, J.M.; Magalhães, P. & Antunes, M.L. (2021). *Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses 2020. Síntese dos Resultados*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Palmer, M. & Harley, D. (2011). Models and measurement in disability: an international review. *Health Policy and Planning*, 27, 357-364.
- Pedroso, P. & Alves, T. (2012). *Deficiência e desigualdade no acesso ao mercado de trabalho: o Gap de emprego dos deficientes visuais em Portugal*. Observatório das Desigualdades.
- Pinto P. & Neca, P. (2020). *Pessoas com Deficiência em Portugal: Indicadores de Direitos Humanos 2020*. Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas ISCSP.
- Quintão, A.S.G (2020). *Inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Autónoma de Lisboa.
- Quivy, R., & Campenhoudt. L. V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Ramos, M.C.P. (2019). Inserção Laboral e Gestão da deficiência no local de trabalho. Em A.P.Garcia, , C.Ribeirinho, , H.Bracons, , & L.M. Desmet, (Org.), *Deficiência: Perspetivas e Desafios na Contemporaneidade*. (pp.223-246). Edições Universitárias Lusófonas
- Relatório Mundial sobre a Deficiência* (2011). Organização Mundial de Saúde.
- Rodrigues, M.L. & Silva, P.A. (2016). A constituição e as políticas públicas em Portugal. *Sociologia Problemas e Práticas, Nº especial*, 13-22.
- Santos, M.L.L. (1998). *As Políticas Culturais em Portugal*. Observatório das Actividades Culturais.
- Sarraf, V.P. (2022). Museus para a Igualdade – Diversidade e Inclusão. Como as premissas da Acessibilidade Cultural corroboram com a Função Social dos Museus. *Cadernos de Sociomuseologia*, 19 (63).
- Sasaki, R. K. (2009). *Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação*. Revista Nacional de Reabilitação (Reação).
- Silva, A. S. (2007). Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 54, 11-33.
- Silva, A.S., Babo,E.P, & Guerra (2015). Políticas Culturais locais: Contributos para um modelo de Análise. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 78, 105-124.

- Silva, K. (2020). *A Relação de Influência Mútua Entre Património e Práticas Culturais. O Caso do Teatro Nacional de São Carlos* [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Souza, L.D.F., & Marques, R.O. (2014). A Universalidade dos Direitos Humanos: Abordagem crítica sobre o Princípio da desigualdade aos portadores de necessidades especiais. *RIDB, Ano 3* (7), 5361-5388.
- Thomas, C. (2004). How is disability understood? An examination of sociological approaches. *Disability & Society, 19*(6), 569–583.
- Unidos por Torres Vedras. <https://unidosportorresvedras.pt/junte-se-a-nos> (Consultado a 13 de junho de 2022).
- Williams, R. (1977). *Keywords: A Vocabulary of Culture and Society*. Oxford University Press.
- Xie, S., Han, S., Mou, Z., Zhang, X. & Zhang, L. (2018). Social Interaction Patterns of the Disabled People in Asymmetric Social Dilemmas. *Frontiers in Psychology, 8* (1683). <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.01683>
- Yin, R. K. (1994). *Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos* (2nd ed.). Bookman.

Legislação

Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Webgrafia

- Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga. <https://aadvdb.pt/> (Consultado a 9 de setembro de 2023).
- Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) <https://www.acapo.pt/deficiencia-visual/perguntas-e-respostas/braille> (consultado a 16 de dezembro de 2022).
- Associação de Apoio e Informação a cegos e amblíopes (AAICA). <https://www.aaica.pt/> (consultado a 2 de maio de 2023).
- Associação Nacional de Arte e Criatividade de e para pessoas com Deficiência. [tps://anacedarte.wixsite.com/anaced](https://anacedarte.wixsite.com/anaced). Consultado a 28 de junho de 2023.
- Associação Promotora do Ensino dos Cegos. <https://www.apec.org.pt/> (consultado a 2 de maio de 2023).

Câmara Municipal da Lourinhã. <https://cm-lourinha.pt/menu/1828/sadv-%E2%80%93servico-de-apoio-a-deficiencia-visual> (Consultado a 9 de setembro de 2023).

Câmara Municipal de Setúbal. <https://www.mun-setubal.pt/grupo-concelhio-para-as-deficiencias/> (Consultado a 9 de setembro de 2023).

Câmara Municipal de Torres Vedras. Gabinete de Apoio à Deficiência Visual. <http://www.cm-tvedras.pt/municipio/de-porta-aberta/?id=2538> (Consultado a 6 de janeiro de 2023).

Câmara Municipal de Torres Vedras. Gabinete de Apoio à Deficiência Visual – Normas de Funcionamento. <https://cm-tvedras.pt/documentos/regulamentos?r=gabinete-de-apoio-a-deficiencia-visual-normas-de-funcionamento> (Consultado a 29 de agosto de 2023).

Câmara Municipal de Torres Vedras. Plano de Mobilidade e Transporte de Torres Vedras- Plano de Ação. <https://www.mobilidade-tvedras.pt/> (Consultado a 3 de novembro de 2022).

Câmara Municipal de Torres Vedras. Regulamento – “Porta-a-Porta: Transporte de Cidadãos com Mobilidade Condicionada”. <https://cm-tvedras.pt/documentos/regulamentos?r=regulamento-porta-a-porta-transporte-de-cidadaos-com-mobilidade-condicionada> (Consultado a 29 de agosto de 2023).

INE, Censos 2011 - XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação (Dados Definitivos), 2012.

INE, Censos 2021. https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_main&xpid=CENSOS21&xlang=pt (Consultado a 23 de setembro de 2023).

Instituto Nacional de Estatísticas (INE). https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados&contexto=bd&bdtemas=1115&bdsbtemas=111514&bdfreetext=Dificuldades&xlang=pt (Consultado a dia 13 de dezembro de 2022).

Instituto Nacional Para a Reabilitação (2010). <https://www.inr.pt/inicio> (consultado a 13 de junho de 2023).

Site Pordata. <https://www.pordata.pt/Municipios/Despesa+das+C%C3%A2maras+Municipais+em+cultura+e+desporto+total++correntes+e+de+capital-795> (consultado a 15 de junho de 2022).

Apêndices

Apêndice 1- Histórico dos resultados eleitorais ente 1983 e 2022 no Município de Torres Vedras. Fonte: Site Marktest, 2022.

	PS	PPD/PSD
2022		
2019		
2015		
2011		
2009		
2005		
2002		
1999		
1995		
1991		
1987		
1985		
1983		

Apêndice 2- Objetivos da Política Cultural para o Município de Torres Vedras. Fonte: Plano Estratégico de Cultura de Torres Vedras 2026 (2021).

	Objetivos
1	Desenvolver laços culturais mais fortes entre a cidade e o centro histórico, as comunidades rurais e do litoral.
2	Estudar, avaliar e desenvolver um projeto de gestão dos exemplares de arquitetura sacra existentes no concelho que potencie a sua conservação e restauro, bem como o seu impacto na economia local explorando o seu potencial turístico.
3	Estruturar as rotas existentes associadas à água, ao vento e ao vinho, estimulando e apoiando a criação de novos serviços criativos
4	Promover as alterações de comportamento necessárias apostando na responsabilidade ambiental e na inovação sustentável na produção de eventos públicos.
5	Promover a melhoria do projeto museológico e edifício do Museu Municipal Leonel Trindade enquanto museu polinucleado, motor e principal agente de ativação do conhecimento da história e do património.
6	Apoiar e permitir o crescimento de empresas criativas e culturais através do apoio empresarial para o desenvolvimento de novos modelos de negócio e de aquisição de conhecimentos e competências.
7	Apoiar e fomentar a melhoria do emprego no SCC através da discriminação positiva, em sede do Regulamento Municipal de Apoio, de associações e empresas com práticas de contratação responsável de artistas, criadores e outros profissionais do SCC.
8	Fomentar o uso de tecnologias de informação e comunicação nos diversos domínios do SCC, apoiando a aquisição e desenvolvimento de competências de ferramentas e tecnologias digitais.
9	Estimular o consumo cultural dos cidadãos e agregados domésticos.

10	Incentivar a filantropia e o mecenato individual a entidades culturais.
11	Construir na longa duração um equilíbrio mais sustentável entre as despesas correntes e de capital.
12	Promover a diversidade e equidade de acesso aos mecanismos de financiamento local, nacional e europeu para o desenvolvimento de bens e serviços culturais.
13	Definir metas de autofinanciamento por patamares de apoio do financiamento local no âmbito do regulamento municipal de apoio.
14	Desenvolver e implementar instrumentos de democracia cultural onde os cidadãos se juntam para cocriar, liderar e participar em diversos projetos culturais localmente relevantes, pluralistas e impulsionados pela comunidade.
15	Implementar um plano de comunicação assente na garantia do acesso à informação de todas as freguesias do concelho, diversificado tanto na faixa etária, quanto na complementaridade da comunicação digital e em espaço público, criando um espaço e o regulamento para a afixação de cartazes em espaço público, estabelecendo critérios de enquadramento, formato do material gráfico e mobiliário urbano específico para tal utilização e rotatividade.
16	Apoiar e desenvolver ações de formação cultural e de educação para o desenvolvimento sustentável do património natural do concelho.
17	Desenvolver uma nova relação estruturante entre a comunidade educativa, o SCC e a Câmara Municipal.
18	Apoiar a inserção em redes regionais, nacionais e internacionais das instituições de ensino artístico do concelho.
19	Desenvolver projetos que realcem a relação entre a arte e o espaço público, promovendo o papel da arte e a sua capacidade de desencadear processos positivos de interação cidadã.
20	Desenvolver projetos socioculturais através de processos bottom- -up e de codecisão com as comunidades.
21	Encorajar a prática do lazer cultural.
22	Implementar os acessos a pessoas portadoras de deficiência, de acordo com o diagnóstico já efetuado.

Anexos

Anexo A- Despesas da tutela governamental da cultura e despesa das autarquias locais com cultura, 1995-2012, em milhões de euros. Fonte: (Silva, Babo & Guerra, 2015).

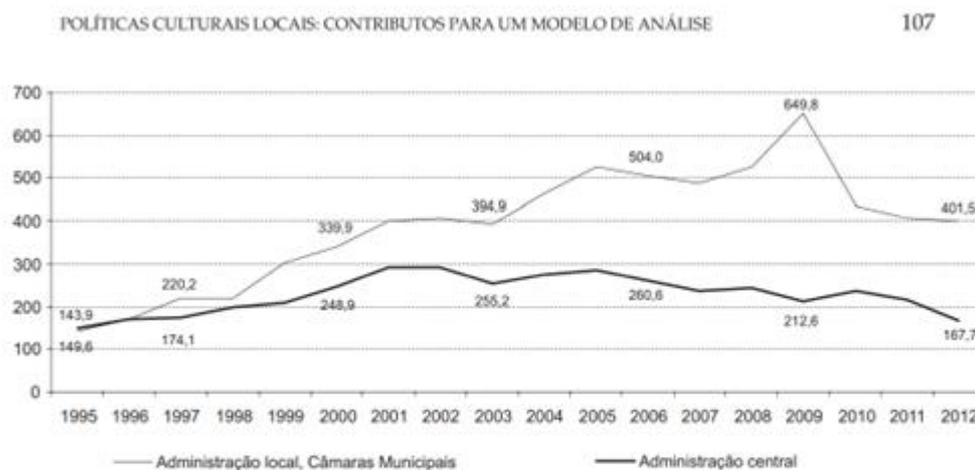


Figura 1 Despesa da tutela governamental da cultura e despesa das autarquias locais com cultura, 1995-2012, em milhões de euros

Fontes: Gomes, Lourenço e Martinho (2006); INE (2013); Neves (2012).

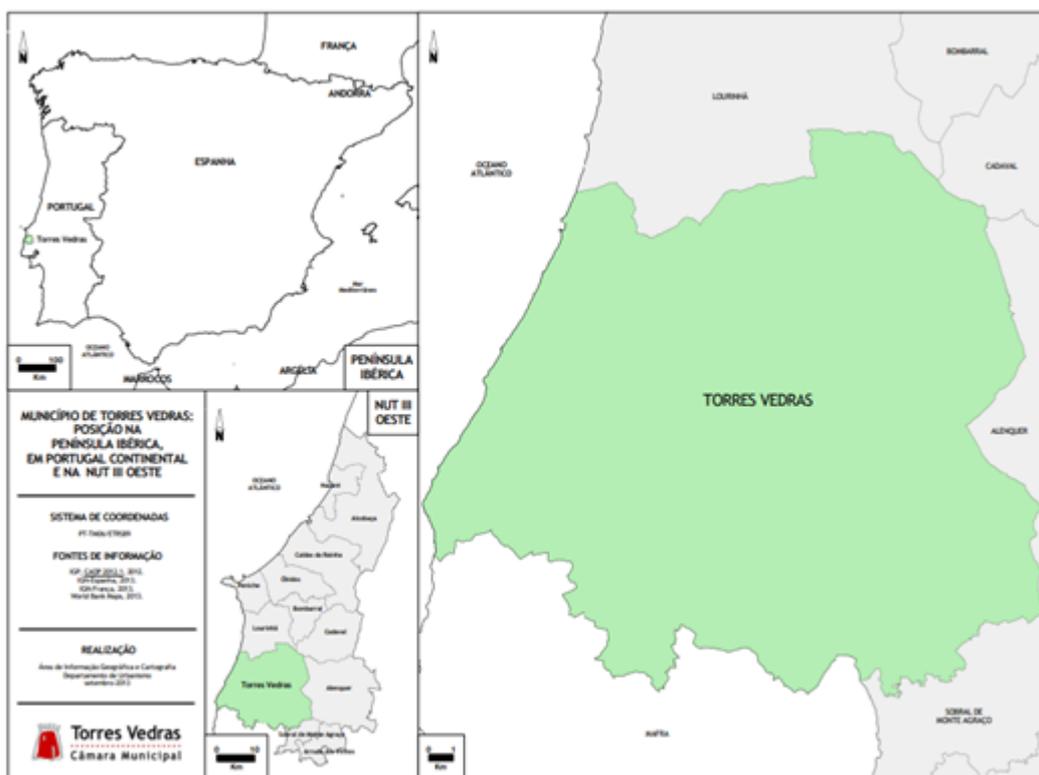
Anexo B- Modelo De Análise Intensiva da Política Cultural Local. Fonte: Silva, Babo & Guerra, 2015.

Quadro 2 Modelo de análise intensiva da política cultural local

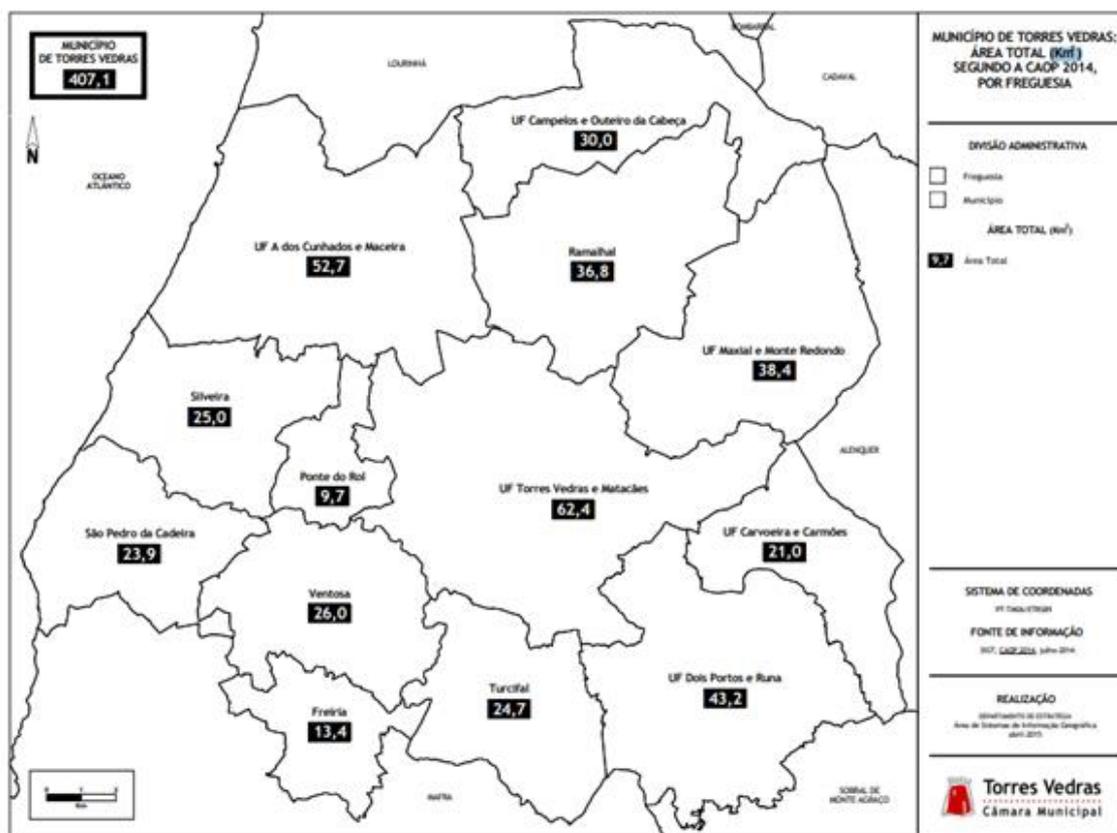
I. Contexto local:	1. Dinâmicas do sistema político:	(i) dimensão e localização do(s) município(s); (ii) dinâmicas de cooperação intermunicipal; (iii) atores políticos; (iv) atores politicamente relevantes, tais como grupos de interesse, média, associações cívicas...; (v) representação dos, e competição entre os partidos políticos; (vi) interação com atores políticos regionais e nacionais; (vii) posicionamento perante políticas nacionais e europeias, respetivas orientações e recursos; ...
	2. Dinâmicas do sistema social:	(i) composição da população, por géneros, grupos etários, grupos profissionais, classes, níveis de instrução...; (ii) estado e variação da procura de bens e atividades culturais; (iii) características do tecido social e associativo; (iv) existência, atividades e implantação local de instituições de ensino, investigação e inovação; ...
	3. Dinâmicas do sistema territorial	(i) configuração do sistema urbano: policêntrico e monocêntrico; (ii) tipologia de áreas urbanas: áreas metropolitanas, conurbações urbanas, cidades de média dimensão, cidades pequenas, núcleos rurais; (iii) espaço urbano, periurbano e rural; (iv) redes de infraestruturas e serviços; (v) acessibilidade e mobilidade; (vi) dinâmicas de regeneração e reabilitação urbana; (vii) redes de cidades: de proximidade, temáticas, etc.; ...
	4. Dinâmicas do sistema de recursos e atividades culturais:	(i) recursos culturais locais, nos domínios do património, artes e indústrias culturais; (ii) formas e volumes de capital humano, social, cultural e simbólico, mobilizáveis localmente; (iii) características e dinâmicas do meio artístico e criativo local e seu posicionamento no campo nacional e internacional; (iv) dimensão e características dos mercados locais de bens e serviços culturais; (v) formas de interação entre o meio artístico, o meio económico, as instituições sociais e o sistema político local; (vi) implantação territorial do meio artístico e cultural, eventualmente sob a forma de "cenas", "bairros", "distritos" ou "quarteirões culturais"; (vii) eventuais dinâmicas de clusterização; ...
II. Fatores intermédios:	<p>1. Referências políticas, ideológicas e programáticas da vereação.</p> <p>2. Condição socioprofissional, condição geracional, capital escolar, cultural e social, e demais atributos sociais dos eleitos responsáveis pela política cultural.</p> <p>3. Existência, dimensão e envergadura da tecnoestrutura cultural municipal.</p> <p>4. Existência e ação de redes locais de influência social e política.</p> <p>5. Contributos para a política local provenientes do meio artístico e cultural local.</p> <p>6. Programas regionais, nacionais e europeus disponíveis.</p> <p>7. Ação e influência de consultores e outros peritos de planeamento e políticas públicas.</p> <p>8. Contributos exteriores à autarquia, provenientes designadamente do campo cultural nacional. ...</p>	
III. Política cultural:	<p>1. Lugar e modo de integração da política cultural no conjunto das políticas locais.</p> <p>2. Finalidades, recursos, estratégias, atores e interlocutores principais da política cultural.</p> <p>3. Modelo de governança (<i>governance</i>).</p> <p>4. Fontes de financiamento, níveis de despesa, indicadores de resultado da política cultural.</p> <p>5. Discursos políticos e culturais sobre a política cultural.</p> <p>6. Projeção e acolhimento supralocal da política local. ...</p>	

IV. Resultados da política:	1. Resultados setoriais:	<ul style="list-style-type: none"> (i) conservação e valorização do património; (ii) consolidação e desenvolvimento do meio cultural e artístico local; (iii) internacionalização do meio cultural local; (iv) qualificação da oferta cultural, lúdica, artística e criativa local; (v) formação e fidelização de públicos; (vi) criação de "ambiências", "atmosferas" e "cenas" locais; (vii) dinamização de segmentos de fruição cultural específicos associados a "marcas" culturais; (viii) constituição de emprego cultural e criativo; (ix) geração de ativos e dividendos económicos da produção e divulgação cultural; (x) efeitos de clusterização; (xi) indicadores de acesso e participação local; ...
	2. Resultados globais:	<ul style="list-style-type: none"> (i) integração com outras políticas setoriais e particularmente com as políticas social, de educação, inovação e reabilitação urbana; (ii) diversificação dos recursos educativos e de aprendizagem locais, com impacto na qualificação das pessoas; (iii) aumento da competitividade das cidades e dos territórios, com base na diferenciação a partir de ativos específicos, designadamente culturais e simbólicos; (iv) contribuição para a inclusão de segmentos excluídos da população, promoção da autoestima e reforço da coesão social; (v) reabilitação e regeneração de ativos urbanos obsoletos e abandonados; (vi) dinamização de contextos favoráveis à criatividade e inovação, através de relações entre sistemas empresariais, científicos e tecnológicos e artísticos; (vii) facilitação dos processos de participação ativa e de cidadania e efeitos ao nível da governança local; (viii) génese de uma imagem e identidade própria; ...

Anexo C- Município na Península Ibérica, em Portugal Continental e na NUT III Oeste. Fonte: CM Torres Vedras (consultado a 13 de junho de 2021).



Anexo D- Mapa Área total (Km2) segundo a CAOP 2014, por freguesia. Fonte: CM Torres Vedras (consultado a 13 de junho de 2021).



Anexo E- Comunidade Intermunicipal do Oeste.



Anexo F- Natureza Jurídica dos parceiros da Rede Social. Fonte: Ferreira, 2018.

Tipologia da natureza jurídica	Número de instituições por natureza jurídica
Autarquias locais (Camara Municipal e juntas de freguesia)	14
IPSS e entidades equiparadas (pessoas coletivas de direito publico e fundações de solidariedade social)	48
Organismos públicos tutelados pelos membros do governo	12
Entidades publicas resultantes de parcerias (CENFIM)	1
Entidades com fins lucrativos	10
Total	85

Fonte: Regulamento Interno do CLASTV

Anexo G- Guiões das Entrevistas

ENTREVISTA 1- DEFICIENTES VISUAIS

Blocos	Questões orientadoras
A – Dados sociodemográficos	Nome: Idade: Sexo: Escolaridade: Profissão:
B- História de vida	<ul style="list-style-type: none"> – Qual é a sua condição visual neste momento? Encontra-se completamente cego ou tem alguma capacidade de visão? – Desde quando é que não consegue ver? É algo com que vive desde nascença ou algo que aconteceu em algum momento da sua vida? – Como se sentiu à medida que se foi apercebendo que esta condição seria algo com que teria de lidar no seu dia-a-dia? – Sentiu apoio por parte dos seus amigos e familiares, de que forma é que estas pessoas lidam neste momento com isso? – Sente-se incluído na sociedade de hoje em dia? E sente alguma diferença na maneira de agir da sociedade comparativamente há alguns anos atrás, ou seja, nota alguma evolução? – Alguma vez recorreu a algum tipo de ajuda ou apoio de alguma associação ou instituição em Portugal, como por exemplo a ACAPO? Se sim, de que forma é que a instituição o ajudou?
C – Deficientes Visuais e a sua relação com a cultura e práticas culturais	<ul style="list-style-type: none"> – Tem por hábito realizar alguma atividade cultural, como por exemplo, ir ao cinema, ao teatro, a um concerto de música, a um museu, a um espetáculo de dança, entre outras atividades? – Se sim, que tipo de eventos costuma frequentar? – Como tem conhecimento que esses eventos vão acontecer? Ou seja, através de quem ou de onde é que tem essa informação?

	<ul style="list-style-type: none"> – Ao escolher uma atividade cultural ou de lazer a sua preferência recai naquelas que o tema vai de encontro aos seus gostos ou naquelas que sabe que serão mais fáceis em termos de acessibilidade? – Que tipo de acessibilidade costuma encontrar nestes espaços? – O facto do evento ter audioguia ou braille condiciona a sua ida? Ou seja, por exemplo, se um museu não tiver esse tipo de instrumentos deixa de ir? – Para realizar este tipo de atividades teria de ir acompanhado ou vai sozinho? – Algumas vez se sentiu excluído da sociedade em algum destes eventos? Se sim, porquê e de que forma? Foi por algum tipo de comentário, foi por não ser acessível a nível físico ou por outra razão? – Sente-se integrado na nossa sociedade como cidadão ao frequentar atividades culturais? – Tem contacto com alguma associação que promova atividades ou realize visitas a espaços culturais e de lazer?
<p>D – O Grupo de Apoio à Deficiência Visual de Torres Vedras</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Como teve conhecimento da existência do Grupo de apoio à deficiência visual? – Porque decidiu juntar-se a este grupo? – Qual o impacto a nível pessoal que o grupo teve e tem para si? Ajudou-o de alguma forma a lidar com a situação com o qual se deparou, de que forma? – Gosta de estar integrado nesta comunidade? – Que tipo de atividades praticam neste grupo? Que aulas frequenta e quais as suas favoritas? – Acha que algumas atividades praticadas neste grupo o ajudaram a sentir-se mais incluído e integrado na sociedade? – Sei que participou num teatro onde os membros do grupo eram os atores, como foi toda essa experiência? Gostaria de repetir? Na sua opinião, qual terá sido o impacto da peça nos espetadores? – De acordo com a sua perspetiva, pensa que todos as pessoas com deficiências visuais a nível nacional deveriam ter um apoio como o que este grupo proporciona? Acha que seria uma vantagem grande para o desenvolvimento pessoal, individual e para a integração na sociedade?
<p>E- Políticas culturais locais</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Tem por hábito frequentar atividades culturais organizadas pela Câmara Municipal de Torres Vedras? Se sim, quais e com que frequência? – Na sua opinião o município vai ao encontro das suas necessidades culturais? Se sim de que forma? Se não, porquê? – O que sente falta e o que acha que seria útil o nosso município ter? Por exemplo, passeadeiras com relevo ou audioguias em eventos e espetáculos? – Pensa que seria essencial existir um gabinete de apoio à deficiência visual semelhante a este, em todas ou na maioria das câmaras municipais do país? Porquê? – Quer acrescentar algum aspeto antes não referido que considere relevante para o tema em estudo?

ENTREVISTA 2- PROFESSORES

Blocos	Questões orientadoras
A – Dados sociodemográficos	Nome: Idade: Sexo: Profissão: <ul style="list-style-type: none">– Poderia começar por falar um pouco sobre as suas habilitações académicas?– Onde trabalha neste momento e quais as suas funções?– Tem alguma formação específica para dar aulas a este grupo?– Para além do seu trabalho, participa ou ajuda algum tipo de associação?
B- História de vida	
C – Deficientes Visuais e a sua relação com a cultura e práticas culturais	
D – O Grupo de Apoio à Deficiência Visual de Torres Vedras	<ul style="list-style-type: none">– Como teve conhecimento do grupo de apoio à deficiência visual e de que forma é que se juntou à equipa existente? Ou seja, como é que se tornou professor neste grupo?– A sua participação no grupo é remunerada ou é um ato de voluntariado?– Quais são as aulas pelas quais é responsável?– Em que consistem essas aulas?– Existe um plano estruturado para cada aula, ou á medida que vai comunicando com os utentes vai vendo como vão reagindo e adapta a aula consoante isso?– Tem de reportar a alguém superior as atividades ou projetos que pretende desenvolver?– Como é que os utentes têm conhecimento do horário das aulas, das atividades que vão ser desenvolvidas e de toda a dinâmica? Ou seja, como comunicam com eles?– Na sua opinião, e ao contactar com estas pessoas todas as semanas, qual o impacto destas aulas na vida e no dia-a-dia dos utentes do grupo?– A cultura ou as atividades culturais estão presentes em alguma parte dessas aulas? Se sim, na sua opinião acha que as atividades e práticas culturais podem ser um veículo de integração social?– Têm vindo a desenvolver algum projeto ligado à cultura? Se sim, poderia dar-me algum exemplo de um projeto que esteja a ser desenvolvido ou que já esteja concluído que esteja relacionado com a integração dos utentes nas práticas culturais?– Os projetos que desenvolve têm algum tipo de financiamento?– Na sua opinião, qual a importância deste gabinete na sua generalidade para a vida destas pessoas? A nível cultural, acha que tem um grande impacto?

	<ul style="list-style-type: none"> – Que melhorias poderia sugerir para a evolução e melhoramento das suas aulas, das atividades e projetos desenvolvidos por parte do gabinete? Ou seja, o que mudaria e o que pensa que poderia melhorar e de que forma?
E – Políticas culturais locais	<ul style="list-style-type: none"> – Na atualidade, a acessibilidade está a ser cada vez mais estudada e levada como algo essencial na nossa sociedade. Na sua opinião, o município de Torres Vedras é acessível a nível cultural? Ou seja, nos eventos relacionados com a cultura, estas pessoas têm a oportunidade de ir e de sentirem integradas? – Pensa que seria essencial existir um gabinete de apoio à deficiência visual semelhante a este, em todas ou na maioria das câmaras municipais do país? Porquê? – Quer acrescentar algum aspeto antes não referido que considere relevante para o tema em estudo?

ENTREVISTA 3- Nicole Santos

Blocos	Questões orientadoras
A – Dados sociodemográficos	<p>Nome: Idade: Sexo:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Poderia começar por falar um pouco sobre as suas habilitações académicas e a sua formação? – Quais as suas principais funções neste momento como responsável pelos Grupo de apoio à deficiência visual e há quanto tempo tem este cargo?
B- História de vida	
C – Deficientes Visuais e a sua relação com a cultura e práticas culturais	<ul style="list-style-type: none"> – Na sua opinião, as atividades relacionadas com a cultura praticadas neste momento, contribuem para a integração social dos utentes na sociedade? Se sim, de que forma?
D – O Grupo de Apoio à deficiência visual de Torres Vedras	<ul style="list-style-type: none"> – Tem conhecimento de onde partiu a ideia para a criação deste grupo, quem esteve responsável pelo mesmo e como foi todo este processo? – Partindo do princípio que neste momento é a responsável máxima pelo grupo de apoio deficiência visual, quais as suas principais funções em relação ao grupo? Ou seja, qual é o seu papel na gestão do grupo? – Para além disso, é funcionária pública da Câmara Municipal de Torres Vedras? – Quais são os principais objetivos do Grupo de Apoio à deficiência visual? – Gostava de perceber um pouco sobre qual a hierarquia e se existe alguma. Os professores que dão aulas aos utentes têm de alguma forma de comunicar consigo as suas ideias e os seus projetos? Isto é, tem de haver algum avalo da sua parte ou de outro individuo ou têm bastante liberdade nas atividades que desenvolvem para o grupo? – Como organizam aquilo que vai ser desenvolvido? Fazem algum tipo de reuniões?

	<ul style="list-style-type: none"> – Como é que os utentes têm conhecimento do horário das aulas, das atividades que vão ser desenvolvidas e de toda a dinâmica? Ou seja, como comunicam com eles? – Os utentes têm algum tipo de transporte até às instalações onde são desenvolvidas as atividades? Se sim, isso tem algum custo para os mesmos? Se não, quem financia? – Existe algum custo para os utentes para participarem nas atividades? – Poder-me-ia explicar melhor a relação do grupo de apoio à deficiência visual com a câmara municipal, qual é a relação entre os dois? De que forma é que o grupo pertence à câmara, se a câmara tem funcionários que trabalham para este grupo, de que forma é que a câmara apoia esta iniciativa. – O grupo tem algum tipo de financiamento? Se sim, quais? Se não, era algo que estava nos seus planos? – Que melhorias seriam possíveis se o grupo fosse financiado? Caso já o seja, acha que um maior financiamento do grupo poderia melhorar a vida destes utentes de alguma forma? – Que melhorias poderia sugerir para a evolução e melhoramento das atividades e projetos desenvolvidos por parte do gabinete? Ou seja, o que mudaria e o que pensa que poderia melhorar e de que forma?
E – Políticas culturais locais	<ul style="list-style-type: none"> – Na nossa atualidade, a acessibilidade está a ser cada vez mais estudada e levada como algo essencial na nossa sociedade. Na sua opinião, o município de Torres Vedras é acessível a nível cultural? Ou seja, nos eventos relacionados com a cultura, estas pessoas têm a oportunidade de ir e de sentirem integradas? – Não sei se está a par do Plano Estratégico de Cultura de Torres Vedras, mas na sua perspetiva as políticas culturais locais do município vão ao encontro das necessidades culturais dos munícipes? Ou seja, as políticas existentes hoje em dia, relacionadas com a cultura, na sua opinião correspondem às necessidades existentes? – Pensa que seria essencial existir um gabinete de apoio semelhante a este, em todas ou na maioria das câmaras municipais do país? Porquê? – Quer acrescentar algum aspeto antes não referido que considere relevante para o tema em estudo?

ENTREVISTA 4-Vereadora e Vice. Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras

Blocos	Questões orientadoras
A – Dados sociodemográficos	<p>Nome:</p> <p>Idade:</p> <p>Sexo:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Poderia começar por falar um pouco sobre as suas habilitações académicas e a sua formação? – Quais as suas principais funções neste momento como vereadora da Câmara Municipal de Torres Vedras e há quanto tempo tem este cargo?
B- História de vida	
C –	

Deficientes Visuais e a sua relação com a cultura e práticas culturais	
<p>D – O Grupo de Apoio à Deficiência Visual de Torres Vedras</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Visto que o meu trabalho está amplamente relacionado com o Grupo de Apoio à deficiência visual, gostaria de começar por perceber qual é a sua relação e se tem algum tipo de função relacionada com o mesmo. – Tem acompanhado os projetos que têm vindo a ser desenvolvidos? Se sim, quais e qual é a sua opinião geral sobre alguns deles? – Na sua opinião, as atividades relacionadas com a cultura praticadas neste momento dentro deste grupo, contribuem para a integração social dos utentes na sociedade? Se sim, de que forma é que acha que esta integração acontece?
<p>E – Políticas culturais locais</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Na atualidade, a acessibilidade está a ser cada vez mais estudada e levada como algo essencial na nossa sociedade. Na sua opinião, o município de Torres Vedras é acessível a nível cultural? Ou seja, nos eventos relacionados com a cultura, estas pessoas têm a oportunidade de ir e de sentirem integradas? – De acordo com a sua experiência, quais são as políticas culturais locais mais importantes para a criação de espaços participativos? – Quais os objetivos e políticas que uma câmara municipal deve adotar para que os munícipes se sintam apoiados e entendidos pelo poder local do território onde passam grande parte do seu tempo? – Partindo para as políticas públicas e tendo em conta o desenvolvimento do Plano Estratégico de Cultura de Torres Vedras 2026 que penso estar muito bem elaborado e com questões pertinentes, pretendo perceber se na sua opinião a autarquia vai ao encontro das necessidades culturais dos seus munícipes tendo em conta as políticas desenvolvidas no plano. – Na sua opinião poderia ser uma vantagem para todas as câmaras municipais terem um gabinete de apoio à deficiência visual? Se sim, de que forma este gabinete poderia ser uma vantagem para os municípios e para os seus munícipes? – Caso isto acontecesse, acharia possível uma comunicação e partilha de ideias entre municípios ou seria algo difícil de acontecer? – Quer acrescentar algum aspeto antes não referido que considere relevante para o tema em estudo?